

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DESIGN E EXPRESSÃO GRÁFICA
CURSO DESIGN DE PRODUTO

Marina Scandolara

**O Papel do Design na Segregação Social das Cidades: Desenvolvimento de guarda
volumes para espaços que acolhem pessoas em Situação de Rua**

Florianópolis

2023

Marina Scandolara

O Papel do Design na Segregação Social das Cidades: Desenvolvimento de guarda volumes para espaços que acolhem pessoas em Situação de Rua

Projeto de Conclusão de Curso (PCC) submetido ao Programa de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Bacharel em Design de Produto. Orientador: Profa. Dra. Ana Verónica Pazmino

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra

Scandolara, Marina

O Papel do Design na Segregação Social das Cidades:
Desenvolvimento de guarda volumes para espaços que acolhem
pessoas em Situação de Rua / Marina Scandolara ; orientadora,
Ana Verônica Pazmino, 2023.

120 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão,
Graduação em Design de Produto, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Design de Produto. 2. Guarda-volumes. 3. População em
Situação de Rua. 4. Design Social. 5. Projeto Anti-humano. I.
Pazmino, Ana Verônica. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Design de Produto. III. Título.

Marina Scandolara

O Papel do Design na Segregação Social das Cidades: Desenvolvimento de guarda volumes para espaços que acolhem pessoas em Situação de Rua

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Design de Produto e aprovado em sua forma final pelo Curso de Design de Produto

Florianópolis, 21 de novembro de 2023.

Prof. Cristiano Alves, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Profa. Ana Veronica Pazmino, Dra.
Orientadora
UFSC

Profa. Patrícia Biasi Cavalcanti, Dra.
Avaliadora
UFSC

Prof. Ivan Luiz de Medeiros, Dra.
Avaliador
UFSC

Este trabalho é dedicado a todos os marginalizados e esquecidos e aqueles que se dedicam diariamente à luta por uma sociedade igualitária e inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos vão as pessoas mais importantes da minha vida e que sempre estiveram presentes de alguma forma nas minhas conquistas, que são a minha mãe e minha avó. Tive a benção de poder ter tido duas mulheres fortes e tão diferentes para me ajudarem a construir o meu caminho até aqui.

Gostaria de agradecer também aos meus professores e professoras que fizeram parte de toda minha trajetória de ensino, desde os professores incríveis que tive no Colégio de Aplicação da UFSC, que ajudaram a construir meu pensamento crítico e social, como os professores da universidade que me auxiliaram a obter as ferramentas para concluir este projeto de conclusão de curso.

Agradeço também a todos os meus colegas e amigos que me inspiraram e influenciaram durante meus percursos, em especial ao Moisés por ter sido uma grande força de apoio e me ensinado coisas novas.

E por fim gostaria de agradecer a todas as oportunidades que me trouxeram até aqui, desde a oportunidade de poder ter completado todo meu ensino em duas instituições de ensino públicas e de grande qualidade, de ter tido uma família presente e que sempre me deu apoio e de contar com amigos excepcionais que me ajudaram a expandir meus interesses.

“Seria presunçoso afirmar que o design pode desempenhar um papel decisivo nessa crise generalizada – pois o design também é objeto da crise. Porém, seria igualmente presunçoso negar a capilaridade das atividades projetuais no tecido da sociedade em crise, pois é participante ativo na configuração do cenário atual”. Gui Bonsiepe (2012)

RESUMO

Este projeto de conclusão de curso explora o papel do design na segregação social das cidades, fundamentado na premissa de que os designers têm a responsabilidade de aprimorar a qualidade de vida humana. A pesquisa, orientada por uma abordagem exploratória, visa desconstruir perspectivas sobre a segregação e exclusão nos espaços urbanos, destacando a análise crítica de projetos que podem ser considerados "anti-humanos" no contexto de "cidades excludentes". Por meio de uma investigação aprofundada dos conceitos de design social e projetos antissociais nos ambientes urbanos, utilizando a metodologia do Design Thinking e uma pesquisa Etnográfica, teve como objetivo desenvolver um guarda-volumes para espaços de acolhimento de pessoas em situação de rua com o intuito de atender a problemática relacionada a dificuldade de busca por empregos, locomoção e segurança dessa população. Este projeto visa fornecer insights valiosos para orientar futuros desenvolvimentos no campo do design social, promovendo a criação de espaços urbanos mais inclusivos e acessíveis.

Palavras-chave: Guarda-volumes. Design de Produto. Design Social. Projeto Anti-humano. População em Situação de Rua.

ABSTRACT

This project explores the role of design in the social segregation of cities, based on the premise that designers have a responsibility to improve the quality of human life. The research, guided by an exploratory approach, wants to deconstruct perspectives on segregation and exclusion in urban spaces, focusing on critical analysis of projects that can be considered "anti-human" in the context of "exclusionary cities". Through an investigation of the concepts of social design and anti-social projects in urban environments, using the Design Thinking methodology and Ethnographic research, the objective was to develop a luggage storage space for reception spaces for homeless people with the aim of addressing the problems related to the difficulty in searching for jobs, transportation and safety of this population. This project aims to provide valuable insights to guide future developments in the field of social design, promoting the creation of more inclusive and accessible urban spaces.

Keywords: *Luggage storage. Product design. Social Design. Anti-human Project. Homeless Population.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de metodologia Design Thinking	20
Figura 2 - Modelo de Toolkit	25
Figura 3 - Valor do coeficiente de Gini em alguns países do mundo	28
Figura 4 - Resultados pesquisa OXFAM Brasil	29
Figura 5 - Fachada de shopping center.....	41
Figura 6 - Fachada de um condomínio.....	42
Figura 7- Exemplos de aporofobia em Florianópolis.....	43
Figura 8 - Imagem retirada do fórum de um banco público.....	46
Figura 9 - Imagem retirada do fórum de um banco público.....	48
Figura 10 - Toldo para abrigo.....	48
Figura 11 - Dia de ação na Catedral Metropolitana de Florianópolis	49
Figura 12 - Solução para os pregos hostis instalados em vitrines	50
Figura 13 - Fotos publicadas no Instagram do SP invisível	51
Figura 14 - Rede Abrigo.....	51
Figura 15 - Dinâmicas de marginalização e exclusão de grupos	52
Figura 16 - Foto tirada no projeto Passarela da Cidadania em Florianópolis	54
Figura 17 - Imagem retirada de reportagem de jornal online.....	55
Figura 18 - Pessoas em situação de rua durante ação do Amigos da Sopa	56
Figura 19 - Foto da fila feminina para marmita durante ação na Catedral.....	57
Figura 20 - Foto tirada durante ação na Catedral	58
Figura 21 - Foto tirada dos pertences das pessoas que estavam na Catedral	59
Figura 22 - Pessoa em situação de rua carregando seus pertences em uma mala	59
Figura 23 - Foto do dia de ação de assistência social na Catedral	60
Figura 24 - Pessoa em situação de rua com seus pertences e seus pets	63
Figura 25 -Imagem de bicicleta utilizada para carregar pertences	65
Figura 26 - Pannel semântico do público-alvo.....	66
Figura 27 - Análise estrutural de guarda-volume	71
Figura 28 - Montagem guarda-volumes	72
Figura 29 - Chapas metálicas	73
Figura 30 - Análise de uso guarda-volumes banco	74
Figura 31 - Estudo das medidas e dimensões corporais de uma pessoa.....	75
Figura 32 - Formas de uso um guarda-roupas.....	76

Figura 33 - Estudo de dimensões	77
Figura 34 - Conceitos de projeto	80
Figura 35 - Painel expressão do produto: Alegre	81
Figura 36 - Painel expressão do produto: Cuidado	81
Figura 37 - Figura 37 - Painel expressão do produto: Moderno	82
Figura 38 - Painel de tema visual: Alegre	83
Figura 39 - Painel de tema visual: Cuidado	83
Figura 40 - Painel de tema visual: Moderno	84
Figura 41 - Geração de alternativas iniciais	85
Figura 42 - Alternativa 1	86
Figura 43 - Alternativa 2	87
Figura 44 - Alternativa 3	88
Figura 45 - Refinamento da alternativa	89
Figura 46 - Kit 4 rodinhas de silicone	90
Figura 47 - Parafuso Allen	90
Figura 48 - Fechadura.....	91
Figura 49 - Paleta de cores	92
Figura 50 - Modelagem 3D	93
Figura 51 - Detalhe modelagem 3D	94
Figura 52 - Detalhe modelagem 3D	94
Figura 53 - Detalhe modelagem 3D	95
Figura 54 - Modelagem 3D das portas	95
Figura 55 - Renderização	96
Figura 56 - Renderização	96
Figura 57 - Renderização	97
Figura 58 - Renderização	97
Figura 59 - Renderização	98
Figura 60 - Renderização	98
Figura 61 - Renderização	99
Figura 62 - Renderização	99
Figura 63 - Ambientação.....	100
Figura 64 - Ambientação.....	101
Figura 65 - Ambientação.....	101

Figura 66 - Ambientação	102
Figura 67 - Ambientação	102
Figura 68 - Ambientação	103
Figura 69 - Ambientação	103
Figura 70 - Ambientação	104
Figura 71 - Partes separadas	107
Figura 72 - Vista frontal do guarda volumes.....	108
Figura 73 - Detalhe das rodinhas.....	108
Figura 74 - Detalhe dos encaixes e fixações	109
Figura 75 - Detalhe das portas.....	109
Figura 76 - Detalhe fechadura	110
Figura 77 - Detalhes dos nichos especiais	110
Figura 78 - Partes do guarda volumes	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise de produtos similares	68
Quadro 2 - Lista de verificação	70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Abordagens do policymaking	26
Tabela 2 - Tabela pesquisa IPEA	34
Tabela 3 - Lista de necessidades	67
Tabela 4 - Medidas em cm das formas de uso de guarda-roupas.....	76
Tabela 5- Requisitos de Projeto.....	78

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivos.....	16
1.1.1	Objetivo Geral.....	16
1.1.2	Objetivos Específicos	17
1.2	justificativa	17
1.3	metodologia	19
2	desenvolvimento.....	20
2.1	Design Social.....	21
2.1.1	O Design social e as políticas públicas	23
2.1.2	O Design Thinking para políticas públicas	24
2.2	desigualdade social no brasil	27
2.2.1	População em situação de rua e sua contextualização	29
<i>2.2.1.1</i>	<i>Classificação das pessoas em situação de rua.....</i>	<i>32</i>
<i>2.2.1.2</i>	<i>Como quantificar as pessoas em situação de rua</i>	<i>34</i>
2.2.2	Aporofobia e o padre Júlio Lancelotti	36
2.3	o espaço urbano	38
2.3.1	A segregação e exclusão socioespacial nas cidades	38
2.3.2	O direito à cidade.....	39
2.3.3	Produtos de segregação socioespacial (projetos hostis).....	41
2.4	design nos espaços urbanos	44
2.4.1	Design como ferramenta de inclusão e exclusão	45
3	desenvolvimento do projeto	52
3.1	imersão.....	53
3.2	Etnografia	53
3.2.1	Painel semântico.....	66

3.2.2	Lista de necessidades	66
3.2.3	Análise de similares	67
3.2.4	Lista de verificação	70
3.2.4.1	<i>Pesquisa de Materiais para guarda volumes</i>	72
3.3	Ergonomia.....	73
3.3.1	Análise ergonômica de guarda volumes para espaços que acolhem pessoas em Situação de Rua	73
3.4	Requisitos de projeto	77
4	ideação	79
4.1	conceitos	79
4.1.1	Painéis visuais	80
4.2	Geração de alternativas.....	85
4.3	refinamento	89
4.3.1	Materiais	90
4.3.2	Paleta de cores	91
4.4	Modelagem 3D e renderings.....	92
4.5	Ambientação	100
5	Prototipação	104
5.1	Construção do modelo	104
6	Memorial descritivo	106
6.1	Conceito.....	106
6.2	Fator de uso.....	106
6.3	Fator técnico construtivo	107
6.4	Fator estético simbólico.....	111
6.5	Fator comercial	111
7	Considerações finais	112
	REFERÊNCIAS	113
	APÊNDICE A – Desenho Técnico Parte 1	117

APÊNDICE B – Desenho Técnico Parte 2.....	119
APÊNDICE C – Desenho Técnico Parte 3	120
APÊNDICE D – Desenho Técnico Portas.....	121

1 INTRODUÇÃO

Partindo da ideia de que o designer tem o dever de melhorar a qualidade de vida do homem, este projeto de conclusão de curso visa descongestionar olhares sobre a segregação e exclusão nos espaços urbanos e o direito à cidade, a partir da análise do que se percebe como um projeto “anti-humano” no âmbito da ideia de projeto de “cidades excludentes”.

Utilizando-se de uma pesquisa exploratória, este projeto se propõe a analisar e refletir sobre os conceitos de design social, bem como projetos antissociais nos espaços urbanos e coletivos, e com as informações coletadas, criar um produto, contribuindo com os estudos acerca do design social e a relação do desenvolvimento de produtos feitos para a inclusão de pessoas em contraponto aos produtos destinados a exclusão.

Objetiva-se investigar conceitos que problematizam a condição humana nos centros urbanos, através da análise de textos, imagens de obras de design e imersão com o público-alvo e setores públicos da sociedade, que inviabilizam o acesso e a permanência de determinados grupos humanos, como pessoas em situação de rua, nos espaços públicos dos grandes centros.

Vivemos um momento em que os direitos humanos tomaram o lugar central nos debates sociais. Porém, apesar de promoverem sua importância para a construção de um mundo melhor, de maneira geral, os conceitos e circulação de ideias não chegam nem perto de colocar em xeque a lógica da segregação e exclusão da pobreza dos centros urbanos, que na maioria das situações aparece alicerçada na justificativa de segurança pública.

Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o aumento da população em situação de rua é muito maior em proporção do que o da população em geral. No período de dez anos, de 2012 a 2022, o crescimento desse segmento vulnerável foi de 16%. A partir de dados do IBGE, o aumento populacional brasileiro foi de 11% entre 2011 e 2021. Segundo o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), os municípios da Grande Florianópolis somavam 1.483 pessoas em situação de rua durante a pandemia da Covid-19, em 2020.

Estes dados apontam principalmente para a problemática no uso dos espaços públicos pela população em situação de rua para suprir sua necessidade básica de abrigo. A busca destes espaços em Florianópolis se relaciona às configurações e condições impostas pelos albergues (ou casas de acolhimento) existentes na cidade e suas superlotações, os quais, muitas vezes, são insuficientes, pelas poucas vagas oferecidas e pelos condicionamentos que desfavorecem a realidade da pessoa em situação de rua, tal como horários rígidos de pernoite, por exemplo.

Desta maneira, tais condicionamentos afastam os usuários, uma vez que quem vive na rua não tem disponibilidade ou capacidade de se encaixar em um modelo social baseado em horários e regras.

Os autores Ferraz e Machado (2012) afirmam ainda que os albergues se mostram como uma suposta solução, mas, na verdade, essa alternativa apenas “liberta de culpa tanto a sociedade acomodada, sustentada pela exclusão [das pessoas em situação de rua], como o poder público que investe somente em improvisos e não cumpre seu papel constitucional de garantir moradia digna para todos” (Ferraz, Machado, 2012).

Vivemos, afinal, num mundo em que os direitos da propriedade privada e a taxa de lucro superam todas as outras noções de direito. Assim sendo, este projeto irá analisar e refletir sobre outro importante direito: o direito à cidade e aos espaços urbanos pela ótica do design social e questionar qual é o papel do design na segregação das cidades. E para contrapor, irá trazer uma solução de projeto que possa auxiliar na melhoria da qualidade de vida das pessoas que mais sofrem com esta segregação: a população em situação de rua.

Dessa forma, concorda-se com a visão de Park sobre a cidade ser um lugar construído artificialmente através do corpo humano, porém, um espaço que limita fisicamente a performance do homem – espaços que ele pode ou não andar/ficar. Ao mesmo tempo, é uma relação dialética, na qual, há possibilidade do homem mudar a cidade e, portanto, mudar a si mesmo:

A cidade é a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde ele está condenado a viver daqui por diante. Assim, indiretamente, e sem ter nenhuma noção clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refez a si mesmo. (Park, 1967).

1.1 OBJETIVOS

Os objetivos que norteiam a pesquisa e o desenvolvimento do projeto são mencionados a seguir.

1.1.1 Objetivo Geral

Desenvolver um guarda volumes destinado a trazer melhorias significativas na qualidade de vida, trazendo autonomia e segurança, de minorias e de grupos marginais, excluídos ou isolados, mais conhecido como população de rua, nas grandes cidades.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Levantar informações sobre a situação da desigualdade social das grandes cidades na contemporaneidade;
- Investigar as premissas do design social voltado a produtos para populações de rua;
- Investigar as noções de “arquitetura hostil”;
- Apresentar soluções encontradas para a melhoria de vida de pessoas em situação de rua;
- Identificar e pesquisar o público-alvo;
- Analisar produtos similares;
- Estabelecer requisitos de projeto;
- Avaliar ergonomia e usabilidade;
- Gerar alternativas;
- Analisar as alternativas obtidas;
- Construir modelo de representação.

1.2 JUSTIFICATIVA

O Brasil, juntamente com todos os países membros das Nações Unidas, está num processo de adoção de um conjunto de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo metas e indicadores. Criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, a partir de um plano de ação conhecido como Agenda 2030, para que países do mundo todo se reunissem para o desenvolvimento de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com base nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os quais também visavam atender problemas sociais, ambientais e econômicos. Esses objetivos surgem a partir da necessidade de cuidados e sustentabilidade, para diminuir e evitar problemas que vêm ocorrendo, como mudanças climáticas, desmatamento, poluição, desigualdade social e dentre outros impasses.

Pesquisando mais a fundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, destaca-se o objetivo número 11, que visa criar cidades e comunidades sustentáveis, que a partir da definição de Kaaruppannan & Sivan (2011), devem contemplar a satisfação das necessidades humanas básicas, a manutenção e a otimização do bem-estar atual e futuro, a valorização da cultura e a

melhora da qualidade de vida por meio da redução da desigualdade social. Desta forma, uma sociedade socialmente sustentável é aquela que é inclusiva, justa e democrática.

A segregação e a exclusão socioespacial vêm se reformulando nas cidades contemporâneas de maneiras cada vez mais amplas e rígidas diante do agravamento dos seus problemas estruturais que derivam das desigualdades sociais e do déficit habitacional. As consequências desse movimento se dão pela dificuldade ao acesso, à mobilidade, propiciando a degradação dos espaços públicos e o já conhecido crescimento desordenado, aumentando ainda mais a desigualdade. Além disso, gera uma atmosfera de insegurança sempre proclamada pela grande mídia, a qual por sua vez reflete-se em mais exclusão nas disposições espaciais, na construção e idealização dos objetos e das arquiteturas excludentes que permeiam o convívio social, promovendo o isolamento, a não permanência e a privatização dos espaços de uso coletivo.

Permeando isso, dados de uma pesquisa realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) mostram que, em uma década, de 2012 a 2022, o crescimento de pessoas em situação de rua foi de 211%. Trata-se de uma expansão muito superior à da população brasileira na última década, de apenas 11% entre 2011 e 2021, na comparação com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nos anos de 2010, 2011 e 2012 alguns avanços foram feitos para a melhoria da qualidade de vida da população em situação de rua no Brasil, cidadãos nesta situação foram incluídos no Cadastro Único (CadÚnico) e passaram a ter o direito de utilizar os serviços do Sistema único de Saúde (SUS) mesmo não tendo comprovante de residência.

Um levantamento feito por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais aponta que, no Brasil, pelo menos 26.447 pessoas foram morar nas ruas em 2022. Segundo uma fala de Marco Antônio Carvalho Natalino, autor do estudo que analisou a evolução no quantitativo de pessoas em situação de rua até 2022, “Esse breve resgate histórico deixa claro o quão próximos ainda estamos de um legado de tratamento do povo da rua como, na melhor das hipóteses, cidadãos de segunda classe”.

Diante dessa realidade, é nítido que dentro do campo do design, precisamos abranger novos produtos que equilibrem as necessidades de indivíduos e da sociedade como um todo. Com a necessidade de pensar em novas ideias que lidem com os desafios globais de pobreza e desigualdade social e sustentável, viu-se a oportunidade de seguir uma estratégia onde o presente projeto tem o objetivo de elucidar e encontrar soluções para a criação de um produto que cause um impacto social com uma solução que viabilize a melhoria da qualidade de vida

de populações excluídas e que vivem em situações miseráveis nas ruas, podendo assim auxiliar no alcance do objetivo número 11 das ODS.

Seguindo a premissa de Victor Papanek (1993), onde ele indica que o glamour alcançado pelo design esconde as raízes de suas origens e seu valor enquanto potência social, seu aspecto carismático e comercial acaba obscurecendo a necessidade de projetos que visam a melhoria das reais necessidades humanas em um nível mais macro. Neste sentido, o design sem o contexto social não existe, pois, é uma arte social que explora a separação entre a arte de dar forma à arte de fazer as coisas (Kuyper, 1995).

1.3 METODOLOGIA

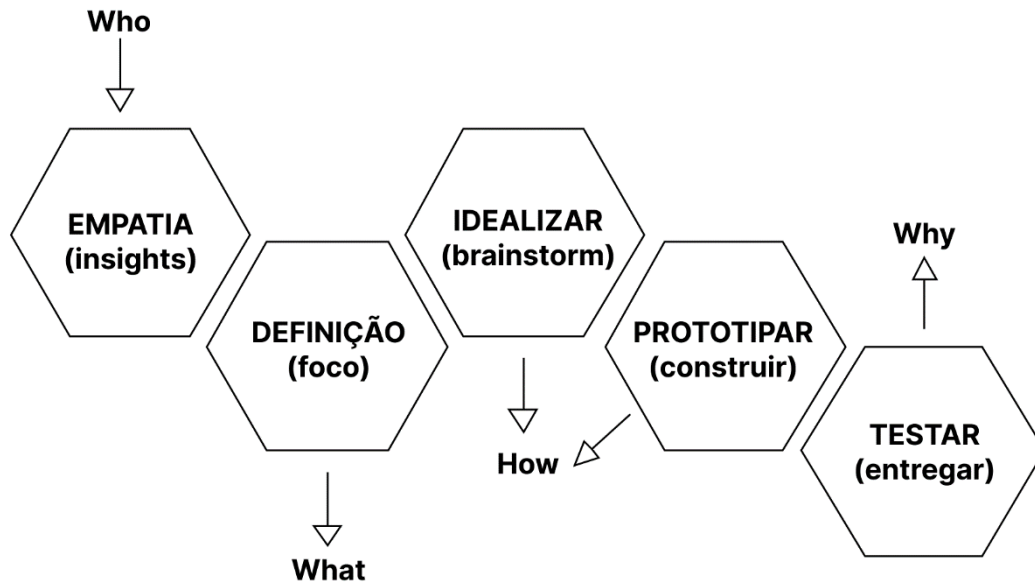
O Design Thinking é o modelo projetual escolhido para trabalhar neste PCC. O termo Design Thinking como hoje é utilizado, foi definido por Rolf Faste, professor em Stanford, em meados dos anos 70, sendo posteriormente adaptado como forma de modelo processual por David M. Kelley - fundador da IDEO.

Segundo Tim Brown, CEO da IDEO, o Design Thinking se baseia na utilização da intuição para desenvolver ideias que tenham significado emocional além do funcional.

Este processo traz três fases projetuais chamadas de imersão, ideação e prototipação. Na fase de imersão é feita uma pesquisa com o público-alvo e do universo que o abrange, utilizando a fotografia, observação e entrevistas para coletar o máximo de informações e identificar oportunidades.

Na fase seguinte, ideação, é feita a geração de ideias com base no que foi coletado, utilizando ferramentas para auxiliar o processo criativo como a criação de personas, brainstorming e matriz morfológica, por exemplo. E por último, é hora de validar os conceitos estabelecidos e testá-los por meio da prototipação. Na Figura 1 é demonstrado o processo de Design Thinking.

Figura 1 - Modelo de metodologia Design Thinking



Fonte: Adaptado pela autora (2023)

Neste PCC, também serão utilizados outros métodos como a pesquisa bibliográfica, análise de concorrentes, requisitos de projeto, sketches e modelagem 3D, além de outras técnicas e ferramentas que forem necessárias para o desenvolvimento do produto.

O objetivo das estratégias e dos métodos direcionados ao ser humano é ampliar a compreensão sobre um desafio, por meio da experiência e da realidade vivida pelas pessoas afetadas pelo problema. Como o Design Thinking se concentra no ser humano, ele enfatiza a importância da exploração aprofundada das vidas e dos problemas das pessoas, para encontrar soluções mais adequadas às suas necessidades (Liedtka, Salzman e Azer, 2017).

2 DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo é realizado um levantamento documental sobre o design e o papel dele nas políticas públicas. Em seguida será analisado o conceito de “direito à cidade” e espaços democráticos e de uso coletivo em contraste com a arquitetura hostil. Também se desenvolve, na parte final, um olhar sobre as pessoas em situação de rua pois esse será o público para o qual o produto foi projetado.

2.1 DESIGN SOCIAL

De acordo com o sociólogo britânico contemporâneo Anthony Giddens (2004), a Sociologia é o estudo social da vida humana e pensar sociologicamente é despir-se de nossas convicções pessoais, tendo em mente que, o que pensávamos ser individual é na verdade parte de algo maior (Giddens, 2004).

A reflexão de Giddens (2004) destaca a importância da Sociologia como disciplina que nos permite compreender a vida humana em sociedade de forma objetiva e imparcial. Além disso, nos lembra que nossas experiências individuais estão intimamente ligadas a processos sociais mais amplos e que, para entendê-las verdadeiramente, precisamos ter uma perspectiva sociológica.

Além disso, o filósofo francês Émile Durkheim (1858-1957), afirma que possuímos duas consciências: a individual e a coletiva. Sendo que, da consciência coletiva deriva o seu conceito de solidariedade, como aquilo que unia os indivíduos em sociedade, podendo ser de diferentes formas no decorrer do tempo histórico, inclusive com avanços e retrocessos nas sociedades capitalistas contemporâneas. O autor a chamou de solidariedade orgânica.

Esses retrocessos que essa inter-relação com o outro que vivenciamos na nossa sociedade hoje, ajudam a excluir o outro, por meios que podem ser econômicos, políticos e sociais, ou através de dispositivos espaciais segregativos.

A exclusão social simboliza aqui um impedimento da convivência em uma sociedade mais igualitária. De acordo com Giddens (2004), entende-se por exclusão social as “formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados do pleno envolvimento na sociedade”. Tal exclusão pode ser percebida pelo viés econômico, social ou político, ou ainda abranger os três. Neste sentido, o preconceito e a exclusão social são reproduzidos pelos homens na sociedade e é exatamente por isso que podem ser modificados e alterados.

O pensamento com viés sociológico é uma ferramenta muito importante para compreendermos a relação entre a Revolução Industrial, o surgimento do design e a história do capitalismo (Brogin, 2013; Videla, 2018). Ao analisarmos a história do design sob essa perspectiva, podemos perceber como ele surgiu como uma interface entre a produção e o consumo, se adaptando às novas formas de produção em massa e consumo em larga escala. Essa reflexão nos permite entender melhor as mudanças sociais e econômicas que ocorreram durante esse período e como o design desempenhou um papel fundamental nesse contexto.

Os bens de consumo que antes eram projetados e confeccionados artesanalmente por um único indivíduo nas chamadas guildas, passam a ser produzidos de forma fracionada no processo produtivo industrial. Mais recentemente, a fim de remediar os males decorrentes do declínio do bem-estar social em todo o globo, setores públicos e academia têm, por meio de suas políticas, demandado de designers e de outros profissionais da indústria criativa o compromisso com a responsabilidade social (Markussen, 2017).

O pensamento de Schiavo (2003) destaca a importância da área social como um setor econômico que demanda recursos financeiros e humanos, mas que também pode trazer um retorno econômico e social significativo. Essa visão contrapõe a ideia assistencialista, que muitas vezes é predominante, de que a área social é vista apenas como um gasto para o Estado. Ao reconhecer a área social como um setor econômico importante, podemos desenvolver políticas públicas mais efetivas e investir em iniciativas que gerem impacto econômico e social positivo.

O período de dramáticas mudanças pelas quais o mundo passa atualmente, com tantas questões sociais urgentes, como a desigualdade social, a pobreza excludente que dela deriva, o agravamento da degradação do meio ambiente, tem delineado a importância do design social como instrumento de democracia, empoderamento e resistência civil contra sistemas de dominação, controle e poder (Markussen, 2017).

O design social, portanto, em lugar de se ocupar com consumidores potenciais do mercado convencional, atua em áreas que passam ao largo do interesse da indústria. Cidadãos menos favorecidos, social, cultural e economicamente, são o foco dos produtos desenvolvidos por meio do design social, assim como pessoas em situação de baixa renda ou com necessidades especiais devido à idade, saúde ou inaptidão (Pazmino, 2005).

Para Markussen (2017), o que é mais essencial para que se possa compreender a definição de design social, assim como em muitas áreas do conhecimento humano, é que esse raramente provoca transformações sociais em um nível macro ou de forma massiva, mas que isso não reduz o seu valor frente ao empreendedorismo e à inovação social.

O design social, na verdade, corresponde ao desenvolvimento de produtos dotados de um design bom o bastante para ocasionar melhorias significativas na vida de minorias e de grupos marginais, excluídos ou isolados. Ainda, o design social é necessariamente centrado nas necessidades humanas do indivíduo, sendo a satisfação da saúde física imprescindível para a busca da autonomia que o possibilita eleger objetivos e crenças, bem como ampliar sua

capacidade criativa, desenvolvendo a democracia e a liberdade em relação a qualquer tipo de opressão (Pereira, 2008; Gustin, 2009).

2.1.1 O Design social e as políticas públicas

A origem do conceito de políticas públicas remonta ao século XX, quando David Lerner e Harold Lasswell lançaram o livro “The policy sciences” (1951). Nele, propuseram a aplicação de rigor científico na abordagem dos governos e de suas atividades, essa abordagem foi chamada de The Policy Orientation.

O capítulo escrito por Lasswell, “The policy orientation”, enfatiza a atividade aplicada e prática da análise de política pública (policy analysis) para a solução de problemas públicos como elemento central dessa nova área de conhecimento, conforme consenso de diversos autores (Dunn, 1981; Durning, 1993; Howlet, Ramesh, Perl, 2013; Fischer, 2003, apud Secchi, 2016).

Inicialmente, essa abordagem foi voltada para fornecer subsídios para contribuir com a governança democrática, com a ideia de que políticas públicas baseadas em evidências poderiam ajudar a melhorar a qualidade da tomada de decisão governamental. Essa proposta de Lasswell ganhou destaque e, como resultado, passou-se a entender as políticas públicas como uma área de estudo multidisciplinar que busca compreender o processo de formulação, implementação e avaliação de políticas governamentais.

De acordo com Bardach (1977), as políticas públicas envolvem uma enorme gama de disciplinas das ciências humanas e têm como objetivo resolver ou analisar problemas políticos reais. Como o assunto é bastante complexo, busca-se habilidades analíticas que vão além de uma única perspectiva, exigindo uma abordagem abrangente e flexível (Bardach, 1977).

Isso pode significar que as políticas públicas devem ser planejadas com base em dados e evidências, e, também, que sua implementação e avaliação devem ser acompanhadas de forma sistemática para garantir que os objetivos propostos sejam alcançados.

O papel crescente que o design tem desempenhado em áreas de interesse público, – como órgãos governamentais, sistemas de saúde e de educação, além de organizações que buscam melhorar a mobilidade urbana e outras áreas que antes tinham pouca conexão com a área de design–, é o reflexo da adaptação do design às necessidades da sociedade e do reconhecimento de que ele pode desempenhar um papel fundamental na solução de problemas sociais e ambientais (Hunt, 2012). A alta de demandas por designers nessas áreas é um sinal de

que as organizações estão reconhecendo seu valor e seu potencial para gerar impactos positivos, e nesse sentido, é importante que os designers estejam preparados para enfrentar os desafios complexos que esses projetos envolvem e possam atuar de forma ética e responsável.

2.1.2 O Design Thinking para políticas públicas

Com o Design Thinking é possível ser feita uma abordagem prática que irá reconhecer a complexidade e incerteza dos desafios públicos, trazendo uma perspectiva centrada no ser humano para o contexto da política pública, pois ele traz uma abordagem inovadora, multidisciplinar e interativa na geração de conhecimento, produção e estratégia.

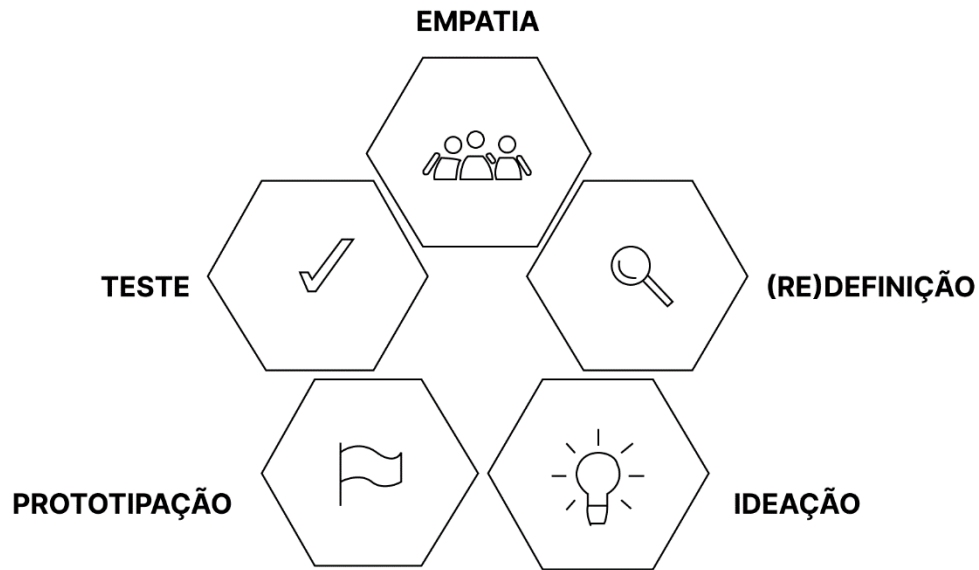
Em 1998, houve um avanço na institucionalização do design em relação ao governo. Isso aconteceu por meio da criação da National Endowment for Science, Technology and the Arts (NESTA), uma agência do governo britânico que recebeu financiamento para funcionar como uma espécie de think tank (usina de ideias), com a missão de gerar ideias e apoiar inovações para os desafios públicos da sociedade contemporânea.

Somente em 2002, ocorreu a primeira experiência de um laboratório de governo no mundo: o MindLab. Esse laboratório surgiu no governo da Dinamarca com o intuito de aproximar o serviço público das necessidades reais da sociedade e explorar novas possibilidades para o setor público no futuro, utilizando o design como uma ferramenta para alcançar esses objetivos.

No Brasil, esse movimento também vem se espalhando, com a criação de laboratórios de inovação no governo que, por sua vez, desenvolvem políticas públicas usando a abordagem do Design Thinking e a produção de ferramentas para facilitar seu uso, como é o caso do Toolkit, criado e editado pelo Laboratório de Inovação e Coparticipação do Tribunal de Contas da União do governo federal para facilitar os processos auditorias utilizando a abordagem do Design Thinking.

A figura 2 mostra o modelo do Toolkit desenvolvido pelo Laboratório de Inovação e Coparticipação do Tribunal de Contas da União.

Figura 2 - Modelo de Toolkit



Fonte: Adaptado pela autora (2023)

Outro exemplo que pode ser destacado é o projeto Inova Juntos, um hub que fomenta a inovação e a otimização de políticas públicas, gerando capacidade de inovar na gestão pública por meio de um programa de soluções para problemas locais que promovam impacto, com potencial de escala (Instituto Tellus, 2019).

Nesse contexto, as mudanças de estruturas, estratégias e capacidades no setor público devem trazer inovações com o desenvolvimento de práticas, conceitos e metodologias de design, que propiciam uma abordagem sistêmica e integrada capaz de contribuir para a evolução da abordagem tradicional de solução de problemas públicos.

Nesse enfoque, a Tabela 1 tenta sistematizar e destacar as principais diferenças entre as duas abordagens do processo de políticas públicas, a chamada tradicional e a apoiada no Design Thinking. A Tabela 1 traz diferentes elementos que permitem perceber as duas abordagens.

Tabela 1 - Abordagens do policymaking

Componentes de análise	Tradicional	Design Thinking
Visão do problema	Isolado e linear, tendendo à simplificação. O cidadão é visto como causa do problema e um demandante à espera de sua solução	Entendimento e recorte do problema levando em conta sua complexidade, relação sistêmica e interdependência. O cidadão é visto como fonte de insights e potencial para construção de soluções.
Geração de conhecimento	Os dados quantitativos são claros e suficientes para tomada de decisão. O ser humano é conhecido como predominantemente movido por necessidades racionais e econômicas.	Os dados quantitativos são importantes e devem ser somados à experiência das pessoas, que são referência para o entendimento dos problemas e identificação de oportunidades de geração de valor.
Processo de desenvolvimento da política pública	Policymaking fragmentado e dividido por etapas.	Funciona simultaneamente em várias direções e é transversal no sistema organizacional. Integrar diferentes tipos de formulação por meio de métodos participativos.
Modelo mental	Prescritivo: uso de documentos de políticas que descrevem ou prescrevem um curso predefinido de ação. Foco no planejar.	Exploratório: uso de ferramentas de inovação que estimulam a descoberta, o pensamento criativo, a colaboração e o aprendizado. Foco no fazer.
Riscos	Incertezas e riscos camuflados. Erros são vistos como algo a evitar-se.	Incertezas e riscos reconhecidos, enfrentados e minimizados com teste. Erros e falhas são acolhidos como parte de um aprendizado iterativo e de geração de melhorias.
Soluções	Busca-se solução única que já existe e deverá ser descoberta. Visão de maximização.	Buscam-se várias soluções, com foco na ampliação de possibilidades. Visão de criação.
Resultados	Resultados são previsíveis e resultam de processo cuidadoso de execução.	Resultados não são previsíveis e são fruto de processos de tentativa, erro e aprendizado.

Fonte: Adaptado pela autora (2023)

Em 2013, representantes do governo brasileiro fizeram uma visita técnica à França e à Inglaterra, com o propósito de conhecer experiências de políticas públicas para a população em situação de rua. Na ocasião, foi apresentado à delegação brasileira o modelo Housing First, acesso à habitação permanente e individualizada como ponto de partida e não como a última etapa da intervenção. Os ganhos para o Brasil foram significativos, com uma melhor compreensão do tema, foi possível amadurecer as políticas públicas voltadas a esse tão vulnerável segmento da população. (www.gov.br, 2013).

Como exemplo, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), que tem como principal objetivo, priorizar, desde julho de 2016, o acesso à moradia, que passou a ser tratado como um direito humano promotor de outros direitos.

2.2 DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Para entender e aprofundar sobre os parâmetros que determinam a desigualdade social no Brasil, temos a Oxfam Brasil, uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos e independente, criada em 2014. Lendo os artigos no site da Oxfam Brasil, é possível encontrar alguns estudos que ajudaram a trazer uma resposta sobre o que é desigualdade social e a sua causa.

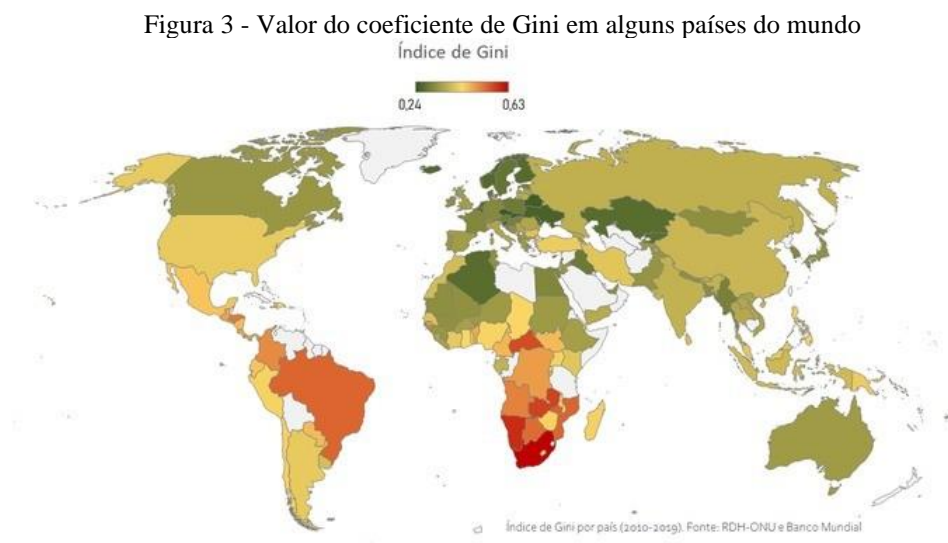
A desigualdade social, aqui, é compreendida como oriunda de processos relacionais na sociedade, ela condiciona, limita ou prejudica o status e a classe social de uma pessoa ou um grupo e, conseqüentemente, interfere para a qualidade de vida. É um problema que afeta muitas pessoas em todo o mundo e é resultado de uma série de fatores, como a compreensão coletiva dos papéis sociais e práticas discriminatórias. Importante destacar que a desigualdade social não afeta a todos os indivíduos da mesma forma, sendo que os grupos mais vulneráveis são aqueles de baixa renda, menor nível de educação e pertencentes a minorias historicamente negligenciadas. É necessário elencar ainda, que a desigualdade social não é apenas um problema econômico, mas também um problema social e político, e está intimamente relacionada com a desigualdade econômica. Entende-se que é fundamental que as políticas públicas tenham como objetivo a promoção da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação e exclusão social, para que se possa trilhar um caminho na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Embora tenha havido uma melhoria na posição do Brasil nos rankings internacionais que avaliam aspectos do desenvolvimento nos últimos anos, a desigualdade social continua sendo um fenômeno presente em grande parte dos países do mundo, inclusive no Brasil. De acordo com Camargo e Justo (2014), quando comparado às nações consideradas desenvolvidas, o Brasil apresenta um desempenho insatisfatório no que diz respeito à redução das desigualdades.

Estudando o relatório de desenvolvimento humano divulgado recentemente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud, 2021), a desigualdade de renda no Brasil chama a atenção. O estudo revela que o Brasil é classificado como o sétimo país mais desigual do mundo, perdendo apenas para nações do continente africano. O coeficiente Gini, que mede a distribuição de renda e a desigualdade, foi utilizado como base para essa análise.

Isso significa que o Brasil possui um dos maiores níveis de concentração de renda, em que uma pequena parcela da população retém a maior parte da riqueza.

O estatístico italiano Conrado Gini desenvolveu um cálculo em 1912 para medir a desigualdade social. O coeficiente de Gini apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde o número 0 representa total igualdade na renda do país e o número 1 demonstra completa desigualdade. A Figura 3, abaixo, mostra os valores em alguns países do mundo, podendo observar os locais onde o coeficiente é maior ou menor, comparativamente. (Diário Financeiro, 2022).



Fonte: FECAM, 2020

A Oxfam Brasil conduziu uma pesquisa intitulada "NÓS E AS DESIGUALDADES", feita em 2022 em todas as capitais brasileiras, que mostrou uma tendência consistente na percepção da sociedade brasileira em relação às disparidades no país. A pesquisa abordou as diferenças de oportunidades e realidades experimentadas por grupos distintos, como mulheres e homens, pessoas brancas e negras, e destacou a necessidade de ação prioritária do Estado para reduzir a distância entre os mais ricos e os mais pobres.

Os resultados da pesquisa revelam que quase todos os entrevistados concordam que é uma obrigação dos governos fornecer renda e assistência social para aqueles que mais precisam, e que o aumento de impostos para as pessoas muito ricas é uma medida que deve contribuir para essa causa. Além disso, a pesquisa indica um apoio inquestionável à universalidade de políticas públicas de saúde e educação. É possível ver os resultados na Figura 4.

Figura 4 - Resultados pesquisa OXFAM Brasil



Fonte: OXFAM Brasil, 2022

O resultado da pesquisa reflete uma postura de solidariedade e senso de responsabilidade social, que são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

2.2.1 População em situação de rua e sua contextualização

Segundo a contextualização abordada no Capítulo 1 da Cartilha de Orientações dos Centros de Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTROPOP), durante a

década de 70, organizações sociais trouxeram pautas de reivindicação da ampliação dos direitos à cidadania e de maior participação política social. As discussões e ações desses movimentos sociais tiveram grande importância na conscientização e na organização popular, rumo às lutas específicas como moradia, saúde, educação, igualdade de direitos (mulher, criança, negros, homossexuais, idosos), reforma agrária, meio ambiente e melhores condições de vida nas grandes cidades (reforma urbana, segurança, fim da violência).

A marca desse processo foi a luta pela “reforma das políticas sociais, cujo ponto de partida era a crítica ao caráter excludente da política social vigente sob o regime militar” (IPEA, 2009). Chegando na década de 80, o grande estopim das questões sociais se deu com as altas taxas de desemprego que trouxeram demandas urgentes por acesso à saúde, educação, assistência social, trabalho e renda. Neste contexto, o acelerado crescimento das cidades exigia investimentos em infraestrutura, transporte, saneamento básico, energia elétrica e habitação.

O excedente de trabalhadores gerou uma massa de trabalhadores subalternizados e explorados, pessoas que migraram das zonas rurais, pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional. Com a falta do acesso a bens e serviços, uma parcela significativa dessa população passou a buscar as ruas das cidades como sua única forma de sobrevivência. Assim, o agravamento da questão social contribuiu para que esse contingente fizesse das ruas seu espaço de moradia e/ou sobrevivência e houvesse um aumento da população em situação de rua nos grandes centros urbanos, incluindo-se aí crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

A parte da população que era identificada nas áreas urbanas como dependente da caridade, da Igreja e do Estado, e que era vista como tendo pouca ou nenhuma capacidade ou potencial para efetuar mudanças significativas em sua qualidade de vida, passou a adquirir uma nova configuração devido à maneira como ocupava o espaço e se relacionava na sociedade.

Essa condição de viver nas ruas, especialmente em áreas urbanas de grande e médio porte, é a realidade de um grupo populacional específico que é conhecido nas políticas sociais como "população em situação de rua".

Após o drástico período de Ditadura Militar vivido no Brasil, inicia-se o processo de redemocratização do país e em paralelo surgem as primeiras iniciativas de organização da população em situação de rua, contrariando o estereótipo de que este segmento da população não teria força de mobilização para buscar politicamente transformações individuais e coletivas. A essa mobilização somaram-se as organizações multilaterais, especialistas, estudiosos, movimentos de igrejas etc.

A luta dos movimentos sociais resultou em direitos inscritos nos artigos 5º e 6º da constituição de 1988. Nesse contexto de busca por ampliar os direitos da população em situação de rua, foi realizado o Fórum Nacional de Estudos Sobre a População em Situação de Rua e assim trazendo amplitude para a mobilização dessa população.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Decreto no 7.053/2009 estabelece a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), que tem como objetivo fazer uma análise da realidade de vida desta população no Brasil, com a participação de atores qualificados, e traçar estratégias e diretrizes para a construção de políticas nacionalmente articuladas.

A PNPR, ao propor ações e estabelecer responsabilidades para diferentes áreas das políticas públicas, reconheceu o significado histórico das lutas e os direitos das pessoas que vivem nas ruas das grandes cidades e assim criou o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3).

Com esse novo decreto, foi definido como pessoas em situação de rua o grupo populacional heterogêneo caracterizado pela extrema pobreza, laços familiares frágeis ou rompidos, problemas de ordem psíquica, doenças mentais e a ausência de moradia regular convencional. Essa é a definição que será adotada neste projeto de conclusão de curso.

Esse grupo populacional heterogêneo vive em condições de extrema pobreza, enfrentando a falta de acesso a bens materiais e sociais, além de apresentar vínculos familiares e profissionais precários. Embora indivíduos vivendo nas ruas sempre tenham existido, a partir da década de 1970, o fenômeno da população em situação de rua se tornou mais evidente no país como consequência, como já explicado neste trabalho, do êxodo rural, da inflação.

Analisando o contexto histórico, podemos observar que cada período teve diferentes perspectivas em relação às pessoas que enfrentam essa situação, e com isso, foram-lhe atribuídas diferentes classificações, dentre elas: vagabundos, mendigos, imigrantes, incapacitados, sem domicílio fixo, expressando concepções ideológicas acerca desta população.

A população em situação de rua pode ser compreendida como um grupo de pessoas que vivem sem emprego e sem um lar e que utilizam as ruas como meio de subsistência e abrigo. Para Leal (2011), tanto homens quanto mulheres fazem parte dessa população. Porém é facilmente constatável dentro desse grupo social a presença de diversos públicos que frequentemente enfrentam discriminação e lutam por direitos, como a população negra, LGBTQI+, idosos, mulheres, crianças e adolescentes.

Fazer parte desse grupo não implica somente estar sujeito à situação de pobreza extrema e enfrentar carências de diversas naturezas, mas também implica em adquirir novas referências de vida social, que se diferenciam dos valores anteriores, que estavam relacionados ao trabalho, à habitação e às relações familiares. Em alguns casos, possuem trabalhos de maneira temporária, com diversas atividades irregulares e que muitas vezes expõem esses indivíduos a riscos e insalubridades. A maioria dessas pessoas não têm acesso aos serviços de saúde e assistência social e frequentemente depende de instituições públicas e assistenciais, ou ainda, de caridade de ONGs ou organizações religiosas.

Esses sujeitos concentram-se nos centros das cidades, onde são oferecidas mais oportunidades e se agrupam na busca em comum de sobrevivência. Nesse contexto, a rua ganha mais importância do que as suas casas e famílias. Dormem sob marquises de lojas, viadutos ou bancos de jardim. Para aqueles que consideram a rua seu habitat, viver nela é um modo de vida que envolve a criação de uma rede complexa de relações com o ambiente ao redor.

2.2.1.1 Classificação das pessoas em situação de rua

Vieira (2004) apresenta três termos que caracterizam as pessoas em situação de rua, um deles é a condição de estar em situação de rua, que possui um aspecto transitório e indica uma escassez de recursos e uma falta de atendimento adequado nas políticas sociais. Outro é a condição de viver na rua, que é uma situação mais recente em que as pessoas utilizam a rua como local para pernoitar, mas quando conseguem recursos, procuram pensões ou vagas em abrigos. Por fim, há a condição de ser da rua, que é permanente e implica em maiores dificuldades para conseguir emprego e um aumento no tempo de permanência na rua, tornando-a um espaço de moradia.

Isso nos leva a compreender a complexidade da situação vivida por pessoas em situação de rua. A distinção entre estar, viver e ser da rua permite uma compreensão mais aprofundada das condições em que essas pessoas se encontram e dos desafios que enfrentam para superar essa realidade.

O médico do projeto Meio-fio, da ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF), que oferece atendimento médico e psicossocial à população em situação de rua no Rio de Janeiro, David Oliveira, aborda a questão da saúde não apenas no seu significado de saúde física ou de se tratar de ausência de doença, mas pensa a saúde como a presença do bem-estar na vida do indivíduo. É ele se sentir integrado ao meio em que vive, aceito e feliz (MSF, 2003).

Segundo o médico, a pessoa que vive nas ruas tem um risco maior de adquirir doenças: Alimenta-se mal, está submetida a alterações climáticas, dorme mal, compartilha espaços aglomerados e vive sob intenso nível de stress, com medo de ser roubada ou agredida. Outra dificuldade é a percepção do indivíduo em relação ao que sente. A pessoa que tem problemas de saúde muitas vezes não prioriza tratar-se, por viver numa lógica de sobrevivência. Quando não se sabe o que se vai comer ou onde se vai dormir à noite, tosse, febre e mesmo dor, ficam em segundo plano.

Para o pesquisador do Núcleo de População em Situação de Rua da Fiocruz Brasília (NUPOP), Marcelo Pedra, o agravamento da situação econômica e social no país e as consequências da pandemia da Covid-19 trazem um novo perfil das pessoas em situação de rua e alerta para a necessidade de ações rápidas para evitar que elas fiquem mais tempo nas ruas e tenham menor adesão às ofertas e ações públicas (NUPOP, 2022)

Também pode-se observar essa reflexão no posicionamento de Vanilson Torres, que passou 27 anos nas ruas de Natal e hoje é representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, esse novo perfil é de pessoas pertencentes à classe trabalhadora que não conseguem mais pagar seus aluguéis e contas e estão indo para as ruas em busca de alimento, onde permanecem por não terem mais como se manter (NUPOP, 2022).

Discutir os processos de inclusão e exclusão social é complexo devido aos vários autores brasileiros que estudam o assunto, cada um apontando diferentes fatores para esses processos. Não é um conceito mensurável, mas uma situação que envolve informalidade, irregularidade, ilegalidade, pobreza, baixa escolaridade, oficiosidade, raça, sexo, origem e, principalmente, a falta de voz (Maricato, 1994).

A Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, apresentada em 2008 pelo governo federal, marcou um importante avanço no cuidado a esse grupo social. Elaborada por sete ministérios e diversos movimentos sociais, a política articulou distintos setores em prol da inclusão social dessa população. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se tornou um importante aliado ao oferecer serviços contínuos nos níveis de Proteção Especial de média e alta complexidade, capazes de responder aos problemas específicos enfrentados pela população em situação de rua. Ademais, no interior do Sistema Único de Saúde (SUS), foi proposto, em 2012, a estratégia Consultório na Rua, que é vinculada à atenção básica e tem o objetivo de atender às especificidades dessa população.

Tais medidas contribuem significativamente para a promoção da inclusão social da população em situação de rua e devem ser valorizadas e ampliadas.

2.2.1.2 Como quantificar as pessoas em situação de rua

Para quantificar o número de pessoas em situação de rua no Brasil a fonte utilizada é a estimativa realizada pelo IPEA, que numa primeira edição publicada apenas em 2016 indicou que havia cerca de 101.854 pessoas vivendo em situação de rua no Brasil, na segunda edição, publicada em março de 2020, menciona que o número da população em situação de rua teve um aumento de 140% entre 2012 e março de 2020, subindo para 222 mil pessoas e na última edição, feita em 2022, A população em situação de rua no Brasil cresceu 38% , atingindo 281.472 pessoas.

Em uma década, de 2012 a 2022, o crescimento desse segmento da população foi de 211%. Trata-se de uma expansão muito superior à da população brasileira na última década, de apenas 11% entre 2011 e 2021, na comparação com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Foram utilizados dados contidos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) e no censo anual do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), o qual é gerado através de informações das secretarias municipais.

Conforme a pesquisa realizada pelo IPEA, o perfil da população em situação de rua pode ser sintetizado conforme a Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Tabela pesquisa IPEA
Tabela

Homens	82%
Mulheres	18%
Entre 25 e 44 anos	53%
Negros (pardos e pretos)	67%
Possui parente morando na mesma cidade	52%

Trabalham com alguma atividade remunerada	71%
Catador de materiais recicláveis	28%
Flanelinha	14%
Construção civil	6%
Limpeza	4%
Trabalha com carteira assinada	2%
Pedem dinheiro como principal meio de sobrevivência	16%

Motivos que levaram à situação de rua

Problemas com álcool/drogas	36%
Desemprego	30%
Desavenças com a família	29%
Sempre viviam no município que moravam ou em município próximo.	76%

Não possui documento de identificação	25%
Faz ao menos uma refeição ao dia	80%
Não possuem acesso a qualquer benefício social	89%
Aposentadoria	3%
Bolsa Família	2%
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	1%
Sabe ler e escrever	74%
Não sabe escrever	17%
Assina o próprio nome	8%
Não concluíram o ensino fundamental	64%
Não estudam	95%

Fonte: IPEA, 2023

2.2.2 Aporofobia e o padre Júlio Lancelotti

Durante o programa humorístico "Sai de Baixo", um programa bastante popular que foi ao ar pela Rede Globo entre os anos de 1996 e 2002, um personagem homem, branco, hétero e de classe média alta repetia incansavelmente o bordão "Odeio pobre!". Esse comportamento reflete a aversão e o desprezo pela população menos favorecida que são compartilhados por muitas pessoas no Brasil e no mundo. Esses sentimentos podem ser entendidos por aporofobia, conceito criado pela filósofa espanhola Adela Cortina (2020).

Aporofobia surgiu na Espanha em 2007 para se referir à rejeição, discriminação às pessoas pobres e sem-teto. Essa discriminação pode ocorrer em diversos níveis, desde o acesso

a serviços básicos, como saúde e educação, até a falta de oportunidades de trabalho e moradia. O conceito ganhou força nos últimos anos, principalmente na Europa, em meio ao aumento do número de refugiados e imigrantes, mas também é uma realidade presente em outros lugares do mundo.

No Brasil, um dos principais ativistas contra a aporofobia é o padre Júlio Lancelotti, que há mais de 30 anos trabalha com pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Ele é conhecido por sua luta pelos direitos humanos e pela defesa dos mais vulneráveis. O padre tem enfrentado diversos desafios, incluindo ameaças e agressões, por sua atuação em defesa das pessoas em situação de rua.

Júlio Lancellotti é um padre católico brasileiro que atua na paróquia de São Miguel Arcanjo, no bairro da Mooca, em São Paulo, desde 1986 tendo, já nessa época, iniciado um trabalho com a pastoral com pessoas em situação de rua e menores abandonados (Souza, 2021). Também participa ativamente das redes sociais, com destaque para o Instagram, rede na qual possui 1,4 milhões de seguidores e onde publica regularmente sua rotina de trabalho e denuncia iniciativas contrárias à população de rua, fazendo reivindicações às autoridades e à sociedade civil em benefício da população pobre, dos LGBTQI+ e demais grupos vulneráveis, sobretudo da cidade de São Paulo. Devido ao alto engajamento que o ativista religioso alcança nas redes, em 2022, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) aprovou o Projeto de Lei (PL) que proíbe a arquitetura hostil em espaços públicos.

O Projeto de Lei tem o intuito de, através da alteração do Estatuto da Cidade, inserir a promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na utilização dos espaços livres de uso público nas diretrizes da política urbana. (Galeria da Arquitetura, 2022). Essas informações conduzem a reflexão sobre a importância de denunciar práticas de aporofobia, que consistem em atitudes discriminatórias direcionadas às pessoas em situação de rua.

Ao fazer publicações de fotos que retratam essas práticas em várias cidades brasileiras, o padre Júlio tem exposto uma realidade que muitas vezes é ignorada ou invisibilizada pela sociedade. A aversão aos pobres encontra uma manifestação cruel na chamada “arquitetura hostil”, que compreende recursos empregados em construções urbanas que visam impedir as pessoas de usarem determinados espaços e que podemos chamar de segregação socioespacial. Esse tipo de recurso “[...] se manifesta por meio de barras ao centro de bancos, grades ao redor de uma praça, espetos afiados em canteiros e pedras pontiagudas sob viadutos. O intuito é inibir que pessoas usem esses espaços para descanso ou lazer, e atinge principalmente as que vivem em situação de rua.” (Lancelotti, 2020).

No atual momento em que a sociedade brasileira enfrenta uma crise não apenas democrática, mas também humanitária, onde há uma ausência significativa de ações estatais na tentativa de solução das questões sociais, o assistencialismo ganha força e se torna vital para muitos. As práticas de resistência como as adotadas por Lancelotti assumem grande importância.

2.3 O ESPAÇO URBANO

Ampliando-se o recorte das necessidades básicas para aquelas de cunho coletivo, é inevitável mencionar as mazelas das cidades brasileiras, que se encontram “segregadas, segmentadas, polarizadas, violentas e poluídas” (Santana, 2012). Uma série de tensões permeiam o governo das cidades brasileiras de modo geral, desde a adaptação da infraestrutura urbana para os sistemas de produção, trabalho e consumo, passando pela apropriação, segregação e o direito ao uso e ao acesso aos espaços públicos.

No entanto, a diversidade é inerente à cidade, pois ela é composta por diferentes grupos sociais, com suas próprias características, demandas e necessidades. Desse modo, é necessário e urgente buscar soluções que considerem essa heterogeneidade, promovendo a inclusão social e a equidade nos espaços públicos.

O processo de industrialização fulminante gerou o crescimento veloz e desordenado dos centros urbanos, transformando-os em ambientes sem infraestrutura planejada. A falta de planejamento e saneamento transformaram esses centros em ambientes insalubres e muito propícios para vírus e bactérias e com isso grandes epidemias começam a surgir. A partir daí, melhorar as condições de vida e sanar os graves problemas de saúde pública transforma-se em prioridade. Várias capitais europeias estavam sendo afligidas por epidemias no século XIX e a ideia de higiene e higienização tornou-se central nas políticas administrativas (Andrade, 2011).

2.3.1 A segregação e exclusão socioespacial nas cidades

As ações urbanísticas que se iniciam no século XIX acabam por obter resultados catastróficos de segregação e exclusão sociais, desvinculando alguns grupos de pessoas dos lugares, contribuindo com a indiferença e individualismo exacerbados até os dias de hoje.

Como em Londres, onde habitações e habitantes pobres foram removidos para áreas distantes, substituídos por obras de embelezamento e moradias mais abastadas. E a renovação

de Paris de Haussmann, que destruiu muito da arquitetura medieval e renascentista, retirando os pobres e abrindo largas avenidas retilíneas. Ainda, a reestruturação de Nova York na primeira metade do século XX, seguido da remoção da pobreza e da “feitura” foram edificadas grandes obras, como auto estradas, pontes e viadutos, que favorecem a circulação de automóveis e fragmentam o espaço urbano (Andrade, 2011).

As políticas higienistas também chegam às cidades brasileiras a partir do século XIX, ações estatais com este cunho ideológico são atuantes no Brasil até meados dos anos 30. O que mais tarde se convencionou chamar de “higienismo” chegou ao Brasil filtrada pela ótica do racismo estrutural (Andrade, 2011).

Ações urbanas nos grandes centros, a partir do início do século XX, ilustram bem a prática de exclusão e segregação que se inicia: “para abrir espaço para as grandes avenidas e obras de embelezamento urbano, os cortiços e velhos sobrados centrais eram colocados abaixo, e os seus moradores, expulsos, afastando-se a pobreza e decadência dos centros urbanos (Andrade, 2011).

O processo de segregação socioespacial é um fenômeno histórico, que acompanha o desenvolvimento das cidades e sua relação com o sistema capitalista, e vem se reformulando nas cidades contemporâneas de maneiras cada vez mais amplas e rígidas diante do agravamento dos seus problemas estruturais que derivam das desigualdades sociais e do déficit habitacional.

A crescente transformação dos espaços públicos em áreas de consumo e lazer para atrair investidores privados tem gerado efeitos nocivos na vida das pessoas que vivem nas áreas periféricas das cidades. A dificuldade de acesso e mobilidade nesses locais, além da degradação dos espaços públicos, contribui gerando uma atmosfera de insegurança.

2.3.2 O direito à cidade

Segundo informações contidas no site do Instituto Pólis, o termo "direito à cidade" foi introduzido pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre em 1968, um ano marcado, no ocidente, por movimentos vigorosos liderados por jovens engajados na luta por direitos civis, liberdade sexual, oposição ao conservadorismo e críticas à guerra do Vietnã, entre outras questões. Lefebvre estava atento às vozes e aos movimentos que surgiam nas ruas, percebendo que as cidades se tornaram o ambiente de reprodução das relações capitalistas, mas também onde a resistência poderia dar origem a formas criativas de superação desse modelo (Instituto Polis, 2020).

O livro "O direito à cidade", que surgiu como uma homenagem ao centenário da obra "O capital" de Karl Marx, pode ser considerado como um reflexo desse período de intensa agitação social. A obra critica a estrutura opressora que também era amplamente questionada pelos protestos, ou seja, a vida urbana regulada pela rotina, despolitizada e monótona, especialmente sentida pela classe trabalhadora, que tem seu tempo consumido no trajeto entre casa e trabalho, sem possibilidade de lazer, encontros e manifestação de desejos (Instituto Polis, 2020).

No Brasil, as ideias de Lefebvre foram difundidas rapidamente após sua tradução para o português na década de 1970. Houve uma ressignificação do direito à cidade, focando nas demandas por habitação, infraestrutura e transporte devido às condições precárias vivenciadas pela população urbana. Na década de 1980, durante a redemocratização, houve uma busca por maior cidadania e participação política nas cidades, o que se conectou ao conceito de direito à cidade. Esse conceito se uniu à ideia de reforma urbana, que tinha como pilares o acesso à terra e moradia, a função social da propriedade e a gestão democrática das cidades (Instituto Polis, 2020).

O direito à cidade vai além do acesso individual aos recursos urbanos, pois envolve o direito coletivo de transformar tanto a cidade quanto a nós mesmos. Essa transformação requer o exercício do poder coletivo para remodelar os processos de urbanização.

Segundo uma reportagem publicada na Revista Piauí sobre a tradução de um texto de David Harvey, professor na New York University, chamado de "O DIREITO À CIDADE, a qualidade da vida urbana virou uma mercadoria. Há uma aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura, que destaca a importância de considerar não apenas os aspectos físicos e materiais das cidades, mas também as dimensões sociais, culturais e emocionais que influenciam na qualidade de vida e na realização dos indivíduos que as habitam.

No contexto das pessoas em situação de rua, o direito à cidade é negado em várias situações. Uma delas é quando essas pessoas enfrentam obstáculos significativos para encontrar emprego devido à falta de locais seguros para armazenar seus pertences. Essa restrição impacta negativamente sua mobilidade e sua capacidade de participar plenamente da vida urbana.

Além disso, o direito à cidade também engloba o acesso a serviços básicos, como abrigo, saúde e emprego. A dificuldade de encontrar trabalho devido à sobrecarga de pertences limita a realização desse direito, perpetuando a exclusão social e a desigualdade para pessoas em situação de rua.

Para promover o direito à cidade, é necessário adotar abordagens políticas e sociais que considerem as necessidades específicas desses indivíduos. Isso inclui o estabelecimento de espaços seguros para armazenar seus pertences, a implementação de programas de inclusão social e a conscientização da sociedade sobre a importância de fornecer oportunidades de emprego para pessoas em situação de rua.

Portanto, a análise da dificuldade enfrentada por pessoas em situação de rua ao encontrar emprego, devido à necessidade de carregar seus pertences, evidencia a violação do direito à cidade e destaca a importância de buscar soluções que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua condição de moradia.

2.3.3 Produtos de segregação socioespacial (projetos hostis)

Durante a década de 1990, ocorreu uma notável interseção entre os valores éticos e morais com o design urbano na administração dos espaços públicos contemporâneos, resultando no surgimento do conceito de arquitetura e urbanismo que tende a excluir e restringir, sendo denominado como arquitetura hostil (Clementino, 2015).

A arquitetura hostil se dá através de dispositivos para impedir as pessoas de usarem algum local, como por exemplo a restrição em sentar em um lugar, e apela-se então para barreiras de natureza hostil, como espinhos (*spikes*), barras ou até mesmo floreiras. Tais dispositivos defensivos vão de regadores no piso a pinos metálicos na calçada.

Esse processo de exclusão espacial é ampliado pela construção de objetos e arquiteturas excludentes, os quais promovem o isolamento e a não permanência nos espaços públicos. A privatização desses espaços, por sua vez, limita o uso coletivo e impede a convivência e a diversidade, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais e o afastamento entre as diferentes classes.

Neste contexto, os Shopping Centers são a solução das classes mais favorecidas para substituir os espaços públicos de lazer social, vigiados e com entrada controlada, se apresentando como o grande monumento da exclusão social.

Figura 5 - Fachada de shopping center



Fonte: Patrícia Alonso de Andrade, 2010

A arquitetura de shopping centers utiliza um modelo militarizado e segregacional, que contribuem para o embrutecimento do espaço urbano. Esse modelo de exclusão de muitos para a segurança de poucos é também encontrado em condomínios residenciais, que são construídos com grandes muros e vigilâncias 24 horas, promovendo um "novo estilo" de habitação isolado e protegido da pobreza que é vista como uma ameaça à paz e à segurança das classes médias e altas. Essa prática de exclusão social e espacial perpetua a desigualdade e fragmentação da cidade, restringindo o acesso aos espaços públicos e reforçando a segregação socioespacial (Andrade, 2011).

Figura 6 - Fachada de um condomínio



Fonte: Patrícia Alonso de Andrade, 2010

Segundo Alonso de Andrade, 2010, as cidades contemporâneas vivem hoje uma espécie de apartheid espacial, divididas entre construções fortificadas da sociedade abastada e os guetos pobres, marginalizados, sem infraestrutura urbana e acesso a serviços e lazer.

Edifícios hostis e fortificados como bunkers, com o propósito de afastar os vândalos, pobres e marginais das imediações, é um exemplo claro de como a construção civil atende às demandas do mercado ou do cliente e não há por parte do estado uma política para que haja desenvolvimento de construções sociais/populares e ambientes de acolhimento para pessoas em situação de rua.

Bancos de praça com divisórias, lanças em muretas, grades, rampas e muros altos com arames são alguns dos exemplos de elementos que caracterizam a arquitetura hostil, ou será que poderíamos chamar de projetos anti-humanos, design desagradável e arquitetura anti-mendigo. Apesar da variação nominal, o objetivo é o mesmo: restringir e controlar o direito à ocupação do espaço urbano.

Na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina e cidade onde esta pesquisa está sendo desenvolvida é um grande exemplo de cidade com projetos hostis, uma breve caminhada pelo centro da cidade e é notável a quantidade de bancos com divisórias e *spikes* colocados em muretas para evitar que pessoas em situação de rua fiquem alojadas nesses locais, é possível ver na Figura 7 abaixo.

Figura 7- Exemplos de aporofobia em Florianópolis



Fonte: Captado pela autora, 2023

Com esses exemplos fica nítida a ideia de exclusão e de perda de direito á cidade, que acaba sendo toda moldada para um determinado grupo social a utilize e que outro grupo, o das pessoas em situação de rua, se sintam rechaçados e deslocados.

2.4 DESIGN NOS ESPAÇOS URBANOS

As cidades são espaços complexos, que abrigam uma grande diversidade de pessoas, culturas e atividades. No entanto, muitas vezes, essas cidades são mal planejadas e mal projetadas, o que pode levar à problemas, como a falta de segurança, a desorientação e o desconforto dos usuários. É nesse contexto que o design desempenha um papel fundamental na redução da segregação social nas cidades, pois oferece a oportunidade de repensar e redesenhar os espaços urbanos de maneira inclusiva, acolhedora e segura para todos os cidadãos. O design pode ser um poderoso auxiliador na transformação de ambientes hostis em lugares mais humanizados e propícios ao convívio social.

Uma abordagem de design centrada nas pessoas é essencial para mitigar a arquitetura hostil. Isso envolve considerar as necessidades, experiências e perspectivas dos usuários dos espaços urbanos, levando em conta a diversidade de idades, habilidades físicas e mentais, origens culturais e econômicas. Ao adotar uma abordagem inclusiva, o design pode contribuir para a criação de ambientes acessíveis e acolhedores para todos.

A colaboração entre arquitetos, urbanistas, designers, comunidades locais e autoridades governamentais é crucial para enfrentar a arquitetura hostil. Através do diálogo e da participação ativa de todas as partes interessadas, é possível identificar os pontos problemáticos nos espaços urbanos e propor soluções de design adequadas. Essas soluções podem envolver a reconfiguração de espaços públicos, a implementação de elementos de design amigáveis, como mobiliário urbano acolhedor tendo como preocupação a funcionalidade deles e que sejam reconhecidos pelas pessoas como úteis e importantes, e a promoção de atividades comunitárias que incentivem a interação social e a ocupação positiva dos espaços.

Além disso, o design pode desempenhar um papel importante na prevenção da exclusão social e na promoção da segurança nas cidades. Ao planejar e projetar os espaços urbanos de forma a consciente que considere a segurança dos usuários, é possível evitar a criação de ambientes que possam ser usados para atividades criminosas ou que causem sensação de insegurança. O uso estratégico de elementos de design, como paisagismo, sinalização clara e sistemas de vigilância, pode contribuir para aumentar a sensação de segurança e a qualidade de vida dos habitantes das cidades e com isso trazer o sentimento de pertencimento à cidade.

Outra aplicação do design é de ter um papel sensibilizador, fazendo ações educativas e visuais na sociedade sobre a importância de espaços urbanos inclusivos e acolhedores. Através de projetos de conscientização, como intervenções artísticas, instalações temporárias ou

campanhas de mídia, é possível chamar a atenção para a questão da arquitetura hostil e estimular um debate mais amplo sobre a criação de cidades mais humanas e acessíveis.

2.4.1 Design como ferramenta de inclusão e exclusão

O design é uma ferramenta poderosa na construção do ambiente que nos rodeia. Seja na forma de produtos, espaços públicos e cultura. O design tem o potencial de afetar a maneira como as pessoas interagem e se relacionam com o mundo. No entanto, nem sempre o design é utilizado para promover a inclusão social. Na verdade, muitas vezes, o design pode ser uma ferramenta de exclusão.

Um exemplo comum de exclusão pelo design é a falta de acessibilidade em espaços públicos e edifícios. Escadas sem rampas ou elevadores, portas estreitas e corredores apertados são exemplos de como o design pode excluir pessoas com deficiência física. A falta de recursos de acessibilidade torna difícil, ou até impossível, para pessoas com mobilidade reduzida participarem plenamente da vida em sociedade.

Outra maneira de exclusão é através de produtos que são destinados a um público específico. Por exemplo, roupas que são projetadas para um único tamanho ou forma corporal excluem pessoas que não se encaixam nesses padrões estéticos. Esse assunto é bastante discutido no mundo da moda atualmente, onde foi visto no último ano um aumento na diversidade de tamanhos e não só tamanhos, mas peças que foram projetadas com o foco direto em modelo *plus size*.

O perfil de Instagram da @naotenhoroupa, perfil sobre moda com mais 250 mil seguidores, trouxe uma postagem que gerou bastante engajamento, onde o assunto foi “o fim da diversidade”, um assunto bastante tuitado durante a semana de moda de 2023, em que se notou uma menor demanda de modelos e *looks plus size*.

Além de contribuir para a exclusão nesses segmentos abordados acima, temos também para a exclusão e segregação das pessoas em situação de rua, a exemplo de alguns tipos de mobiliário urbano, como bancos com divisórias ou apoios de braços, que foram projetados para impedir que as pessoas em situação de rua durmam ou se sentem. Esse tipo de design hostil é conhecido como "arquitetura hostil" e é possível observar um exemplo na Figura 8 abaixo. A iluminação pública pode ser projetada para iluminar áreas específicas e somente durante determinados horários, o que pode deixar as pessoas em situação de rua em espaços de vulnerabilidade ou insegurança.

Figura 8 - Imagem retirada do fórum de um banco público



Fonte: Bcharts, 2023

Nesta figura podemos analisar que o banco público possui um design e um conceito de projeto, onde serviu para camuflar o seu verdadeiro foco, que era um mobiliário onde não fosse possível a permanência por longos períodos de tempo, impossibilitando assim o uso para dormir ou descansar.

O papel do designer nos espaços públicos consiste em projetar elementos urbanos que compõem esses locais, levando em consideração sua funcionalidade e a necessidade de serem reconhecidos pelas pessoas como úteis e importantes (John; Reis, 2010). Os autores John e Reis (2010) utilizam o termo "mobiliário urbano" para se referirem a esses elementos, os quais englobam objetos de diferentes escalas que fazem parte da paisagem urbana, implantados no espaço público com o propósito de fornecer serviços, garantir segurança, orientação e conforto aos usuários. Segundo os autores, o mobiliário urbano deve ocupar tanto espaços de uso privado quanto público.

Por outro lado, o design pode ser uma ferramenta de inclusão social quando é criado com a diversidade humana em mente. Por exemplo, edifícios projetados com recursos de acessibilidade que permitem que pessoas com mobilidade reduzida participem plenamente da

vida em sociedade, assim como roupas que são fabricadas em uma ampla variedade de tamanhos e formas, incluem mais pessoas e promovem a autoestima e auto aceitação.

Um exemplo são as exposições do Cooper Hewitt Smithsonian Design Museum — um museu de design localizado na Museum Mile do Upper East Side, em Manhattan — que desde 2017 tiveram características de acessibilidade, que vão desde passeios com descrição visual até aplicativos acessíveis e objetos palpáveis (Instituto Tellus, 2019).

Um dos produtos expostos no museu é a Cadeira de rodas da Merits. Desenhada para suportar terrenos acidentados, essa cadeira possui uma roda e um eixo auxiliares, gerando, assim, estabilidade extra em solos de areia ou lama e em terrenos irregulares (Instituto Tellus, 2019).

O design também pode ser uma ferramenta poderosa para promover a inclusão cultural. Quando o design leva em conta as diferenças culturais e históricas, ele pode criar espaços e produtos que respeitam e celebram as culturas locais. Por exemplo, a arquitetura que incorpora elementos da cultura local pode ajudar a promover um senso de identidade e orgulho nas comunidades.

Um exemplo é o Heat Rescue Disaster Recovery (Kit para aquecer desabrigados), visto na Figura 9, desenvolvido pela designer coreana Hikaru Imamura, quando ainda era estudante. Consiste em um kit de aquecimento e alimentação que pode ser utilizado em situações de emergência.

Segundo o projeto de Design Social, ele

é feito de um tambor de óleo, que pode simplesmente se transformar em um fogão para aquecer, ferver água e cozinhar. Os tambores podem ser mantidos em depósitos municipais, escritórios da empresa e outros locais. Quando um desastre acontece, eles podem ser enviados para as áreas afetadas e, por serem padronizados, são fáceis de transportar e se transformam em fogões a lenha sem muito esforço. Uma vez que a necessidade tenha passado, podem ser reutilizados. (Imamura, 2020)

Figura 9 - Imagem retirada do fórum de um banco público



Fonte: Hikaruimamura, 2023

De acordo com a análise de Fantini (2015), que abordou projetos ativistas voltados para a resolução do problema do abrigo da população de rua e sua relação com diversos elementos envolvidos (como o Estado e o indivíduo na paisagem urbana), destaca-se o exemplo do toldo instalado em um estabelecimento privado. Esse toldo, acompanhado de um mecanismo, pode ser baixado para servir como abrigo para as pessoas em situação de rua, conforme ilustrado na Figura 10.

Figura 10 - Toldo para abrigo



Fonte: Fantini (2015)

Outra ação envolvendo a sociedade é a do Amigos da Sopa, na cidade de Florianópolis (Figura 11), um projeto que existe desde 2011 por voluntários, onde é feita a distribuição de marmidas para as pessoas em situação de rua e pessoas em situação de baixa renda ou vulnerabilidade.

Figura 11 - Dia de ação na Catedral Metropolitana de Florianópolis



Fonte: Capturada pela autora, 2023

Outra solução com apelo ativista é o noticiado pelo site Hypesess. A reportagem apresenta a ação de artistas que usaram um colchão para anular o efeito pontiagudo dos pregos instalados para afastar pessoas em situação de rua, conforme visto na Figura 12. A ação também procura retomar a ocupação do espaço a qualquer pessoa, além de, também, simular uma biblioteca, dispondo de livros com temáticas como arquitetura, planejamento urbano, gentrificação e pobreza, procurando assim instigar a relação dessas temáticas com o problema dos moradores de rua.

Figura 12 - Solução para os pregos hostis instalados em vitrines



Fonte: Hypheness (2015)

Apesar da discussão sobre espaços hostis e a busca pelo direito à cidade ter ganhado força no final do século XX, muito pouco se falava em, de fato, acabar com a problemática, no Brasil e no mundo. A ideia de trazer iniciativas que não apenas amenizassem, mas sim solucionassem a situação surgiu com o psicólogo Sam Tsemberis da ONG norte-americana “Pathways to Housing”. Suas ideias culminaram na criação de um método que virou política pública, o “Housing First”, cuja tradução pode ser “habitação em primeiro lugar”.

Como o nome já diz, ele entende a moradia como a primeira etapa do processo de intervenção. Ou seja, inverte-se a ordem usual de assistência, priorizando, antes de tudo, alocar as pessoas em situação de rua em uma casa individualizada. A ideia é gerar oportunidades de integração comunitária, além de melhorias na saúde física e mental através da estabilidade trazida pela moradia (Homelesshub, 2021).

Outra ação de bastante impacto no Brasil é a ONG SP Invisível, que vem lutando pela humanização dos olhares sobre as pessoas em situação de rua desde 2014, quando ela surgiu através de uma dinâmica em grupo de fotógrafos para documentar o “invisível”.

Dentro das muitas ações que a ONG realiza, a exposição “EU SABIA QUE VOCÊ EXISTIA” merece destaque neste trabalho, pois teve grande reverberação. Tratava-se de uma intervenção nos edifícios de São Paulo, projetando imagens de pessoas em situação de rua junto com seus nomes e histórias. Além da ação, as próprias pessoas que apareciam nas projeções

estavam presentes para serem conhecidas pessoalmente. Abaixo, na Figura 13, é possível observar uma imagem da exposição.

Figura 13 - Fotos publicadas no Instagram do SP invisível



Fonte: Instagram @spinvisível, 2022

Adentrando no âmbito de produtos, temos a proposta da Rede Abrigo (Figura 14), uma solução que proporcione uma forma de abrigo e que possibilite a pessoa em situação de rua não somente isso, mas também a de lhe conferir flexibilidade e mobilidade em seu uso.

Figura 14 - Rede Abrigo



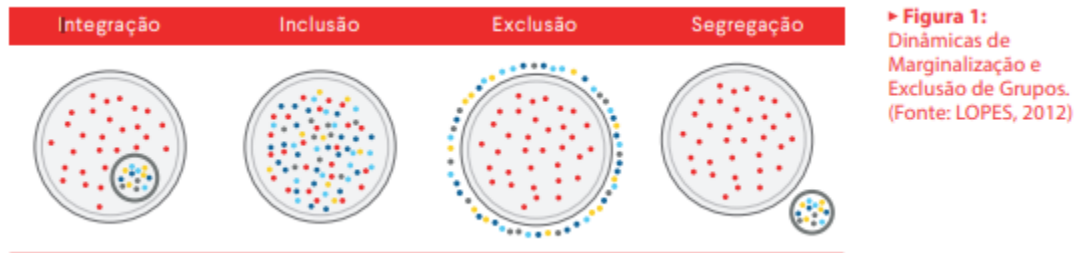
Fonte: Behance, 2023

Dentre as propostas identificadas, o design continua a ser uma abordagem viável para encontrar soluções específicas para problemas. Desse modo, o design pode ser uma ferramenta tanto de inclusão como de exclusão social. É importante que designers, arquitetos e outros

profissionais do design estejam cientes do impacto que suas escolhas podem ter na sociedade e que trabalham para criar soluções que sejam inclusivas e respeitem a diversidade humana.

Conforme mostra a Figura 15 a seguir, a integração/inclusão e a segregação/exclusão se opõem dentro do processo de desenvolvimento.

Figura 15 - Dinâmicas de marginalização e exclusão de grupos



Fonte: Design para a sustentabilidade: dimensão social, 2019

Existe a necessidade de incluir as pessoas marginalizadas na sociedade e promover a sua integração de maneira significativa. Quando falamos de pessoas com necessidades especiais, e aqui podemos entender como não somente pessoas com alguma deficiência ou dificuldade física e mental, mas também pessoas que enfrentam desafios sociais e são consideradas marginalizadas de alguma maneira, é importante entender que a sua inclusão na sociedade não deve ser apenas uma questão de adaptar-se às suas necessidades, mas sim de reconhecer e valorizar a sua individualidade e capacidades únicas.

Portanto, é importante que os designers que atuam nos espaços urbanos estejam cientes do papel que o design pode desempenhar na segregação desses espaços. Eles devem trabalhar para criar espaços públicos que sejam inclusivos e acessíveis a todas as pessoas, independentemente de sua classe social, raça, gênero ou outras características.

3 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Para o desenvolvimento do produto deste PCC, tem-se as fases de imersão e ideação, que fazem parte da metodologia do Design Thinking, escolhida para direcionar o trabalho, definindo o público-alvo, análise de produtos similares e identificando as necessidades. Inicialmente, para a fase de imersão, pensando sobre o público em questão, que são as pessoas em situação de rua, viu-se a necessidade de adotar a pesquisa etnográfica, que é uma metodologia de pesquisa utilizada nas ciências sociais e antropologia para estudar e descrever

as culturas e comportamentos de grupos humanos específicos. O termo "etnografia" vem das palavras gregas "ethnos", que significa "povo" ou "grupo cultural", e "grapho", que significa "escrever". Dessa forma, o viés etnográfico é a escrita não apenas sobre um grupo social, mas a partir dele – a partir do seu olhar, desejos, dificuldades e demandas.

3.1 IMERSÃO

A principal característica da etnografia é a imersão do pesquisador na comunidade ou grupo que está sendo estudado, neste caso, foi feita uma imersão dentro da ONG Amigos da Sopa, de Florianópolis, lugar que possibilitou a pesquisadora participar de diversas ações de entrega de marmitas e assistências sociais que ocorreram na Catedral Metropolitana da cidade no período de 5 meses (fevereiro a junho de 2023). Durante essas ações, foi possível observar de perto o público, interagir com ele, entrevistá-lo e ainda vivenciar a dinâmica da ONG no auxílio às pessoas em situação de rua, entendendo suas principais necessidades e problemas enfrentados. Além da imersão na ONG, foram feitas visitas ao CENTRO POP de Florianópolis, que é o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, sendo o principal responsável em assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades.

Também houve a participação em rodas de conversa, uma delas dentro do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, onde foi abordado o tema das dificuldades no mercado de trabalho para pessoas em situação de rua e contou com a participação de professores, assistentes sociais e pessoas que vivem essa realidade. A outra roda de conversa foi no centro de Florianópolis com o Movimento da População de Rua de Santa Catarina e o Movimento Voz das Minas, que contam com participantes que vivem a realidade das ruas e criaram esses grupos para poderem defender suas classes.

Foram feitas, também, pesquisas na internet, mais precisamente nas redes sociais de personalidades do poder público da cidade de Florianópolis, para entender os eventos que permeiam o público e as medidas públicas que são tomadas.

Essa abordagem permitiu obter uma compreensão mais profunda da cultura em estudo, capturando nuances, valores, crenças, normas sociais e dinâmicas sociais que podem não ser facilmente perceptíveis através de métodos de pesquisa mais tradicionais.

3.2 ETNOGRAFIA

Durante o trabalho de campo, foram coletados dados de várias formas, como observação participante, entrevistas, diários de campo e análise de documentos. Esses dados foram então analisados para identificar padrões, temas e significados culturais, com o objetivo de produzir uma descrição detalhada e interpretativa da cultura em questão.

Espaço:

- O espaço pode incluir diferentes locais, como ruas, praças, parques, becos, viadutos, abrigos improvisados, barracas, abrigos sociais, casas de acolhimento, moradias insalubres, entre outros;
- Muitas vezes são públicos e de acesso gratuito, porém, sem infraestrutura adequada para garantir necessidades básicas;

Figura 16 - Foto tirada no projeto Passarela da Cidadania em Florianópolis



Fonte: Disponível em: <https://floripacentro.com.br/passarela-da-cidadania-defensoria-publica-vai-a-justica-para-evitar-contagios-entre-populacao-de-rua/>. Acessado em: 22 jun. 2023

- Condições insalubres e inseguras. Os indivíduos enfrentam exposição ao clima, como frio intenso, calor extremo, chuva e vento, sem proteção adequada. A falta de acesso a banheiros e água potável também é uma realidade comum, o que afeta a higiene pessoal e aumenta o risco de doenças;

Figura 17 - Imagem retirada de reportagem de jornal online

SANTA CATARINA nsc tv

fique por dentro Submarino Titan Restituição do IR Globo Repórter Concursos Quina de São João

Homem em situação de rua morre de hipotermia durante frio em Florianópolis, diz Estado

Informação foi confirmada pela Secretaria de Saúde de Santa Catarina. Morte ocorreu nesta segunda-feira, no Centro da capital.

Por Sofia Mayer e Caroline Borges, g1 SC
12/06/2023 16h28 · Atualizado há uma semana

Facebook Twitter WhatsApp Telegram LinkedIn Share

Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/06/12/homem-em-situacao-de-rua-morre-de-hipotermia-apos-fazer-frio-em-florianopolis-diz-estado.ghtml>. Acessado em: 22 jun. 2023

- A convivência nesses espaços também pode ser marcada pela violência, tanto física quanto verbal. Frequentemente enfrentam estigma, discriminação e abuso, o que agrava ainda mais sua vulnerabilidade. Além disso, a falta de segurança pode levar a situações de violência entre os próprios indivíduos que compartilham esses espaços;
- Escassez de recursos financeiros impossibilita o acesso regular a refeições adequadas, levando à desnutrição e à dependência de programas assistenciais ou doações;
- Falta de acesso a serviços de saúde também é uma preocupação significativa, gerando maior probabilidade de sofrer com doenças físicas e mentais;
- Outro aspecto considerado é a escolha dos locais que proporcionam isolamento pois os mesmos consideram a privacidade importante. Os relatos sugerem que algumas dessas pessoas, pela sua comum condição solitária, se abrigam sozinhas e outras procuram se abrigar ou com seu parceiro ou em grupo;

Figura 18 - Pessoas em situação de rua durante ação do Amigos da Sopa



Fonte: Capturada pela autora, 2023

- Arquitetura hostil é um exemplo do espaço que permeia esse público, com o objetivo de afastá-los e dificultar seus acessos a certos locais que poderiam servir para descansar, deitar ou passar o tempo, como banco de praças, degraus, muros, pontos de ônibus, é tão evidente que sugere a arquitetura nas áreas urbanas gerou uma cultura que valoriza os elementos hostis, o que levanta a possibilidade de que essa cultura seja influenciada por diversos outros motivos discutidos neste projeto, como preconceito e falta de informação. Essa cultura estabelece um padrão em que esses artefatos hostis são considerados naturais na concepção de projetos arquitetônicos das cidades.

Atores:

- Muitas das pessoas em situação de rua observadas são trabalhadores e trabalhadoras que se ocupam durante o dia e acabam tendo que dormir nas ruas a noite por estarem em situação de miséria e renda mínima, muitos acabaram sendo despejados de suas casas por muitos motivos, dentre eles, uso de substâncias como álcool, falta de dinheiro para pagar as contas e dívidas. Essa parcela é majoritariamente composta por homens entre 30 a 50 anos;
- Grande parte do público relatou possuir uma renda que vinha de coleta de material reciclado, auxiliar de pedreiro, jardinagem, faxina entre outros. Essa renda podia ser mensalmente ou sem um período definido, assim como o valor;
- É notável a desinibição para relatar a cultura e o hábito de uso de substâncias, tanto em frequência como a destinação de parte de sua renda para este fim. Eles reconhecem algumas das consequências que seu uso acarreta, como a de destinar parte da renda para esse fim, ou de impedir que frequentem abrigos ou casas de apoio;
- Muitos mantêm uma rotina com mínimo contato entre outras pessoas e também com as que estão na mesma situação. Atribuem isso ao fato de tentarem evitar

situações em que possam sofrer algum tipo de violência ou preconceito. Os relatos de furtos entre as pessoas em situação de rua também fazem com que prefiram o isolamento, embora alguns procurem a convivência em grupos como forma de proteção, ou até acabam adotando cachorros para auxiliar nessa proteção;

- Reconhecem a existência da arquitetura hostil, por mais que desconheçam este termo, mostram o quanto os mesmos dificultam na escolha de um local para se abrigar;
- Durante a imersão notou-se que muitas pessoas que buscaram o espaço de atendimento na Catedral possuíam moradia, porém estão em situação de miséria, tendo que necessitar de auxílio de instituições como a ong Amigos da Sopa. Essas pessoas eram geralmente mulheres com crianças pequenas e pessoas idosas;

Figura 19 - Foto da fila feminina para marmita durante ação na Catedral



Fonte: Capturada pela autora, 2023

- Outra parcela eram pessoas que estavam vivendo na rua a um período curto de tempo por motivos de terem perdido o emprego e estarem desabrigadas por falta de dinheiro para pagar as contas. Essas pessoas estavam na faixa etária dos 30 a 40 anos e em maioria homens;
- A maior porcentagem era de pessoas que viviam nas ruas a mais de um ano e que sofriam de problemas psicológicos, como esquizofrenia, depressão e bipolaridade, fazendo abuso de substâncias como maconha, álcool, cocaína, metanfetamina e crack. Essa realidade dificulta muito a vivência na sociedade pois acabam sendo mais delicadas de se lidar, acabam sendo mais agressivas e com a aparência mais debilitada. Nos eventos em que foram observadas, notou-se uma gama grande de pessoas transexuais nestas condições e pessoas jovens, na faixa dos 20 a 30 anos.

Atividades:

- Seu dia-a-dia é principalmente se preocupar com o que vão comer e que não sejam roubados ou agredidos segundo eles;
- Acabam indo trabalhar somente quando possível, pois muitas vezes sofrem violência durante a noite, ou precisam ficar trocando de local para dormir porque a polícia os expulsa, ou se faz frio ou chuva acabam não conseguindo dormir e tudo isso impossibilita que consigam estar a postos para um dia de trabalho. Por conta disso acabam sendo constantemente demitidos. Muitos descreveram que sua rotina na rua é procurar o que comer, onde dormir, defender as suas coisas e poder tomar banho.

Objetos:

- Os produtos e objetos presentes geralmente são aqueles que são essenciais para sua sobrevivência básica e para enfrentar as adversidades da vida nas ruas;
- Observou-se que a grande maioria vivia com uma mochila ou mala e em alguns casos possuíam uma bicicleta para levar seus pertences;

Figura 20 - Foto tirada durante ação na Catedral



Fonte: Capturada pela autora, 2023

- Dentre os pertences estão roupas que foram doadas ou encontradas. Isso inclui roupas de diferentes tipos, como camisetas, calças, casacos, meias e sapatos. A escolha das roupas é influenciada pelo clima e pelas condições em que vivem;

Figura 21 - Foto tirada dos pertences das pessoas que estavam na Catedral



Fonte: Capturada pela autora, 2023

- Devido à exposição ao clima adverso, os cobertores e sacos de dormir são itens essenciais para se protegerem do frio e terem um pouco de conforto durante o sono. Assim como papelão e sacolas;

Figura 22 - Pessoa em situação de rua carregando seus pertences em uma mala



Fonte: Capturada pela autora, 2023

- Muitas vezes têm acesso limitado a banheiros e chuveiros, mas alguns têm consigo itens básicos de higiene, como escova de dentes, pasta de dentes e sabonete. Esses itens são geralmente obtidos por meio de doações ou programas de assistência;
- Por conta da dificuldade de acesso a refeições regulares, carregam consigo alguns recipientes reutilizáveis, como garrafas de água, podem ser usados para transportar e armazenar líquidos, podes de comidas, e talheres;
- Embora muitos percam ou tenham seus documentos roubados, alguns conseguem manter consigo documentos como identidade, CPF, cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) e outros, que são importantes para acessar serviços e benefícios sociais;
- Alguns acabavam falando que carregam objetos que auxiliam em sua sobrevivência diária, como canivetes, isqueiros, lanternas, cordas e recipientes para coleta de água.
- É importante ressaltar que a disponibilidade e o tipo de produtos e objetos podem variar de acordo com a localização geográfica dentro da cidade, como a maioria encontra-se no centro de Florianópolis, acaba achando com mais facilidade coisas no lixo e tem mais acesso a doações e serviços disponíveis na região.

Atos:

- **Sobrevivência:** a principal preocupação é suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, como encontrar abrigo, coletar alimentos, se proteger de outras pessoas, se proteger da polícia ou solicitar ajuda em serviços de assistência social, como casas e centros de acolhimentos. Estão em estado constante de alerta para não sofrer violência ou serem roubados;
- **Busca por assistência:** buscam ativamente por assistência e apoio de organizações governamentais, ONGs, abrigos e serviços sociais. Vão a centros de acolhimento, procurar por programas de emprego ou reabilitação, tentam obter acesso a cuidados de saúde e outros serviços essenciais;

Figura 23 - Foto do dia de ação de assistência social na Catedral



Fonte: Capturada pela autora, 2023

- Relações comunitárias: mesmo diante das dificuldades, constroem relações sociais entre si. Formam comunidades informais, compartilhando recursos, apoio emocional e informações úteis sobre abrigos, alimentos e serviços disponíveis;
- Buscar renda: buscam renda ou subsistência por meio da coleta de materiais recicláveis, como latas, garrafas e papelão. Vendem esses materiais a centros de reciclagem para obter algum tipo de remuneração;
- Criatividade e habilidades artísticas: algumas usam suas habilidades artísticas, como música, pintura ou artesanato, como uma forma de expressão pessoal e até mesmo como uma fonte de renda. Realizam apresentações nas ruas ou vendem suas criações para obter algum suporte financeiro.
- Reinsere-se no mercado de trabalho: precisam ir atrás de auxílio para atualizar seus currículos, deixar seus pertences para fazer entrevistas, conseguir comprovante de residência ou documentação, roupas adequadas para trabalho e locais para se arrumar.

Eventos:

- Estão expostas a condições climáticas extremas, como calor intenso, frio intenso, chuva e ventos fortes. Essas condições podem afetar sua saúde e bem-estar, levando a doenças, hipotermia, insolação e outras complicações relacionadas ao clima;
- A falta de moradia adequada é um dos principais desafios enfrentados. Não ter um local adequado para dormir, se alimentar, se higienizar, poder guardar e proteger suas coisas e descansar gera diversos outros problemas que faz com que não consigam se reerguer e sair da situação que se encontram;
- A falta de acesso regular a alimentos adequados é uma realidade comum. Elas enfrentam fome e desnutrição;
- São vítimas de violência física, verbal e sexual. Estão expostas a roubos, agressões e abusos por parte de outras pessoas em situação de rua, moradores locais ou mesmo autoridades. Muitos relatam que a própria COMCAP (Autarquia de Melhoramentos da Capital), que realiza a coleta de resíduos da capital, acaba jogando seus pertences dentro dos caminhões durante as coletas;
- A falta de um endereço fixo e documentação adequada dificulta o acesso a serviços essenciais, como cuidados de saúde, programas de assistência social, educação e oportunidades de emprego. Assistentes sociais da Passarela da Cidadania falam que são entregues comprovantes de residência com o endereço do local para quem está instalado, porém muitas empresas já reconhecem o endereço e não querem contratar. Segundo André Schafer, coordenador do Movimento Popular de Pessoas em Situação de Rua de Santa Catarina, “são 20 anos de rua no currículo”.
- Frequentemente enfrentam estigma e discriminação por parte da sociedade. Isso leva a exclusão social, falta de autoestima, isolamento, dificuldade em encontrar emprego e em acessar serviços básicos;
- A falta de cuidados médicos regulares e o ambiente precário em que vivem podem levar a problemas de saúde física e mental não tratados. Doenças crônicas, doenças infecciosas, transtornos mentais e abuso de substâncias são comuns;
- Falta de um endereço fixo e acesso limitado a recursos para guardar os seus pertences para poder fazerem ações comuns como buscar emprego, ir ao trabalho e se locomover dificultam encontrar emprego e garantir uma renda estável,

cansaço por carregar peso em excesso, além de fazer com que vivam em constante cuidado, atenção e medo de perder o pouco que possuem. Essa situação muitas vezes contribui para o ciclo de pobreza e exclusão;

- O CENTRO POP de Florianópolis deveria contar, segundo as orientações técnicas regidas pela prefeitura, com um guarda volumes para armazenar seus pertences, porém a realidade é outra. O local não tem espaço suficiente para comportar esse móvel, fazendo com que as pessoas, ao necessitarem deixar seus pertences em algum local seguro, acabam deixando na recepção do CENTRO durante um período de apenas 24 horas. Segundo relato da assistente social do local, muitos deixam durante as entrevistas de emprego, ou quando acabam de chegar na cidade e precisam de praticidade para poderem se ajeitar enquanto não tem onde morar. O local conta apenas com uma estante de metal para guardar documentos, todos organizados por ordem alfabética.

Objetivos:

- O objetivo mais imediato é o de encontrar uma moradia. Elas desejam ter um lugar para chamar de lar, onde possam se sentir protegidas e ter privacidade. Outra fala de André Schafer é que abrigo não é moradia pois tem limite;
- Desejam estar livres do risco de violência, abuso e exploração, e almejam encontrar estabilidade emocional e financeira;
- Acreditam que ter um emprego é o primeiro passo para conseguirem estabilidade e uma vida “normal”. Aspiram conseguir um emprego digno e uma renda estável. Desejam ter a oportunidade de sustentar a si mesmas e alcançar autonomia;
- Fazer tratamento estéticos como cortar cabelo, barba e maquiagem e locais que possam deixar suas coisas com confiança para que possam se estabilizar;
- Algumas das pessoas em situação de rua têm o objetivo de superar problemas de saúde mental, dependência de substâncias ou outras questões que contribuíram para sua condição de rua. Elas buscam tratamento e reabilitação para melhorar sua qualidade de vida;
- Para algumas dessas pessoas em situação de rua, reconstruir laços familiares é um objetivo significativo. Elas desejam restabelecer o contato com familiares e encontrar apoio e acolhimento por parte deles;
- Aspiram serem tratadas com dignidade e respeito, superando o estigma associado à sua situação de rua.

Sentimentos:

- A condição de estar em situação de rua leva a sentimentos de tristeza e desesperança. A falta de um lar estável, a luta constante pela sobrevivência e a exposição a dificuldades trazem um senso de desamparo e desânimo;
- O isolamento social é uma realidade que muitos enfrentam por conta da falta de conexões familiares, amigos e interações sociais significativas o que leva a sentimentos intensos de solidão;
- Se sentem estigmatizadas e rotuladas, o que afeta negativamente sua autoestima e bem-estar emocional;
- A luta diária para atender às necessidades básicas, encontrar abrigo, acesso a alimentos e serviços gera frustração e impotência. A falta de recursos e a

dependência de sistemas e serviços muitas vezes falhos são fontes significativas de estresse emocional;

- A exposição a situações de risco, como violência, abuso e falta de segurança, trazem sentimentos de medo e ansiedade constantes. A falta de proteção física e emocional leva a um estado de vigilância e insegurança constante;
- Revolta é um sentimento constante também, pois notam como existe desinformação da sociedade sobre as suas condições, então acabam ouvindo frases do tipo: “está nessa situação porque quer”, “é preguiçoso e não quer trabalhar”, “deve ser bandido”, entre muitas outras. Segundo alguns relatos, não entendem como pode existir tantas pessoas brancas e em boas condições de vida sem empregos e ainda querem e esperam que pessoas nas condições em que vivem possam conseguir uma oportunidade. Segundo a fala de uma pessoa em situação de rua em um momento de conversa na rua, o corre é diário, é necessário estar sempre em atividade e atenção, além de estar o tempo inteiro indo atrás de oportunidade e aceitando trabalhos precários e quase análogos a escravidão para poder se virar;
- Apesar das dificuldades, muitas pessoas em situação de rua demonstram uma incrível resiliência e mantêm uma chama de esperança. Elas buscam superar obstáculos, encontrar soluções e trabalhar em direção a uma vida melhor;
- Mesmo em meio a circunstâncias difíceis, encontram espaço para a gratidão pelas pequenas coisas, como um sorriso amigável, uma refeição quente ou um gesto de bondade. Além disso, algumas pessoas em situação de rua desenvolvem empatia e compreensão pelos outros que enfrentam desafios semelhantes e pelos animais, por isso muitos costumam adotar pets.

Figura 24 - Pessoa em situação de rua com seus pertences e seus pets



Fonte: Capturada pela autora, 2023

Paisagem Visual:

- Vivem em áreas urbanas, nas ruas e espaços públicos. Suas visões diárias consistem em ruas movimentadas, calçadas, praças, parques e outros locais acessíveis ao público;
- Abrigos improvisados usando materiais disponíveis, como caixas de papelão, lonas, cobertores e tendas. Estes abrigos podem ser encontrados em becos, debaixo de pontes, em parques ou em outros espaços públicos;
- Experimentam a desigualdade visual entre suas condições de vida precárias e os edifícios, arranha-céus e infraestruturas modernas ao seu redor. Esse contraste pode ser evidente em áreas urbanas densamente povoadas;
- Dependendo da localização, estão cercadas por lojas, restaurantes, barracas de comida de rua, bancas de jornal e outros negócios locais;
- Frequentam abrigos especializados para pessoas em situações precárias. Geralmente possuem regras rígidas de convivência, o que faz com que muitos não gostem de utilizar esses locais. Além de terem infraestrutura precária e superlotação;
- Em algumas áreas, é possível encontrar abrigos temporários, centros de assistência, refeitórios comunitários, serviços de saúde móveis e outros recursos disponíveis para as pessoas em situação de rua. Esses locais são parte da paisagem visual, representando fontes de apoio e assistência;
- Arquitetura hostil e projetos hostis para dificultar suas vidas fazem parte da sua paisagem visual, o que os lembra todos os dias que não querem que eles estejam nesses locais.

Expectativas:

- Uma grande expectativa que carregam é a de garantias de direitos com políticas públicas eficazes e que sejam, de fato, para lhes favorecer;
- Tem expectativa de conseguir mais auxílios e incentivos públicos para conseguirem sair da situação de miséria;
- Ter ações afirmativas para contratação de pessoas em situação de rua;
- Kits de entrevista, como roupas, itens de higiene e local para guardar seus pertences, para conseguirem ir adequadamente ao trabalho ou na busca por trabalho;
- Locais de abrigo públicos com mais estrutura para que tenham mais segurança e assim se concentrem em apenas conseguir emprego;
- Muitos acham de extrema relevância poderem deixar seus pertences em locais seguros para facilitar suas buscas por emprego;
- Maior aceitação da sociedade e mais conscientização da população;
- Sair da situação que estão.

Alternativas:

- Muitos solicitam ajuda de pessoas da família, assistentes sociais, coordenadores de projetos sociais ou ongs para ajudarem a entrar em contato ou receber notícias de oportunidades de emprego;
- Utilizam bicicletas como forma de transportar e carregar seus pertences todos os dias;

Figura 25 -Imagem de bicicleta utilizada para carregar pertences



Fonte: Capturada pela autora, 2023

- Participam de projetos sociais como o Instituto Arco-íris, que proporciona cursos de artesanato, informática, danças e entre outras atividades;
- Fazem parte de movimento populares como o Voz das Minas, para tentarem melhorar suas realidades e ter a sensação de luta;
- Oferecem serviços em troca de alimentos ou dinheiro, como varrer fachada de lojas, jardinagem, faxina de casas, flanelinha, limpar carros e outras atividades;
- Deixam seus pertences em igrejas e abrigos sociais para poderem realizar atividades;
- Em alguns casos acabam roubando e furtando para conseguir meios de se alimentar ou comprar drogas;
- Buscam comida em ações de ongs pela cidade.

Para promover o direito à cidade, é necessário adotar abordagens políticas e sociais que considerem as necessidades específicas desses indivíduos. Isso inclui o estabelecimento de espaços seguros para armazenar seus pertences, a implementação de programas de inclusão social e a conscientização da sociedade sobre a importância de fornecer oportunidades de emprego para pessoas em situação de rua.

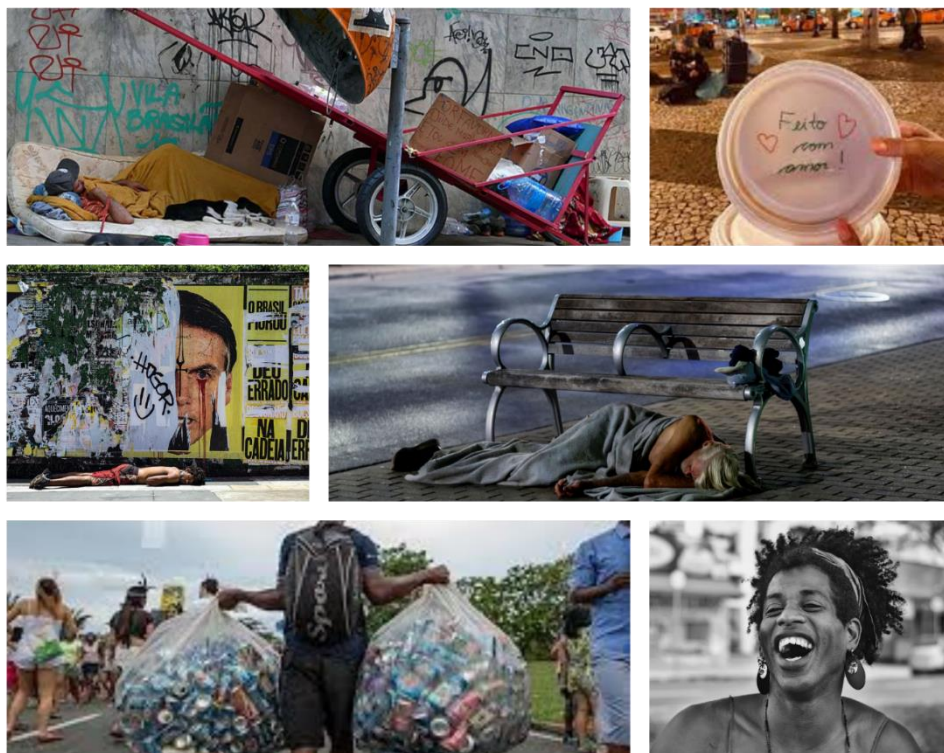
Portanto, a análise da dificuldade enfrentada por pessoas em situação de rua ao encontrar emprego devido à necessidade de carregar seus pertences, ou a perda e rouba de seus pertences durante sua exposição e vulnerabilidade nas ruas, evidencia a violação do direito à cidade e destaca a importância de buscar uma solução que promova a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua condição de moradia.

Para sanar essa necessidade imediata desse público, foi desenvolvido um guarda volumes para ser instalado dentro dos centros de acolhimento permitindo o uso por pessoas em situação para armazenar com segurança os seus pertences durante a noite, durante entrevistas de emprego e outros compromissos, auxiliando assim no processo de busca por autonomia e oportunidades.

3.2.1 Painel semântico

O painel semântico é uma ferramenta que auxilia na representação visual e gráfica das principais características que compõem e representam o público que está sendo estudado, com o intuito de ser uma ferramenta auxiliadora do processo de definição estética e sensorial do projeto, como é mostrado na Figura 26.

Figura 26 - Painel semântico do público-alvo



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

3.2.2 Lista de necessidades

As informações obtidas na etnografia abriram um leque de importantes necessidades, visto que foi possível observar de maneira mais fidedigna o que o usuário realmente identifica como necessário para facilitar a sua vivência nas ruas. Dessa forma, após essas análises as quais pôde-se compreender o público mais profundamente, o espaço ao qual o produto será colocado e sua dinâmica, foi possível estabelecer uma lista de necessidades para o produto, que estão destacadas na Figura 27.

Tabela 3 - Lista de necessidades

→	Ser adaptado para um público diverso tanto estruturalmente quanto esteticamente
→	Possuir mobilidade pois os centro de assistência possuem espaço limitado e não deve se tornar um problema de organização espacial
→	Ser fácil de montar e transportar
→	Ser fácil de limpar por conta da manutenção do espaço ser feita por terceirizados
→	Ter compartimentos para armazenar pertences de tamanhos e pesos diversos
→	Ter espaço para colocar avisos e também correspondências e documentos
→	Possuir numeração e chave para facilitar a organização no espaço, pois as chaves ficarão guardadas com os funcionários do espaço
→	Possuir espaço para guardar doações de roupas

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Após a elaboração da lista de necessidades fez-se necessário a realização de uma análise estrutural do produto para ter um discernimento geral das peças e funções de cada componente e ter uma visão clara do que é necessário no momento da criação do produto.

3.2.3 Análise de similares

A análise de similares é um processo que consiste em identificar e comparar os projetos semelhantes, tornando possível identificar padrões, tendências e relações entre os itens, permitindo a tomada de decisões mais embasadas e a criação de estratégias mais eficientes. A importância da análise de similares reside na sua capacidade de melhorar a compreensão dos produtos, impulsionando a inovação e o desenvolvimento em diversas áreas.

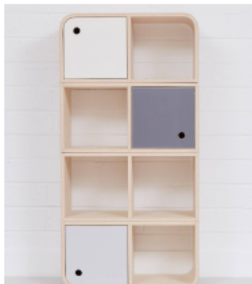
Quadro 1 - Análise de produtos similares



Armário de armazenamento pessoal para escritórios da WOOD MOBILIER

Armário feito para espaços de coworking e abertura de RFID. Possui compartimentos de diferentes tamanhos e material todo em madeira. É feito sob medida de tamanho e de cores para cada espaço.
Preço: Valor sob medida
Dimensões: De acordo com o ambiente do cliente

wood-mobilier, web (2023)



Armário de armazenamento pessoal da LOZI DESIGN

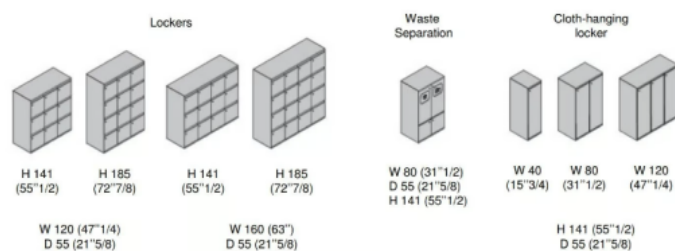
Armário com design compacto e cantos arredondados, material todo em MDF com portas em cores diferentes e nos tons pastéis.
Preço: 780,00 Euros
Domensões: 1,60 × 85 × 38

lozidesigns, web (2023)



Armário de armazenamento pessoal da ESTEL GROUP

Armário feito para espaços de coworking e abertura de RFID. Disponíveis com 9 e 16 compartimentos e espaços para pertences de tamanhos grandes além de duas lixeiras.
Material todo em MDF com portas em cores diferentes.
Preço: Não encontrado
Dimensões:



lozidesigns, web (2023)



Armário de metal em blocos da IKEA

A linha LIXHULT da IKEA é toda em metal e vem em uma infinidade de cores (azul, rosa, branco, cinza, vermelho, laranja e verde) e tamanhos, a linha toda é feita em metal.
Preço: 59,00 Euros cada bloco
Domensões: Bloco maior 35 × 35 × 60 e bloco menor 35 × 35 × 40 total 35 × 1,40 × 1,40

IKEA, web (2023)



Sistema de estantes WERKBOX

Armário modular feito por sistema de encaixes e de MDF com inserção de prateleiras posicionáveis, gavetas e separador de documentos. Cor crua de MDF e laminado colorido nas portas.

Preço: 14,90 Euros cada bloco

Dimensões: 33 × 25 × 30

WERKBOX, web (2023)

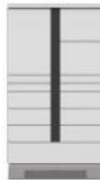


Armário de de pacotes KEPOL

Armários de pacotes de alta qualidade para coleta, entrega e devolução. São armários de diversos tamanhos já montados e prontos para instalação. Alguns contam com painel fotovoltaico e todos são feitos em metal.

Preço: Não encontrado

Domensões: Não encontrada



KEBA, web (2023)



Armário personalizado WEWO

Armário com espaço para cabides e com abertura de RFID, planejado para vestiários e escritórios. Por ser personalizado, pode ser feito na cor de escolha do cliente, assim como os tamanhos. Todos os modelos são feitos em MDF.

Preço: Não encontrado

Dimensões: Não encontrado

WEWO, web (2023)



Armário de metal da FIRSTLOCKER

Os Armários Lockers de Aço da First Locker são personalizados de acordo com o ambiente e necessidade, sem arestas cortantes, dobradiças reforçadas e pintura de alta qualidade, além de serem móveis resistentes a corrosão. Possui furos para circulação de ar.

Preço: Não encontrado

Dimensões: Não encontrado


firstlocker, web (2023)

Após a análise de produtos similares, é possível definir critérios para a identificação do produto com maior potencial de similaridade. A seguir a lista de verificação apresenta os pontos positivos e negativos encontrados.

3.2.4 Lista de verificação

De acordo com Pazmino (2015), a utilização de uma lista de verificação permite a avaliação dos produtos similares, identificando áreas que podem ser aprimoradas, mantidas e até mesmo exploradas como potenciais oportunidades de inovação. O Quadro 2 abaixo apresenta a lista de verificação aplicada a este projeto.

Quadro 2 - Lista de verificação

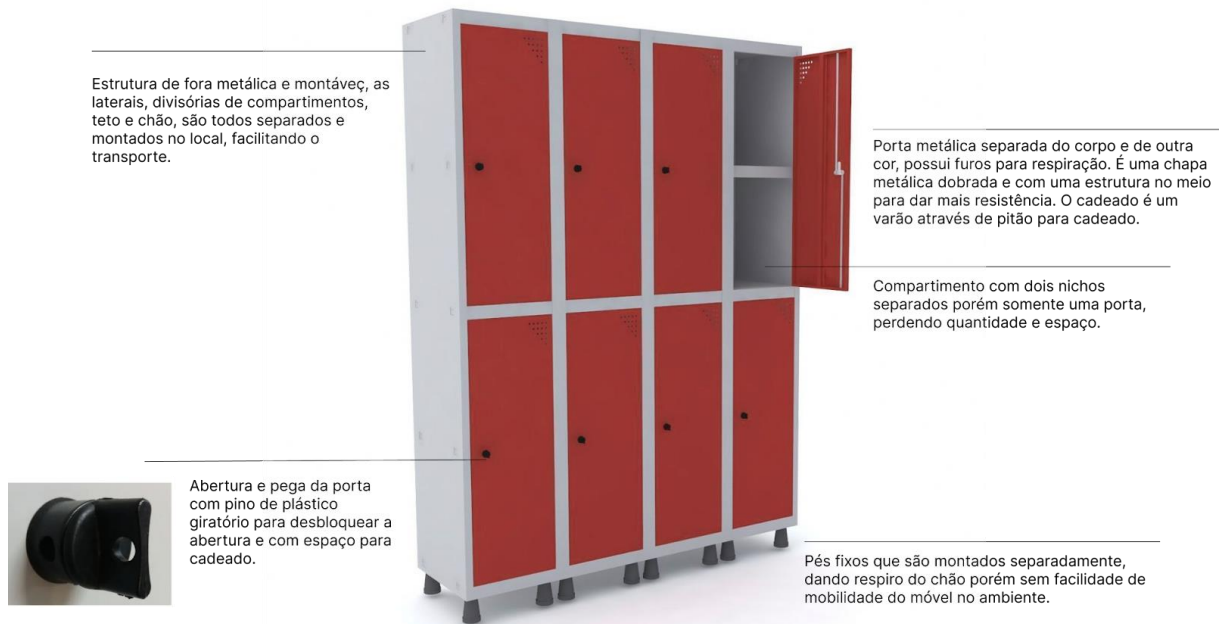
	
Pontos positivos	Pontos negativos
Modularidade	Não possui local para avisos
Metal (material resistente)	sem pega para abertura
Leve	Falta de ventilação nos blocos
Tamanhos customizáveis	Segurança fraca
Fácil fabricação	Não possui local para documentos

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

As análises estruturais foram segmentadas em: Estrutura de Guarda-Volumes, rodas para os pés e fechos para abertura.

Para a análise de estrutura de um Guarda-volumes, foi escolhido o Roupeiro de aço 8 portas grandes com prateleira interna, este móvel possui fechamento das portas com varão através de pitão para cadeado. Suas medidas são de 1,93x1,38x0,40 (AxLxP), com uma medida interna de cada porta com 0,89x0,34x0,38 (AxLxP). Possui 16 pés reguláveis em Polipropileno e tratamento anticorrosivo por um processo de nanotecnologia. A pintura é eletrostática a pó (tinta híbrida) com camada de 30 e 40 micron com secagem em estufa a 240°C.

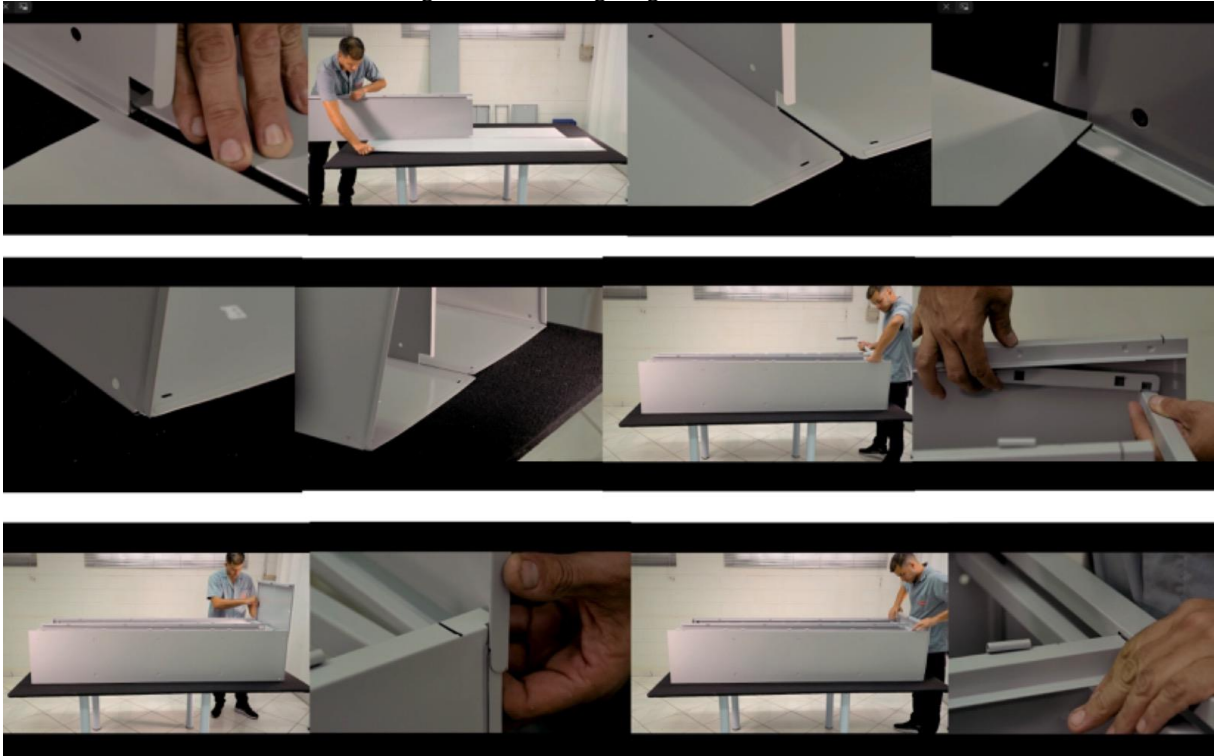
Figura 27 - Análise estrutural de guarda-volume



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

A montagem deste mobiliário é feita a partir de chapas metálicas, essas chapas vêm de formas separadas e possuem dobras que fazem com que se encaixem e se firmem, sem a necessidade de usar muitos parafusos e facilitando também o transporte, na figura 28 é possível entender o processo de montagem do produto.

Figura 28 - Montagem guarda-volumes



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Este mobiliário possui as especificações básicas que conterão neste projeto, como estrutura metálica montável, pés para altura do chão, pega para abrir e furos nas portas para respiração, portanto ao estudar sua estrutura básica, cria-se oportunidades para geração de alternativas que contemplem todos os requisitos.

3.2.4.1 Pesquisa de Materiais para guarda volumes

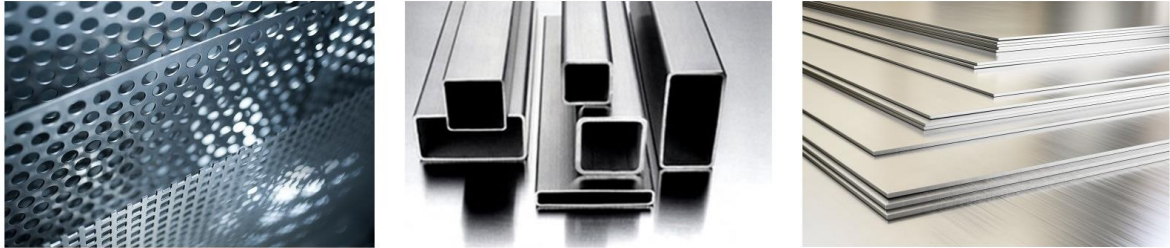
Analisando as etapas de pesquisa do projeto em questão e considerando que o desenvolvimento do projeto prevê um guarda volumes para espaços que acolhem pessoas em situação de rua em material metálico, será apresentada aqui informações sobre esse material, suas formas de fabricação e demais características.

Chapas metálicas:

São produzidas através da conformação de metais, processo mecânico onde se obtém peças através da compressão de metais sólidos em moldes, também conhecido como estampagem. Elas podem ser fabricadas em aço, alumínio, cobre, magnésio, titânio, entre outros materiais. Pode ser cortada, dobrada e conformada em várias formas, com espessura variável,

sendo que, a partir de 12,5mm são consideradas placas e quando muito finas, são chamadas de folhas. Os principais modelos disponíveis no mercado são: chapa de aço carbono, aço galvanizado, aço inox, alumínio, cobre, bronze e latão.

Figura 29 - Chapas metálicas



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

3.3 ERGONOMIA

A ergonomia tem como principal objetivo a adaptação do posto de trabalho, dos instrumentos, das máquinas, dos horários e do ambiente às usabilidades do homem, que, segundo Lida 2005, surgiu para a adaptação do trabalho ao homem, em que “a ergonomia se inicia com o estudo das características do trabalhador para, depois, projetar o trabalho que ele consegue executar, preservando a sua saúde.”.

Já o desenvolvimento de produtos propõe-se a associar inovações, processos produtivos e estética com as necessidades dos usuários e as especificações do projeto. Ao aplicar o estudo ergonômico no desenvolvimento de um produto pode-se prever que os produtos sejam fáceis de usar e seguros. De acordo com Lida (2005) para o funcionamento benéfico com os seus usuários, os produtos devem apresentar qualidade, sob o ponto de vista estético, ergonômico e técnico.

A qualidade estética é a que proporciona prazer ao consumidor. A qualidade ergonômica é a responsável pela adaptação antropométrica, facilidade de manuseio, fornecimento de informações e demais itens de conforto e segurança.

Aqui serão abordados os fatores ergonômicos indicados para a construção de um guarda-volumes, onde, a partir das pesquisas realizadas com o público-alvo, possui função de armazenar os pertences de pessoas em situação de rua.

3.3.1 Análise ergonômica de guarda volumes para espaços que acolhem pessoas em Situação de Rua

Considerando que o projeto desenvolvido tem foco em espaços que acolhem pessoas em Situação de Rua, a análise ergonômica considerará o usuário em um ambiente onde ocorrem abordagens de cuidado, precaução e acolhimento, onde utiliza como forma de refúgio e necessidade para facilitação de uma rotina difícil e perigosa.

São nesses espaços que são feitos cadastramentos, atendimentos psicológicos, auxílios para emprego, busca por acomodação, alimentação, doações e armazenar seus pertences.

De acordo com a etnografia, já foi possível mapear quais os principais pertences e a função de armazenar volumes de diferentes tamanhos, pesos e funcionalidades, portanto, as informações fornecidas nesta análise ergonômica trarão a possibilidade de fazer um levantamento do que será fundamental para atingir a satisfação do público quanto ao conforto e usabilidade. Além da função, ergonomia e estética, o mobiliário deverá despertar sensações positivas ao público.

O produto desenvolvido é um armário para armazenagem de pertences, portanto seu uso não é de longos períodos, são apenas interações rápidas onde os usuários abrem a porta e coloca seus pertences no compartimento de armazenagem e depois a tranca. Deve-se levar em consideração então as formas de pegada ao abrir e fechar as portas e suas alturas, tendo que ser confortável para alcançar compartimentos altos e baixos, além de ter facilidade de ser armazenado itens com tamanhos e pesos diferentes.

Como visto na etnografia, muitos usuários utilizam armários de bancos, como o do Banco do Brasil localizado no centro de Florianópolis, portanto foi feita uma análise de uso deste armário tido como exemplo de usabilidade, como mostrado na imagem 30 abaixo.

Figura 30 - Análise de uso guarda-volumes banco

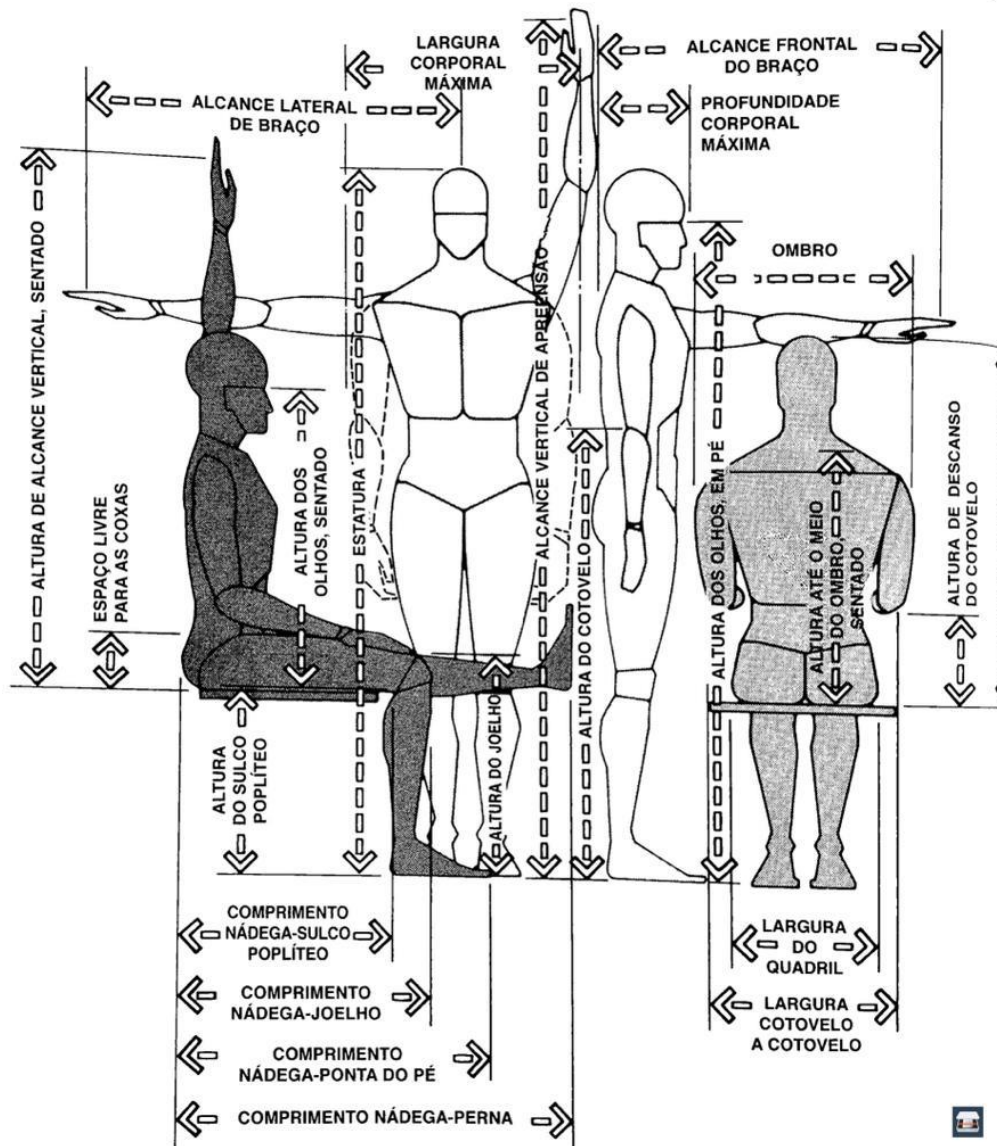


Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Ao realizar a análise, é possível observar que o armário possui uma altura de 1,95 cm e cada nicho não é superior a 20 cm de largura e 30 cm de altura, o usuário nas imagens possui 1,68 cm de altura e é visto que não há dificuldades de acessar os compartimentos de cima nem embaixo, não necessita de força para realizar a abertura das portas, porém a pega de abertura é somente pela chave, dificultando um pouco a pegada por conta do tamanho ser bem pequeno.

Para este produto deve ser considerado também o estudo das medidas e dimensões corporais de uma pessoa, que chamamos de antropometria, pelo fato de ser utilizado por diferentes usuários, pois a dimensão corporal varia de acordo com idade, sexo, raça e grupo ocupacional (Panero, Zelnick, 2015). A figura 31 indica as medidas mais significativas para arquitetos e designers.

Figura 31 - Estudo das medidas e dimensões corporais de uma pessoa



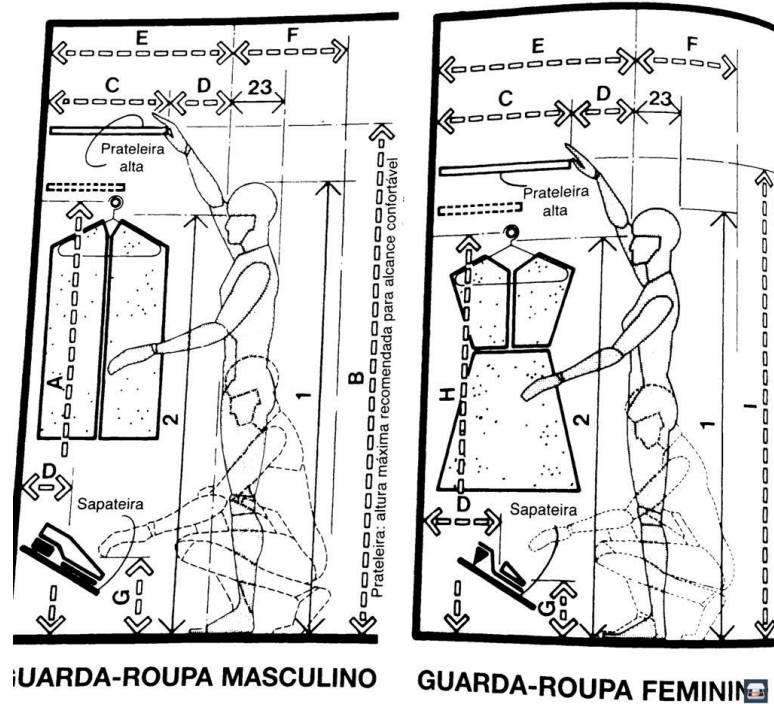
Fonte: (Panero, Zelnick, 2015)

Segundo Panero e Zelnick (2015), a definição de dados antropométricos para um projeto baseia-se no problema específico de cada um e para isso são utilizados os percentis, eles indicam a porcentagem de pessoas dentro da população que tem uma dimensão corporal de um certo tamanho.

Ainda segundo Panero e Zelnick, se um projeto necessita que o usuário alcance algo a partir de uma posição em pé, como o caso deste armário, o dado percentil 5 deve ser utilizado. Este dado, referente ao alcance do braço, indica que 5% da população terá uma distância menor de alcance e 95% terá maior alcance.

Na imagem 32 são apresentadas as formas de uso um guarda-roupas, tanto masculino como feminino assim como as medidas em cm na tabela.

Figura 32 - Formas de uso um guarda-roupas



Fonte: (Panero, Zelnick, 2015)

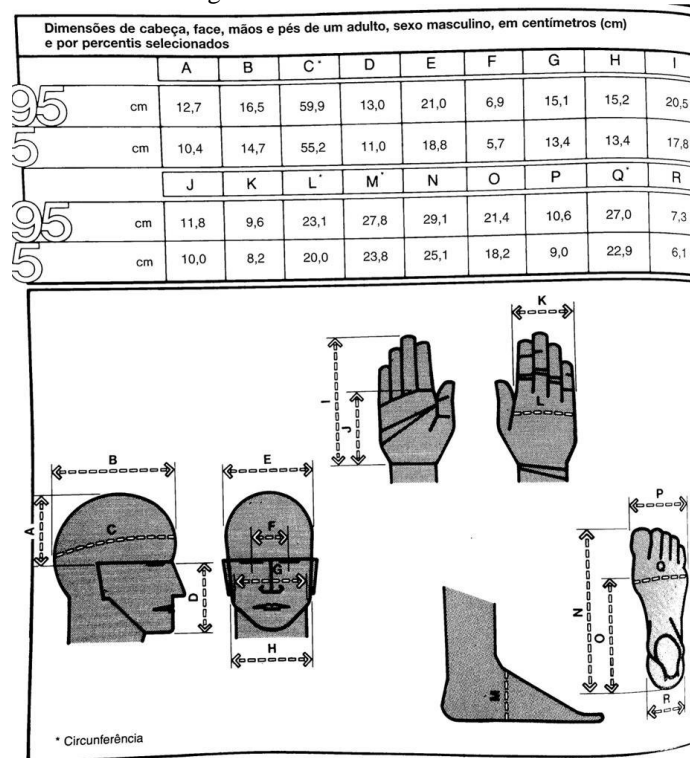
Tabela 4 - Medidas em cm das formas de uso de guarda-roupas

	cm
A	162,6-172,7
B	182,9-193,0
C	30,5-45,7
D	20,3-25,4
E	50,8-71,1
F	86,4-91,4
G	25,4-30,5
H	152,4-177,8
I	175,3-182,9
J	193,0
K	172,7
L	106,7
M	116,8
N	76,2
O	45,7

Fonte: (Panero, Zelnick, 2015)

Para uma melhor ergonomia na abertura das portas foi feito o estudo das dimensões das mãos de adultos do sexo masculino e seus percentis, como elencado na figura 33 abaixo.

Figura 33 - Estudo de dimensões



Fonte: (Panero, Zelnick, 2015)

Devem ser levadas em consideração também as dimensões dos pés, que devem ser levadas em consideração por conta do espaço inferior ao móvel onde os pés serão posicionados na utilização do produto.

3.4 REQUISITOS DE PROJETO

Neste tópico, foram consolidadas as necessidades do público-alvo identificadas durante a etnografia, bem como as características funcionais, estéticas, ergonômicas e semânticas observadas nas análises prévias. A partir dessa síntese, foram estabelecidos os requisitos que serão considerados neste projeto.

Conforme descrito por Pazmino (2015), os requisitos de projeto consistem em especificações que desempenham o papel de guiar a fase de criação do produto, fornecendo orientações e definindo as características que o produto deve incorporar para atender às necessidades do usuário, ao mesmo tempo em que estabelecem limitações e restrições no processo de design. É fundamental que esses requisitos sejam expressos de forma quantitativa, ou seja, por meio de informações detalhadas e mensuráveis em termos de características técnicas.

Dessa maneira, cada requisito foi organizado na Tabela 5, relacionado ao seu respectivo objetivo, classificado como obrigatório ou desejável, e identificando sua fonte de origem.

Tabela 5- Requisitos de Projeto

FATORES	REQUISITO	CARACTERÍSTICA	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	FONTE
DIMENSÃO	Altra	Altura máxima do tamanho padrão de uma parede	Máximo 2,5 metros	Obrigatório	Ergonomia
	Peso	Poder ser locomovido com facilidade	Máximo 70 kg	Obrigatório	Ergonomia
USO	Rodas	Possuir rodas 360 graus para facilitar locomoção	Base de baixo padrão com rodas	Desejável	Análise de similares
	Modularidade	Ser modular para se adaptar em diferentes locais	Sistema de encaixe	Desejável	Análise de público
	Crianças/Idosos	Ter facilidade para crianças e idosos utilizarem	Cantos arredondados e aberturas fáceis	Desejável	Análise de similares
	Fechadura	Ter fechadura fácil de usar e para segurança	Cadeado	Desejável	Análise de similares
	Limpeza	Ter facilidade para limpeza e higiene	Material fácil de limpar e com abertura para ar	Obrigatório	Análise de similares
FUNCIÓNALIDADE	Nichos em tamanhos diferentes	Armazenar pertences de tamanhos diferentes	4 tipos de tamanhos diferentes	Obrigatório	Análise de público
	Espaço p/ doações	Comportar doações e roupas para entrevistas	Prateleiras e cabides	Desejável	Análise de público
	Guardar documentos	Espaço para documentação	Divisórias para documentação	Obrigatório	Análise de público
	Local p/ avisos	Deixar avisos, recados e divulgação de vagas	Quadro para avisos	Obrigatório	Análise de similares
	Guardar itens de tamanhos grandes	Espaço para bikes, malas, travesseiros e cobertas	Nichos especial para pertences grandes	Obrigatório	Análise de público
	Não ter aparência Lowcoast	Não parecer algo feito por projeto social	Não usar materiais customizados	Obrigatório	Análise de público
ESTÉTICA	Sensação de felicidade e pertencimento	Passar a sensação de algo feito para eles e pensando neles	Cores vivas e elementos visuais que são da suas vivências	Obrigatório	Análise de público
	Trazer conforto	Materiais que transmitem conforto	Usar cores e texturas que passam conforto	Obrigatório	Análise de público
MATERIAIS	Qualidade	Ter aparência de qualidade e beleza	Priorizar os acabamentos	Obrigatório	Análise de similares
	Resistência	Ser durável	Materiais de qualidade e durabilidade	Obrigatório	Análise de similares
CUSTO	Baixo custo	Custo baixo para ser financiado pelo governo	Usar Metal	Obrigatório	Análise de similares

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Uma vez que os requisitos de projeto tenham sido definidos, segue-se para a próxima etapa, a de ideação. Nesta etapa, são elaboradas diferentes alternativas para o novo produto, com o objetivo de atender às necessidades do público baseadas nos requisitos previamente definidos.

4 IDEIAÇÃO

De acordo com a metodologia do Design Thinking, a ideação é a etapa onde abrimos a criatividade e geramos possibilidade de alternativas para o projeto que servirão como base para a proposta final, levando em consideração as necessidades do público-alvo e as diretrizes estabelecidas na fase anterior de Imersão.

Nesta etapa, são apresentados os conceitos deste projeto, bem como os painéis visuais que foram concebidos a partir da síntese das informações coletadas durante a fase de Imersão. Esses painéis têm como finalidade facilitar a geração de alternativas.

4.1 CONCEITOS

De acordo com o artigo da professora e pesquisadora social Denise Jodelet publicado no livro “Projeto do Lugar” de 2002, que fala sobre o sociólogo Halbwachs, um dos pioneiros e proeminentes teóricos sociais, onde destacou a íntima conexão entre memória e espaço. Em sua obra póstuma intitulada "A Memória Coletiva", ele expressou que "a maioria dos grupos, não apenas aqueles que se formam a partir da contínua interação de seus membros dentro dos limites de uma cidade, de uma residência ou de um apartamento, bem como outros, de alguma forma, imprime sua forma no solo e recupera sua memória coletiva no quadro espacial assim delimitado". Ademais, ele observou que "os objetos com os quais mantemos contato diário nos conferem uma sensação de permanência e estabilidade". (Jodelet, 2002)

É notável a importância da definição dos conceitos do projeto, pois estabelecem os elementos semânticos do produto a ser desenvolvido e ainda ajudam a orientar a maneira como será interpretado pelo público, geralmente através de palavras-chave. Além disso, o conceito exerce influência nas etapas subsequentes de construção e desenvolvimento do produto, desempenhando um papel crucial como guia na fase de ideação e fornecendo apoio na pesquisa de referências visuais.

Dessa forma, os conceitos definidos neste projeto são: Alegria, Cuidado e Moderno (Figura 34). Por ser um mobiliário usado por pessoas que vivem uma realidade difícil, o conceito alegre vem tornar o produto mais leve, energético e expressivo. Já o conceito de cuidado induz sensações de pertencimento, organização e afeto. E para abraçar esses dois conceitos, é imposto o conceito de moderno, para tornar a aparência contemporânea e inovadora.

Figura 34 - Conceitos de projeto



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

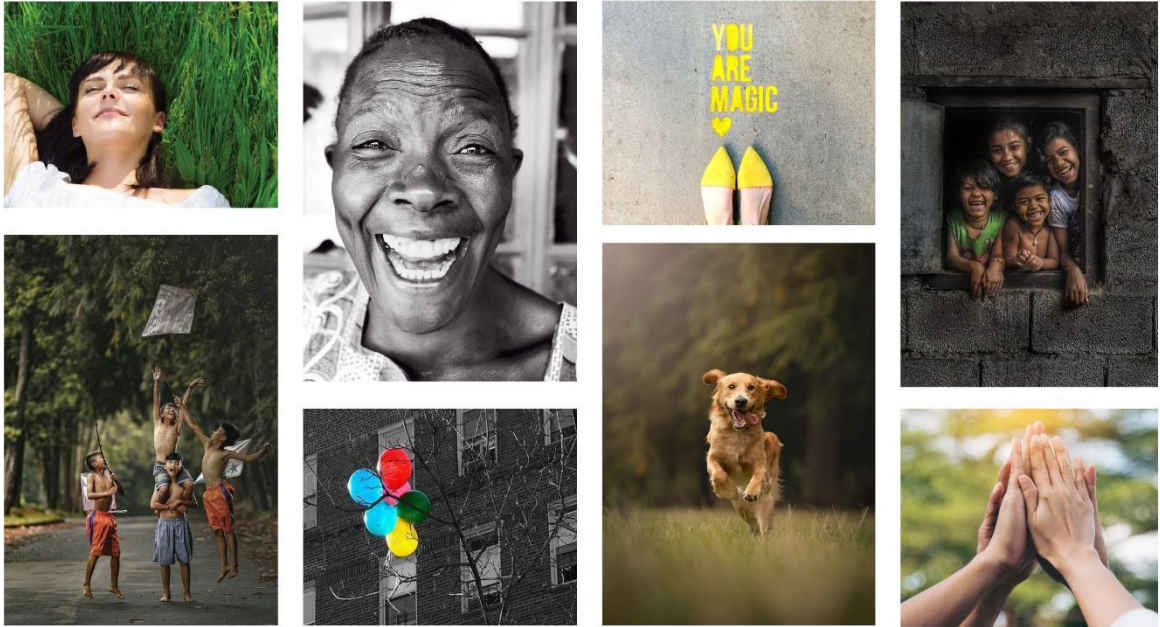
Com a definição dos conceitos, é possível desenvolver painéis visuais, que são um conjunto de imagens, expressão de cores, formas, aplicabilidades e significados para inspirar e criar uma nova abordagem para o estilo.

4.1.1 Painéis visuais

Para a criação dos painéis visuais inspiradores e que representem a emoção que o produto transmite, ao primeiro olhar, foram elaborados dois tipos de painéis para cada conceito definido: painéis de expressão do produto e painéis de tema visual. O painel de expressão do produto tem o objetivo de buscar sintetizar o estilo de vida do público e comunicar suas emoções a serem transmitidas pelo produto com imagens.

As imagens selecionadas para as composições do painel de expressão captam a essência dos conceitos, sem, no entanto, se referir diretamente a características específicas do produto a ser desenvolvido (Baxter, 1998). Os painéis dos conceitos definidos podem ser vistos nas Figuras 35, 36 e 37.

Figura 35 - Painel expressão do produto: Alegre



Expressão - Alegre

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

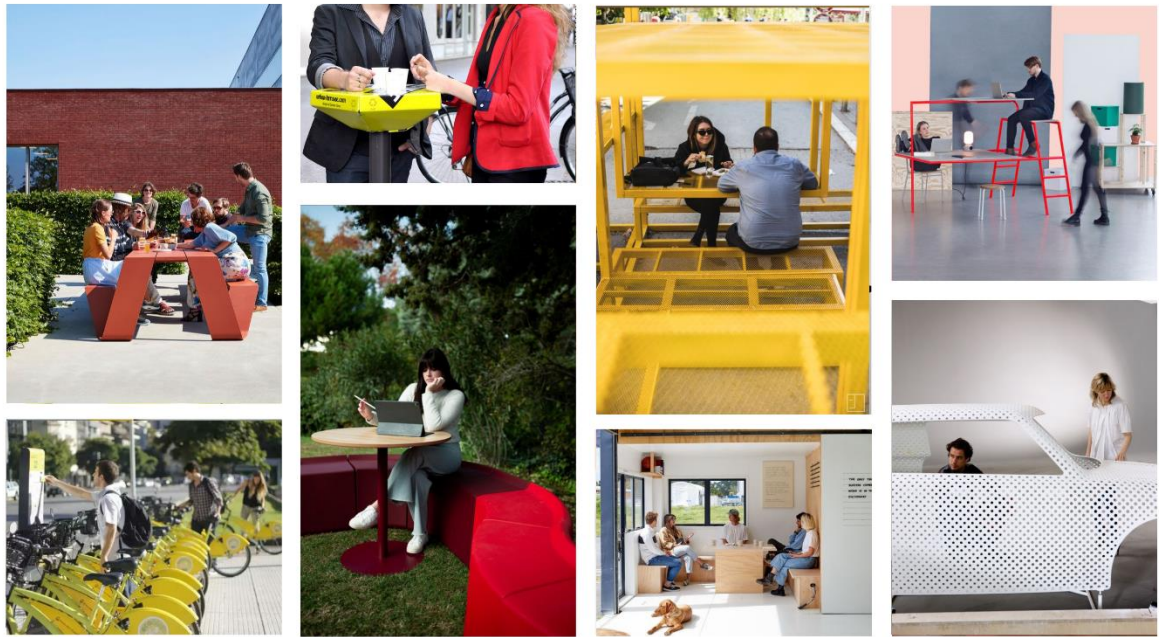
Figura 36 - Painel expressão do produto: Cuidado



Expressão - Cuidado

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Figura 37 - Figura 37 - Painel expressão do produto: Moderno



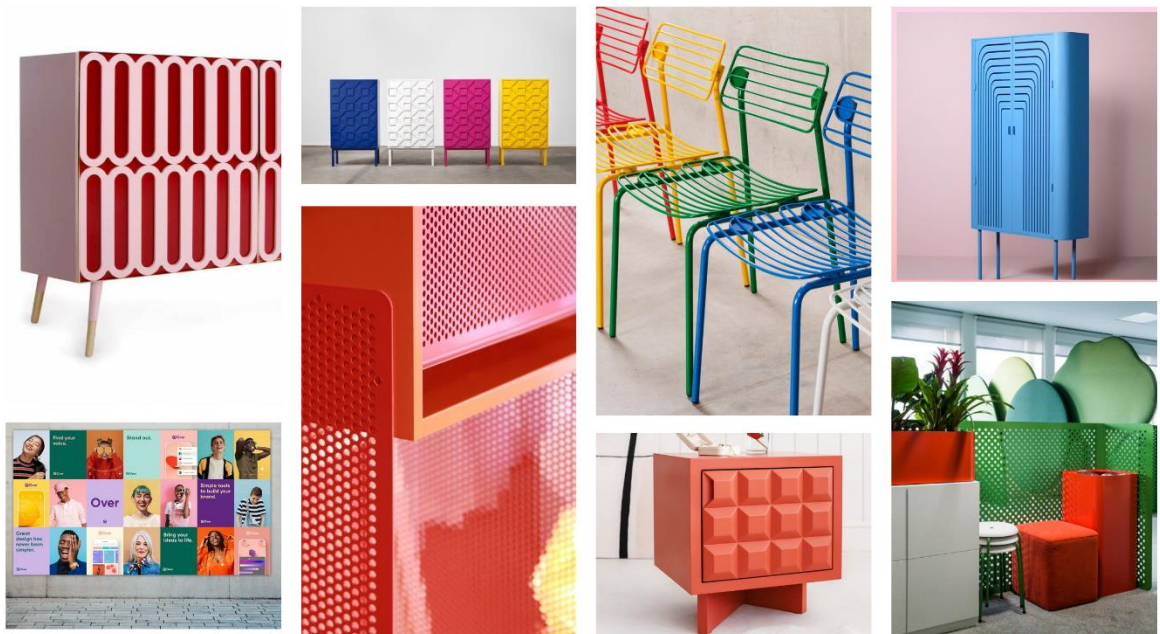
Expressão - Moderno

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

A partir do painel de expressão do produto, organiza-se o painel do tema visual, juntando-se imagens de produtos que estejam de acordo com o tema pretendido. Esses produtos podem ser dos mais variados tipos de funções e setores do mercado (móveis, eletrodomésticos, carros e outros).

O painel do tema visual permite que sejam explorados diferentes estilos de produtos, esses estilos representam uma fonte de formas visuais e servem de inspiração para o novo produto. Eles podem ser adaptados, combinados ou refinados para o desenvolvimento do estilo do novo produto (Baxter, 2000).

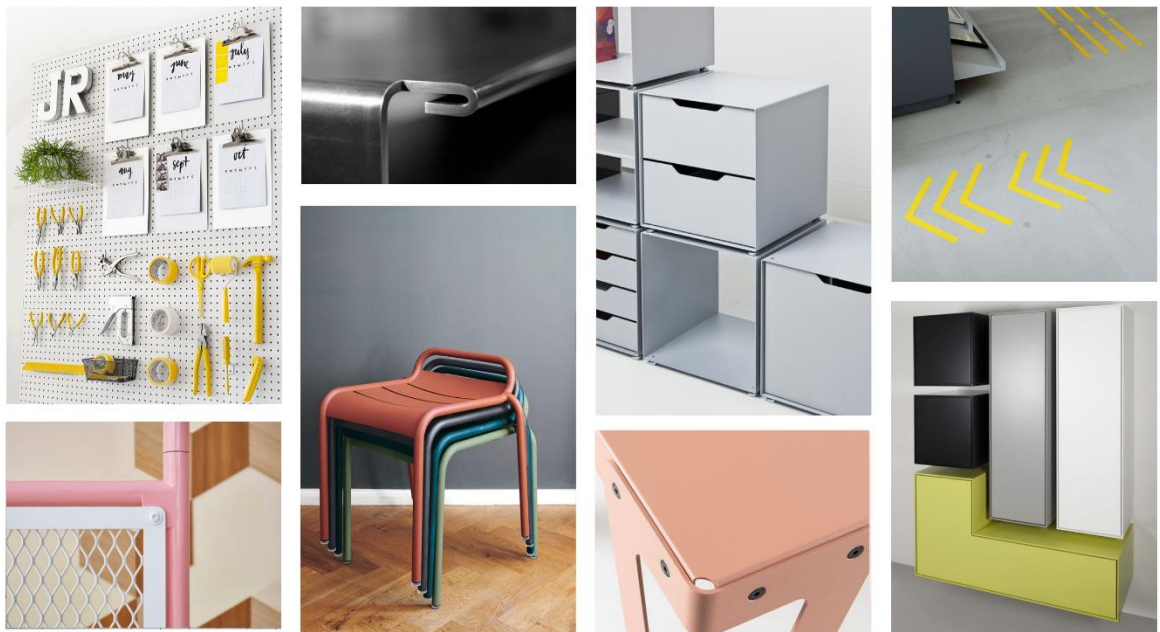
Figura 38 - Painel de tema visual: Alegre



Expressão - Alegre

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

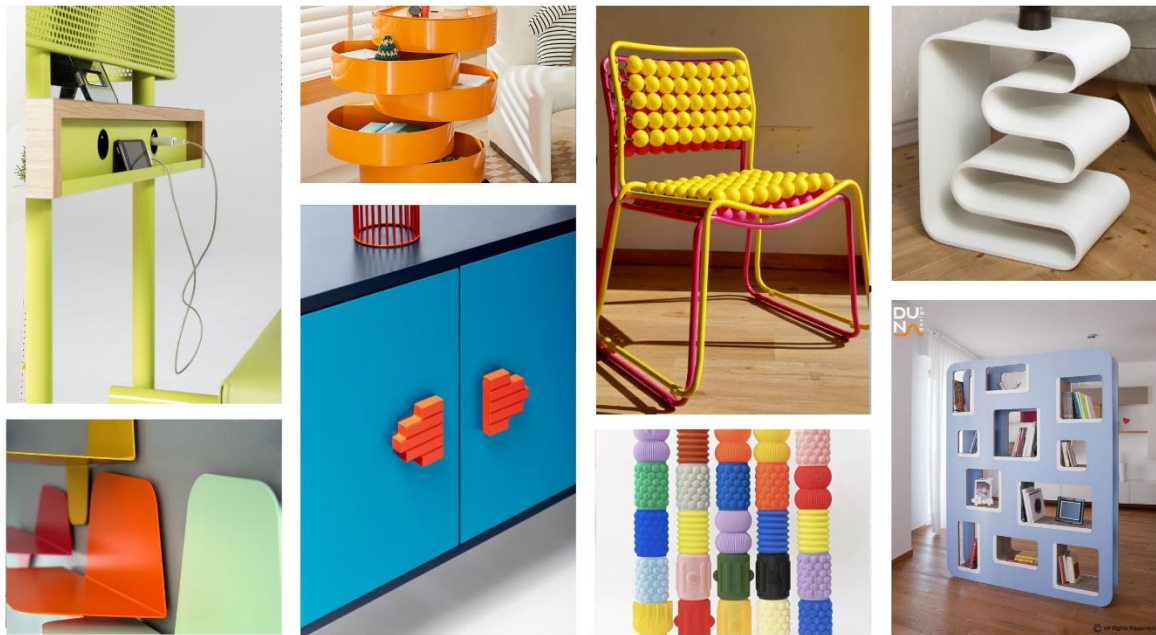
Figura 39 - Painel de tema visual: Cuidado



Expressão - Cuidado

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Figura 40 - Painel de tema visual: Moderno



Expressão - Moderno

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

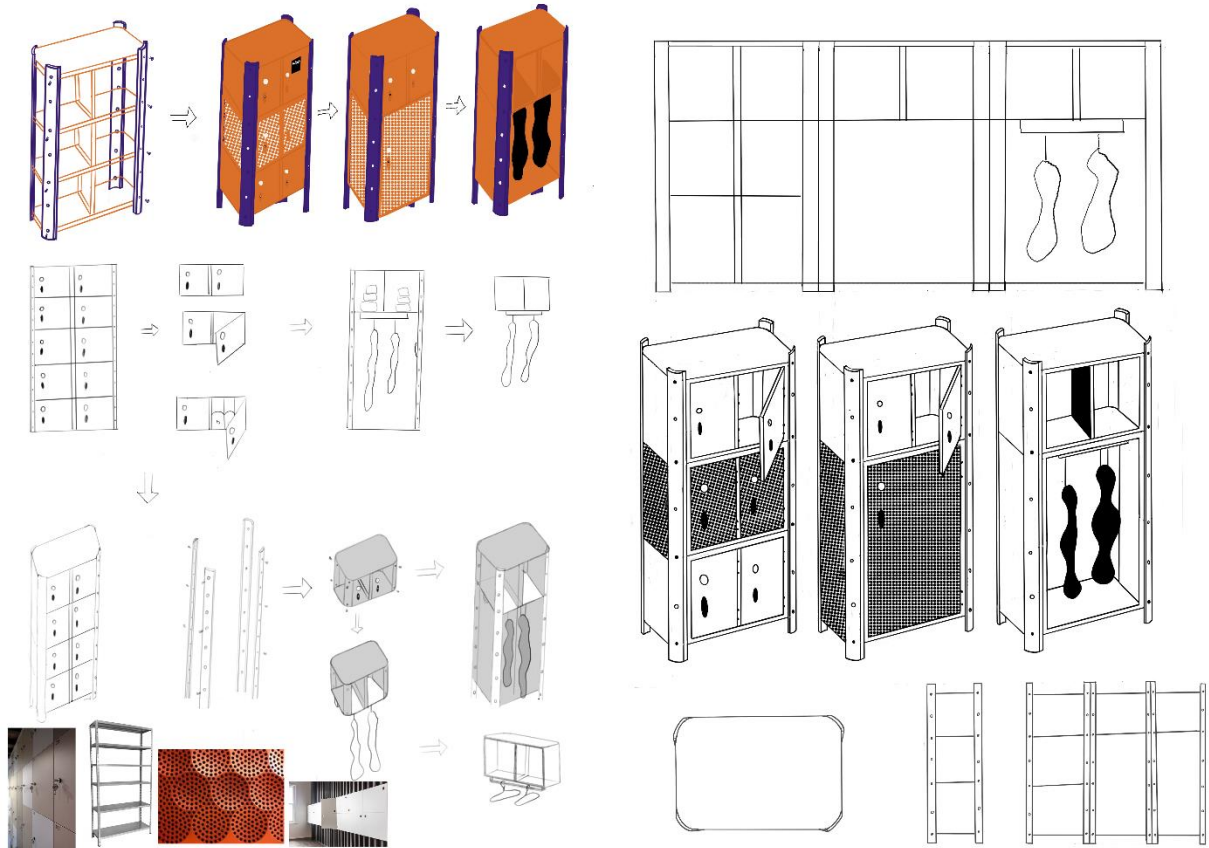
O conceito de leveza traz-se característica de volumetria, textura e composição de cor com o intuito de induzir também o desejo, o conceito de cuidado traz um sentido de próprio/representativo, organização, intuitivo/prático e de qualidade. E por fim o conceito de moderno vem para mostrar opções de formas diferenciadas.

O conceito de Alegria traz sugestões de texturas e cortes além de composições de cores. Ademais, também se observa uma temática e estética animada e colorida entre os produtos selecionados. As imagens que compõem o painel de tema visual para o conceito Cuidado contemplam formas mais padronizadas, dando ênfase aos acabamentos, com bastante predominância de praticidade e qualidade. Nota-se também cores mais neutras e padronagens suaves e modulares, além de que os produtos selecionados para compor o painel transmitem confiabilidade e aconchego. Para o conceito de Moderno nota-se a presença de volumetria e formas.

Com a análise de todas essas informações adquiridas com os painéis é possível seguir para a etapa de geração de alternativas, orientadas então pelos requisitos de projeto, conceitos e painéis de referência realizados.

se trazer mais informações sobre os encaixes e as formas, principalmente o requisito de modularidade.

Figura 42 - Alternativa 1



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Na primeira alternativa (Figura 42) criou-se um produto que fosse possível regular as alturas pelas laterais utilizando parafusos, assim é possível que seja customizado cada nicho que será encaixado, tanto nichos de tamanhos P, M, os que possuem portas e o nicho onde traz a possibilidade de pendurar roupas que sejam para doação ou empréstimo. Para um acabamento que trouxesse mais conforto, foram feitos cantos arredondados, pois o metal pode trazer a sensação de machucar ou cortar quando deixado com pontas. Por ser um material metálico, foi pensado em colocar avisos nas portas e laterais com ímãs e foram colocadas como referência texturas e formas para a fechadura.

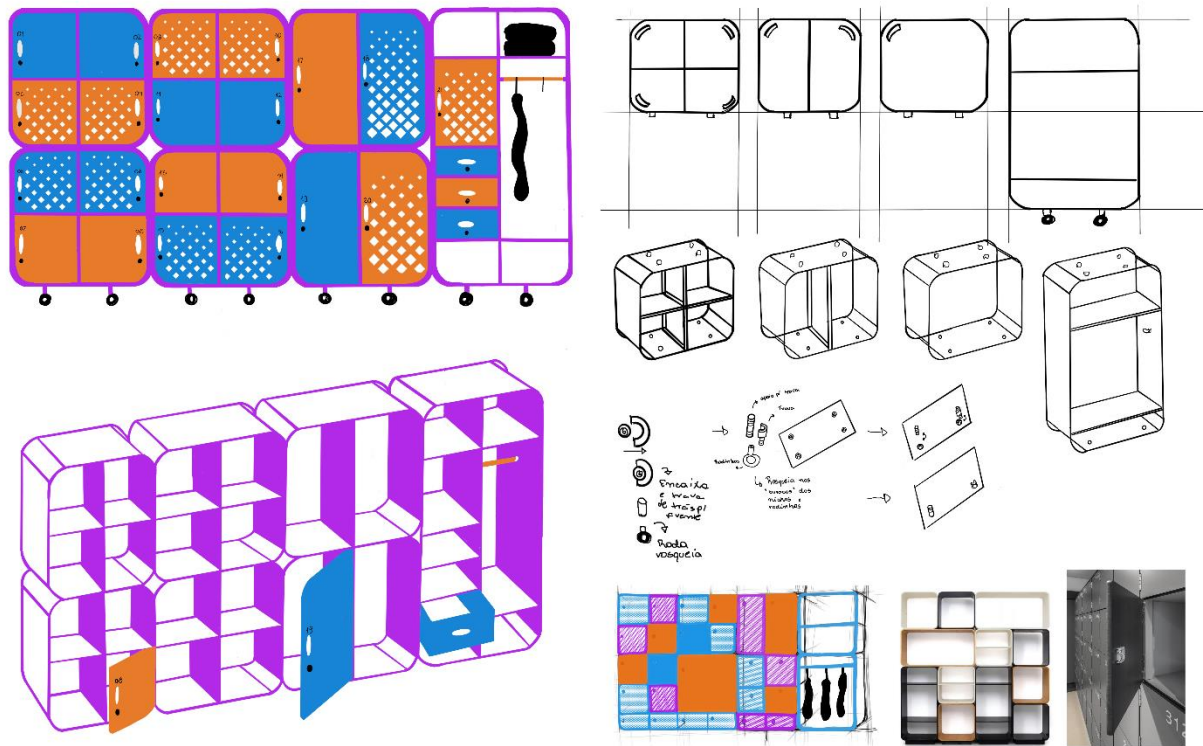
Figura 43 - Alternativa 2



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Para a segunda alternativa (Figura 43) pensou-se num formato mais geométrico para dar o foco nas texturas das portas, que será o diferencial do produto. Foi separado em três partes, onde cada parte contempla nichos em tamanho P e M além de um nicho onde podem ser penduradas e armazenadas roupas e documentos, na parte inferior foram colocadas rodinhas para facilitar o transporte e podendo assim serem usados juntos ou separados, dependendo do ambiente. A pega para abertura das portas foi pensada num formato arredondado e com espaço para ser puxado com a mão.

Figura 44 - Alternativa 3



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Já a terceira alternativa (Figura 44) são 4 partes com nichos tamanho P e 2 partes com nichos tamanho M, e uma parte maior onde serão colocadas as roupas e documentos. Com esta alternativa é possível utilizar a quantidade de partes que for necessário de acordo com o ambiente, cada parte possui um rebaixo superior e um ressalto inferior, fazendo com que ao serem empilhadas, possam ser encaixadas. Também se utilizou formas mais arredondadas para trazer a sensação de melhor acabamento e conforto.

As alternativas geradas foram elaboradas utilizando-se referências para formas, texturas e padrões de cores. Todas serão de chapas metálicas, pois é o método mais barato e mais prático de fabricação de metais, com isso, podem servir de quadro de avisos com o uso de ímãs, requisito levantado no projeto.

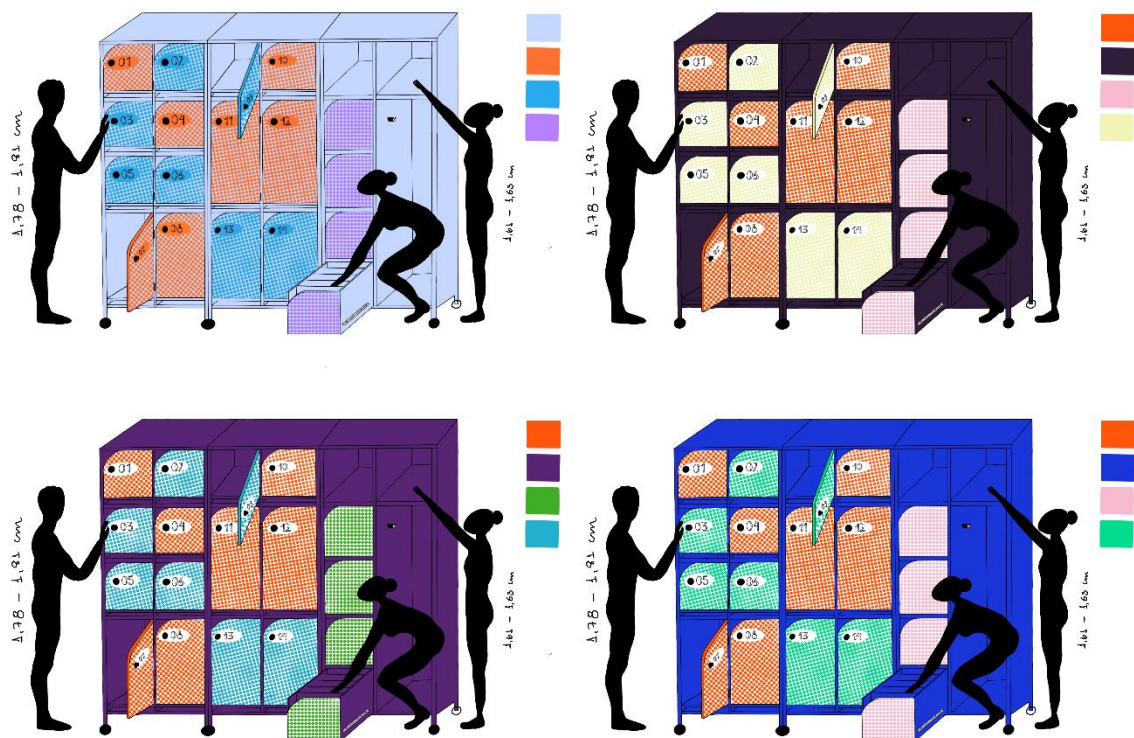
A partir dessas 3 alternativas pode-se fazer uma análise para definição de um modelo final, e nesta análise o foco principal foi o método de fabricação de metais, pois não poderia se tornar um produto com valor muito elevado e nem com um processo de fabricação muito complexo, como as 3 alternativas contêm requisitos essenciais e seguem os conceitos definidos, o diferencial de decisão para a escolha foi a que se tornaria mais fácil de ser confeccionada e

montada, assim a alternativa número 2 foi a definida, por conter formas possíveis de se trabalhar com chapas metálicas, além de poder trabalhar com formas de montagem que facilitem o uso e transporte.

4.3 REFINAMENTO

Após a elaboração das alternativas, pode-se obter as informações necessárias sobre a estética do produto, contemplando as formas, texturas e encaixes, bem como identificar posicionamentos e decisões de projeto que melhor se adequem ao funcionamento e fabricação. Deste modo, o refinamento dedicou-se a explorar aspectos mais específicos do guarda volumes tais como a textura que será feita nas portas, posicionamento da fechadura e rodinhas, pega para abertura das portas e exploração de cores. Além disso, nesta etapa foram definidas as dimensões finais do produto. Assim, a alternativa refinada pode ser vista na Figura 45 a seguir.

Figura 45 - Refinamento da alternativa



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

O principal aspecto elencado neste refinamento foi a usabilidade e definição de dimensões, podendo pensar de forma mais elaborada como seriam as interações dos usuários com o produto. Porém sabe-se que ao partir para a etapa de modelagem 3D, muitos aspectos serão feitos com mais esmero, podendo criar os encaixes e dobras das chapas metálicas e fazer testes mais avançados com texturas das portas.

Com isso, na próxima etapa são apresentados os materiais definidos para compor o produto, como as rodinhas, fechadura e parafusos, bem como a definição da paleta de cores.

4.3.1 Materiais

A escolha dos materiais levou em conta custo e os aspectos estéticos e funcionais. Assim, para a facilidade de transporte e locomoção do produto, serão usados um kit de 4 rodinhas de silicone para cada parte que serão encaixadas na parte inferior do produto.

Figura 46 - Kit 4 rodinhas de silicone



Fonte: Disponível em: <<https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-2655435064-4-rodizios-giratórios-sem-trava-mini-rodinha-para-movel-22mm>>. Acessado em: 18 set. 2023

Para fazer as fixações das chapas metálicas e das rodinhas serão usados parafusos específicos para metais, como o parafuso Allen cabeça chata de inox com 8mm.

Figura 47 - Parafuso Allen



Fonte: Disponível em: <<https://www.ccpvirtual.com.br/parafuso-allen-cabeca-chata-inox>>. Acessado em: 18 set. 2023

Suprindo a necessidade de se ter uma maior segurança, será utilizada uma fechadura específica para produtos de metal, com 19x20mm. Essa fechadura foi escolhida pela sua facilidade, fazendo com que o usuário feche e deixe a chave numerada com um chaveiro na secretaria do centro de acolhimento e não precise carregá-la consigo, evitando a perda e furto da mesma.

Figura 48 - Fechadura



Fonte: Disponível em: < <https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-2664936110-fechadura-para-moveis-de-aco-19-x-20mm-portas-e-gavetas> >. Acessado em: 18 set. 2023

Assim, com a definição dos materiais, o projeto deu continuidade com a escolha e pesquisa da paleta de cor a ser aplicada no guarda volumes, podendo ser vistas no item a seguir.

4.3.2 Paleta de cores

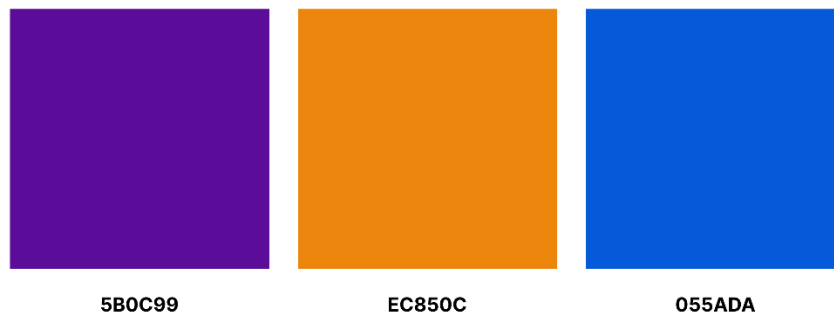
A escolha da paleta de cores desempenha um papel crucial na comunicação visual desse projeto, especialmente pois busca-se transmitir conceitos específicos como alegria, cuidado e modernidade. No contexto do produto ser para um público do qual não está acostumado a ter a atenção devida, a combinação de cores foi selecionada estrategicamente para evocar uma experiência visual que reflete esses conceitos.

A cor laranja é associada a sentimentos de energia, entusiasmo e alegria. É uma cor que atrai a atenção e cria uma atmosfera vibrante. Ao incorporar o laranja, pode-se entregar uma sensação de positividade e vivacidade ao produto, transmitindo a ideia de que interagir com ele será uma experiência alegre e estimulante.

O azul é frequentemente associado a conceitos de confiança, calma e cuidado. Sua presença na paleta adiciona uma camada de serenidade e confiança ao design, sugerindo que o produto foi criado com atenção meticulosa aos detalhes e à satisfação do usuário.

Por fim, o roxo é uma cor que combina a energia do vermelho com a estabilidade do azul, resultando em uma tonalidade que sugere criatividade, luxo e modernidade. Ao incorporar o roxo, o produto remete a inovação, indicando que o produto é não apenas funcional, mas também alinhado com tendências estéticas.

Figura 49 - Paleta de cores



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

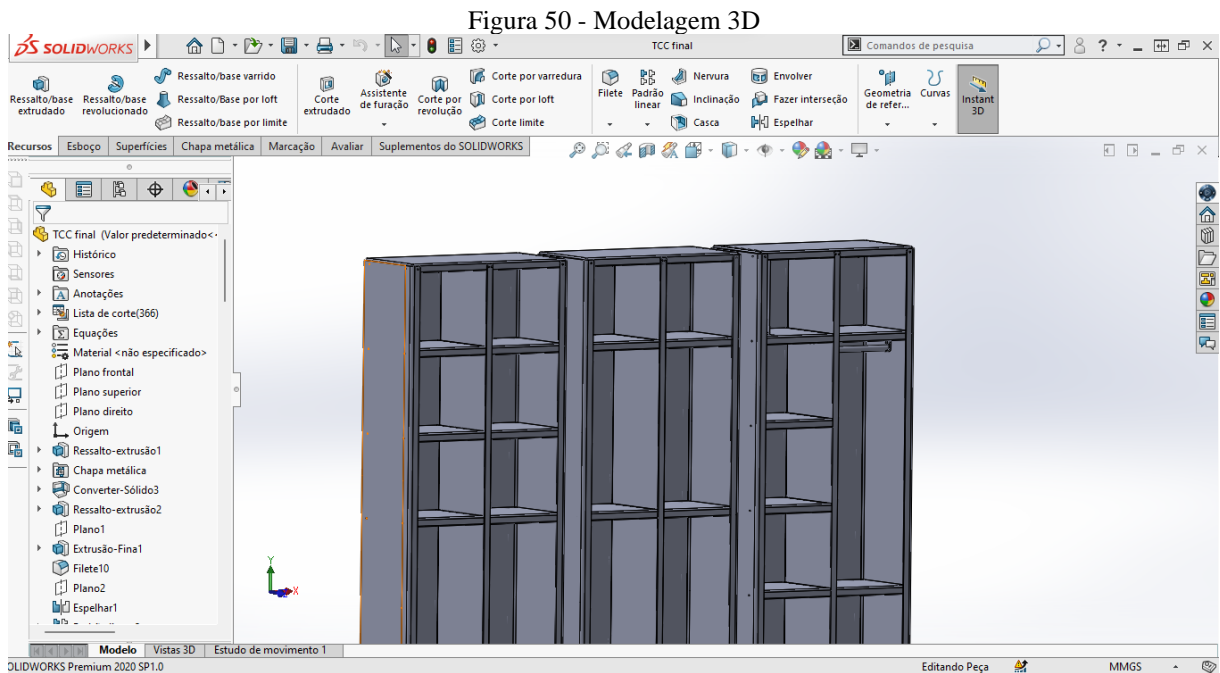
A harmonia entre o laranja, o azul e o roxo na paleta de cores escolhida cria uma sinergia visual que reforça a mensagem de alegria, cuidado e modernidade. A combinação equilibrada dessas cores não apenas atrai a atenção do espectador, mas também transmite de maneira eficaz os valores e a personalidade do seu produto, estabelecendo uma conexão emocional com o público-alvo. Essa escolha consciente de cores não só aprimora a estética do design, mas também contribui para a narrativa visual do seu projeto de produto, tornando-o mais memorável e cativante.

4.4 MODELAGEM 3D E RENDERINGS

Após o refinamento da alternativa escolhida, definição dos materiais e paleta de cores, seguiu-se com a modelagem em um software 3D. Durante o processo de modelagem, muitos detalhes foram refinados, sempre seguindo princípios de fabricação do material metálico e sua montagem. Pensou-se mais detalhadamente nos detalhes de montagem do produto, onde utilizou-se chapas metálicas dobradas em todo o produto, por ser um processo mais prático e de baixo custo, porém ao trabalhar-se com chapas metálicas deve-se atender aos acabamentos, pois o acabamento pode ficar ruim e com sensação de perigoso, com pontas afiadas. Para solucionar esta questão, modelou-se chapas com pontas arredondadas.

Os encaixes de montagem foram feitos para serem fixados com parafusos, podendo ser um produto montável pelo usuário de forma fácil, além disso, podendo ser transportado de forma compacta.

Para a modelagem 3D do mobiliário, utilizou-se o software Solidworks e para o rendering do produto, o software KeyShot. A Figura 50 a seguir mostra esta modelagem.



Fonte: Capturado pela autora, 2023

Na Figura 51 abaixo, pode-se ver o detalhamento dos encaixes do teto, laterais e meio do produto, todos feitos seguindo métodos de fabricação possíveis de serem aplicados. As chapas dobradas que compõem a lateral “abraçam” a barra do teto, que também é uma chapa dobrada nos quatro cantos.

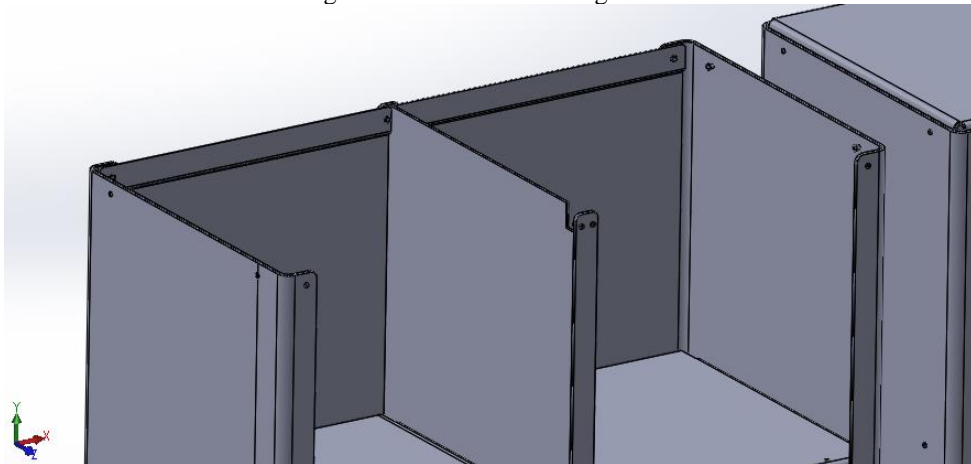
Figura 51 - Detalhe modelagem 3D



Fonte: Capturado pela autora, 2023

Observando a Figura 52, nota-se o detalhe de encaixe da parte do meio do produto, onde possui um rebaixo para encaixe da chapa do teto, que após encaixada pode ser parafusada para fixação.

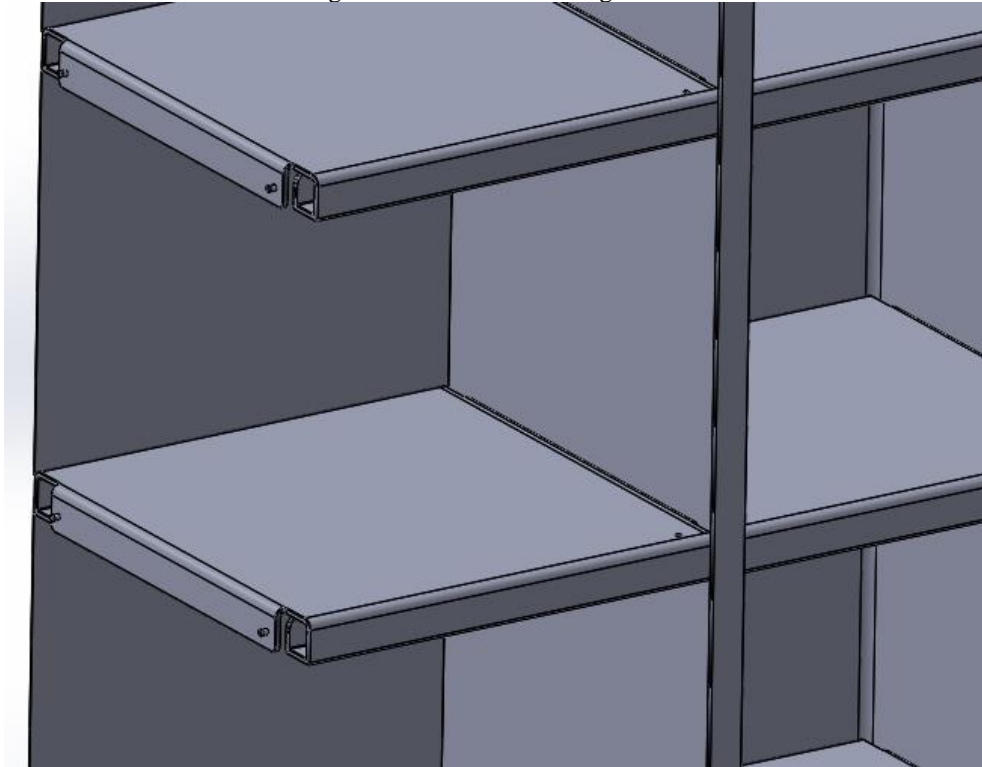
Figura 52 - Detalhe modelagem 3D



Fonte: Capturado pela autora, 2023

Na Figura 53 observa-se as divisórias dos nichos, também utilizando-se chapas metálicas dobradas, para a parte frontal e traseira das divisórias projetou-se uma dobra que simulasse uma viga, dando assim sustentação e firmeza, nas laterais são dobras com os furos para fixação dos parafusos.

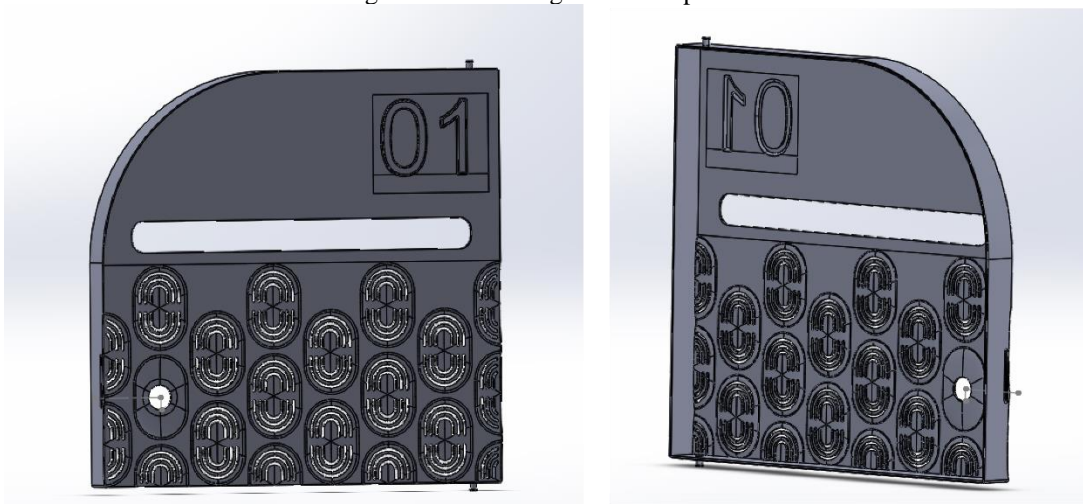
Figura 53 - Detalhe modelagem 3D



Fonte: Capturado pela autora, 2023

A modelagem das portas (Figura 54) foi feita separadamente para não deixar o arquivo muito pesado e facilitar o processo, também são chapas metálicas dobradas, porém sua fabricação será feita com um método de molde. Para os detalhes foi feito um rebaixo para dar a sensação de volume para a forma oblonga e depois foram feitos cortes.

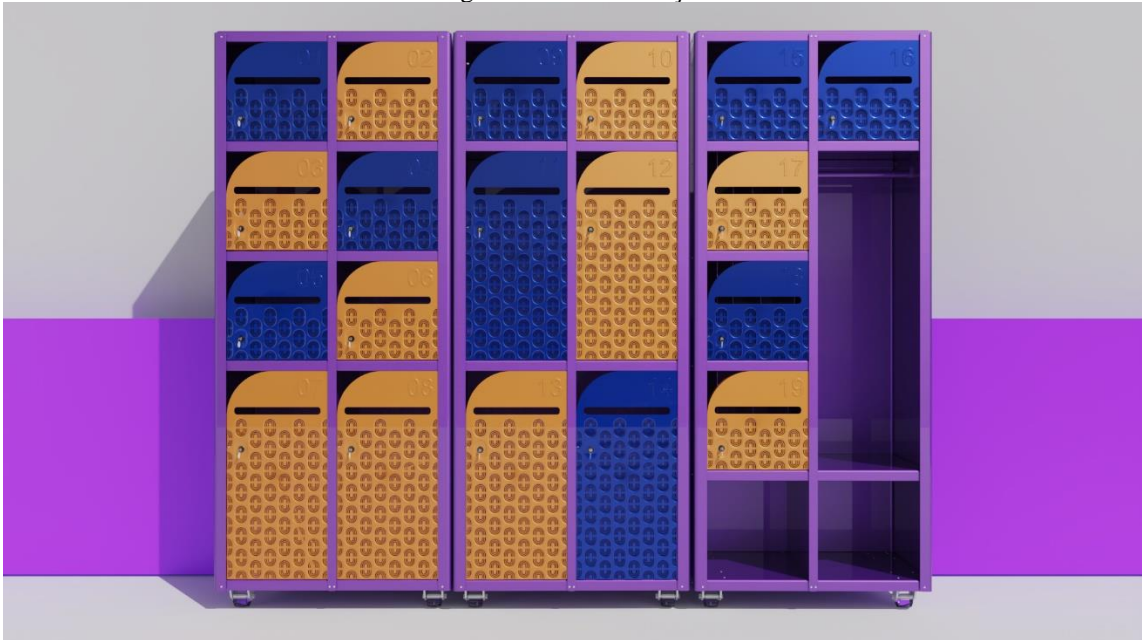
Figura 54 - Modelagem 3D das portas



Fonte: Capturado pela autora, 2023

No software de renderização pode-se visualizar de forma nítida como a textura final das portas ficou, assim como as combinações da paleta definida, como mostra na Figura 55.

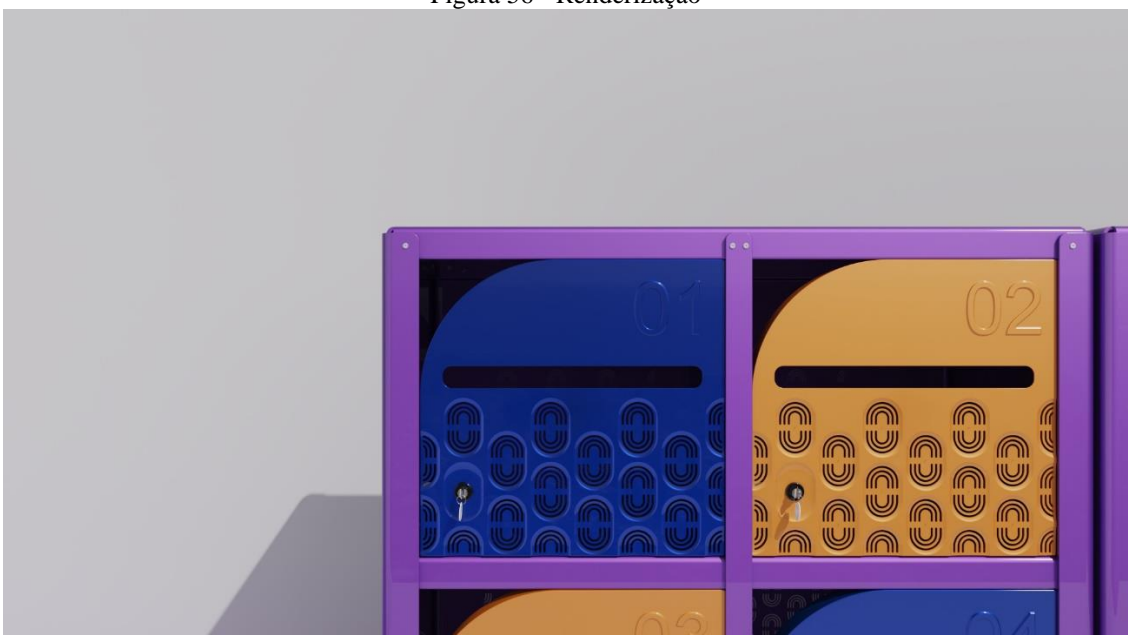
Figura 55 - Renderização



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Ampliando a imagem é possível ver um maior detalhamento da textura, como visto na Figura 56 abaixo.

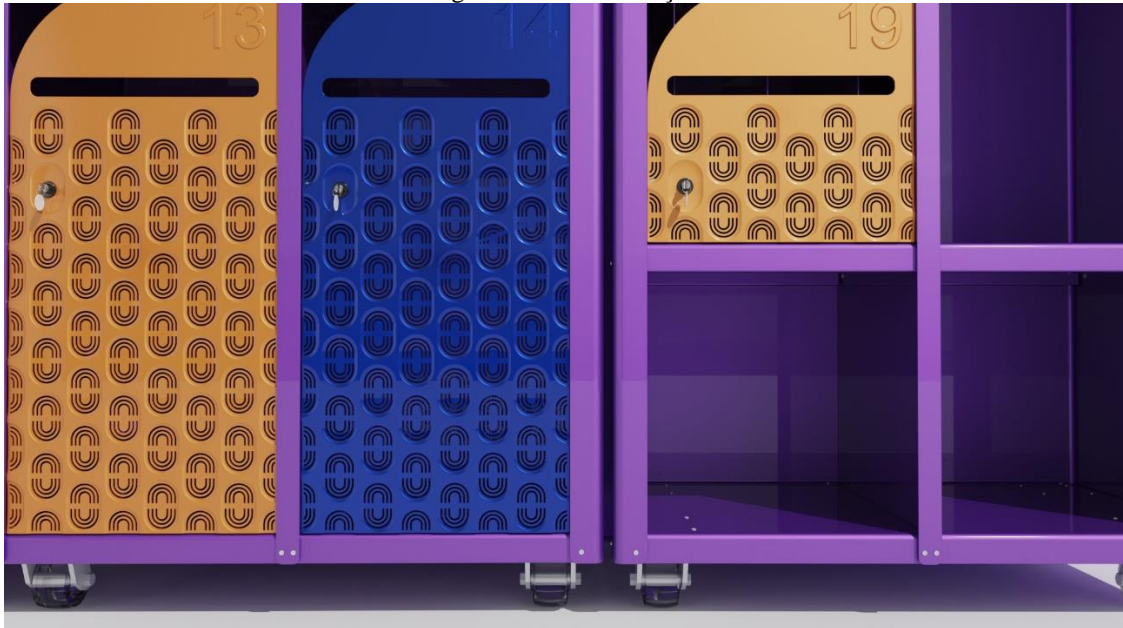
Figura 56 - Renderização



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Na Figura 57 nota-se o uso das rodinhas de silicone transparente.

Figura 57 - Renderização



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Na Figura 58 deu-se o enfoque ao nicho onde é possível pendurar e armazenar as roupas, sendo utilizado um varão de metal.

Figura 58 - Renderização



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

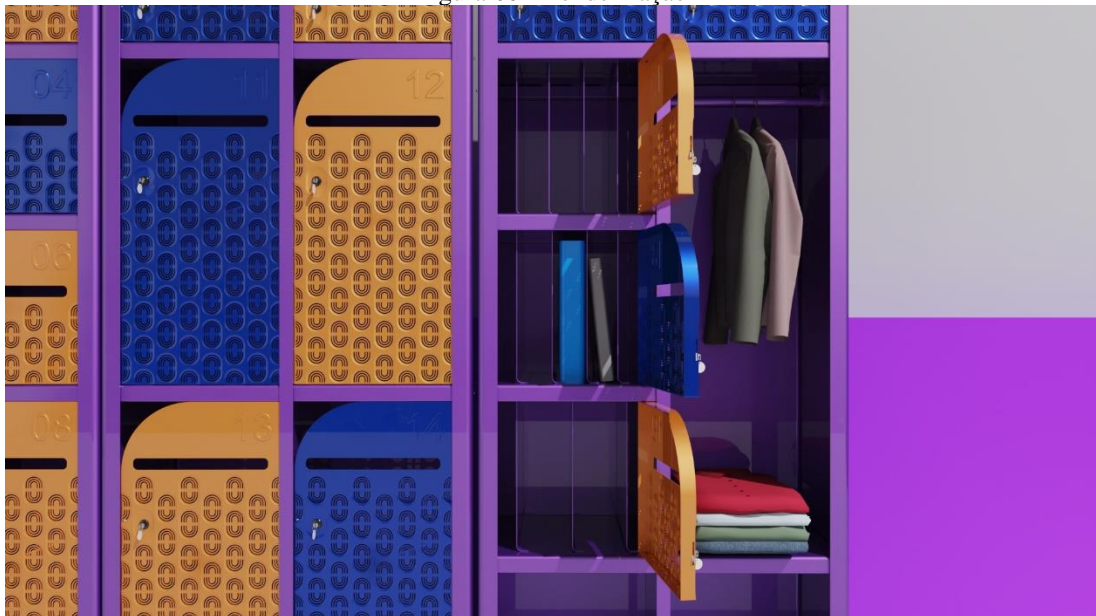
Figura 59 - Renderização



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Na Figura 60 já é possível ver o detalhamento do nicho onde penduram-se as roupas e também as divisórias de metal para a separação de documentação. Essas divisórias podem ser alocadas conforme o espaço necessário.

Figura 60 - Renderização



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

A Figura 61 é uma imagem ampliada da parte interna das portas, que possuem uma bora de metal soldada ao redor da parte frontal, que deve ser fabricada por meio de um molde por conta da textura utilizada.

Figura 61 - Renderização



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

E na ultima visualização, a Figura 62, o render demonstra o seu uso de forma modular.

Figura 62 - Renderização

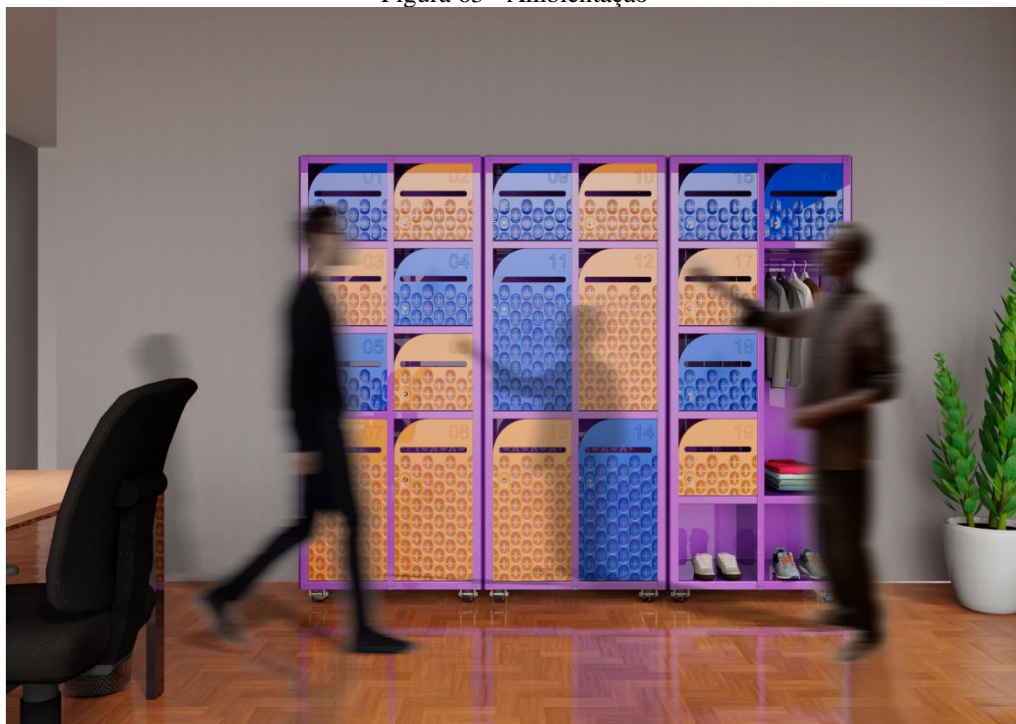


Fonte: Elaborado pela autora, 2023

4.5 AMBIENTAÇÃO

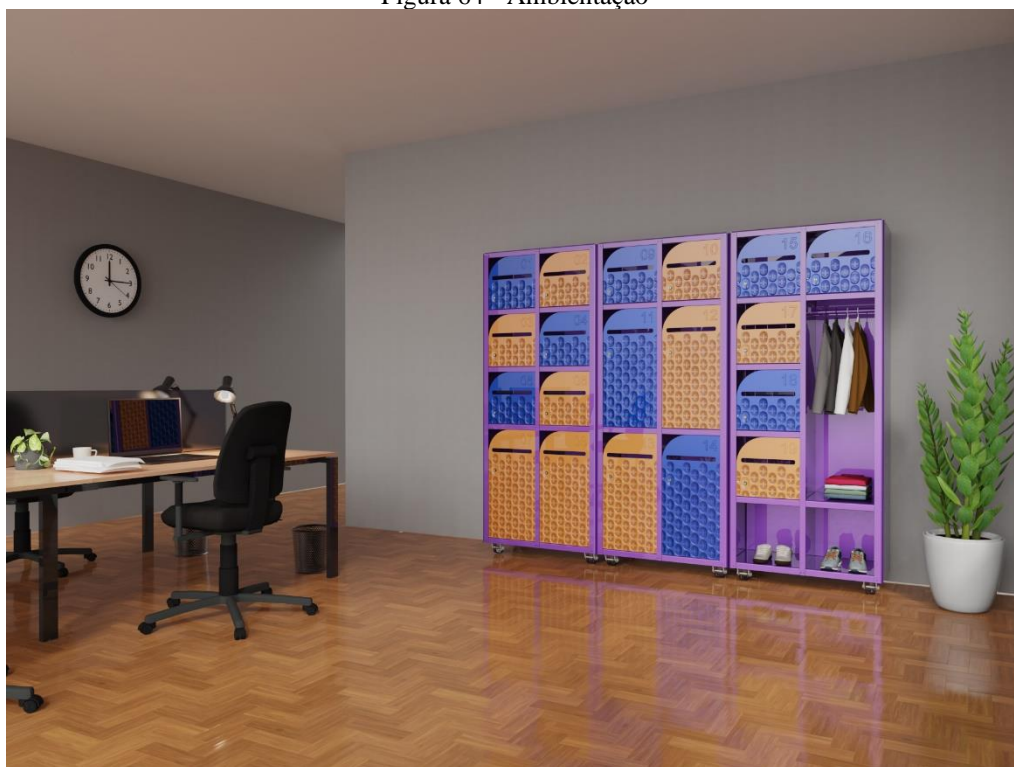
Com a finalidade de visualizar o contexto de uso do produto, fez-se uma ambientação, dessa forma, a partir da modelagem 3D, pode-se desenvolver renderings que trazem o produto para um ambiente mais realista. As Figuras 63 até 70 mostram a ambientação do produto no contexto coworkings e ambientes compartilhados, além da simulação do usuário fazendo uso do mobiliário.

Figura 63 - Ambientação



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Figura 64 - Ambientação



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Figura 65 - Ambientação



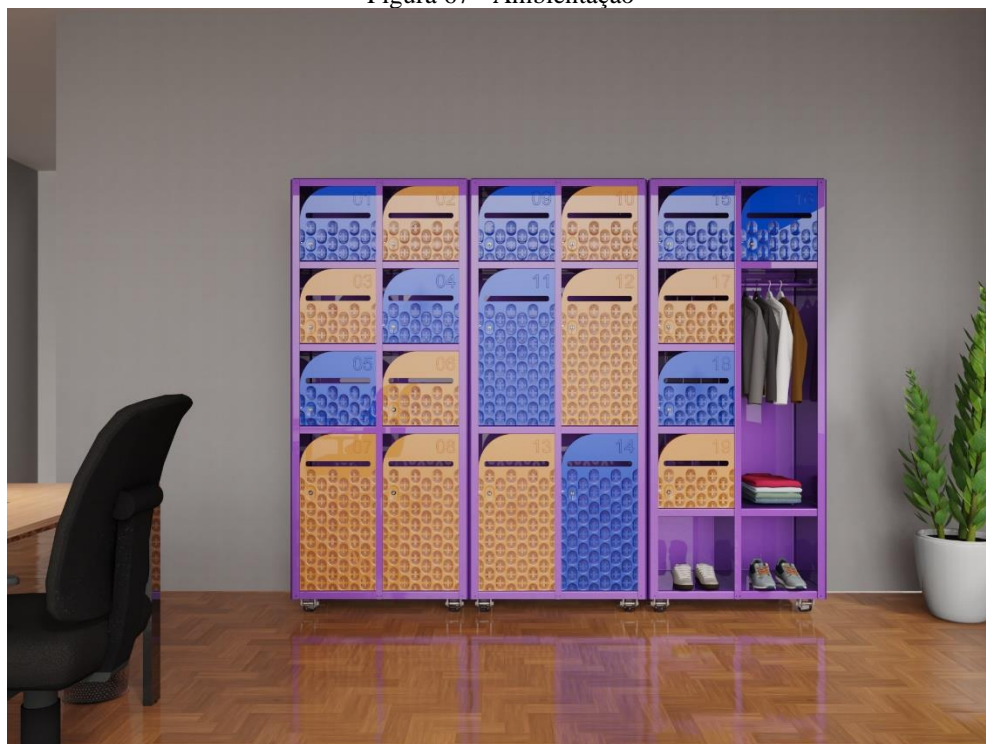
Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Figura 66 - Ambientação



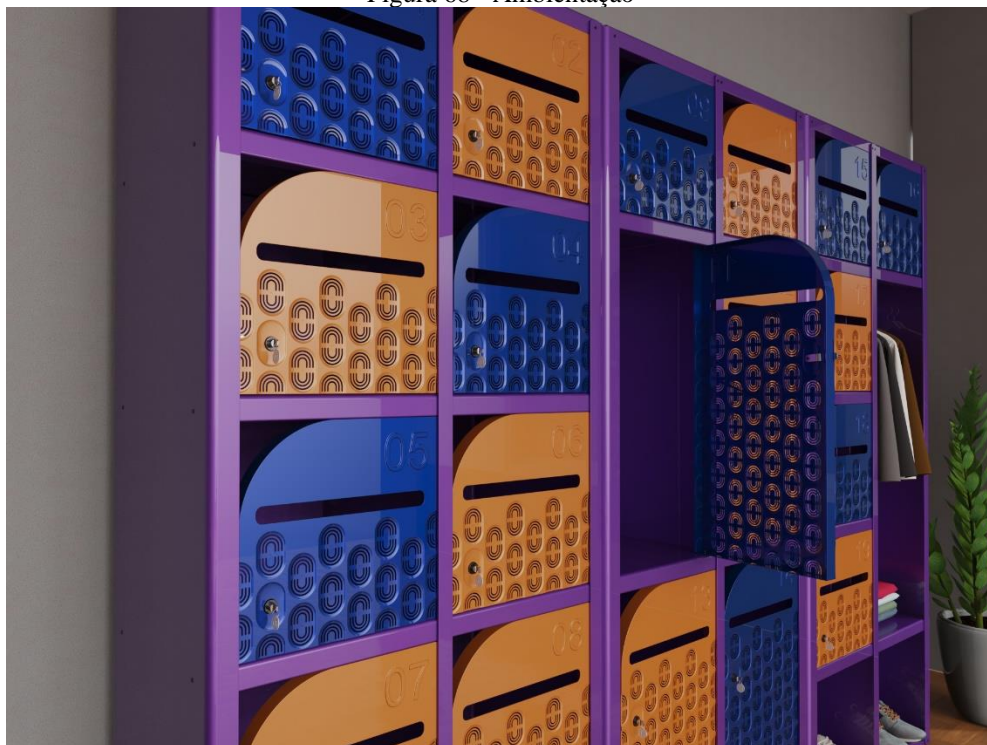
Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Figura 67 - Ambientação



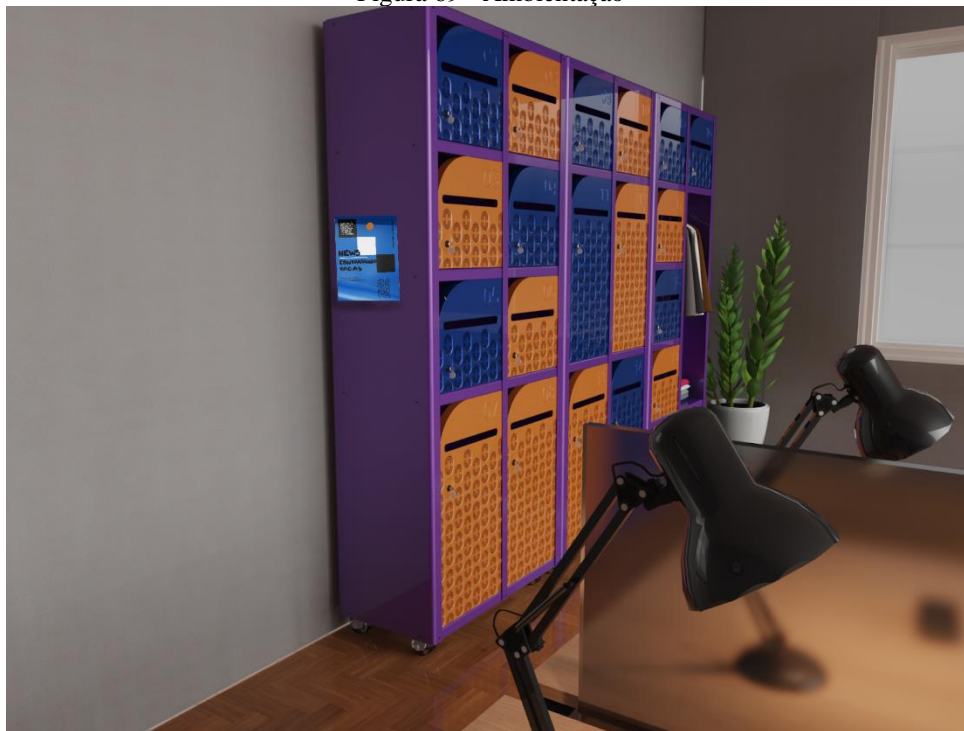
Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Figura 68 - Ambientação



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Figura 69 - Ambientação



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Figura 70 - Ambientação



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

5 PROTOTIPAÇÃO

Para a criação de um protótipo realista do guarda volumes, trabalhou-se utilizando uma medida de 1:5. Todo o processo foi feito utilizando o método de impressão 3D com filamento de PLA, onde a partir de uma modelo digital, pode-se criar um modelo físico.

5.1 CONSTRUÇÃO DO MODELO

Esse modelo digital foi feito utilizando o software Solidworks, onde foi realizada uma modelagem específica para prototipação, tendo dimensões e encaixes feitos de modo a facilitar a montagem e apresentação.

Figura 71 - Prototipação



Fonte: Capturado pela autora, 2023

As portas foram impressas separadamente, como visto na Figura 71 acima, para tentar-se representar de forma mais realista possível as texturas frontais. Depois foram impressas cada peça separadamente, encaixadas e coladas, como mostrado na Figura 72.

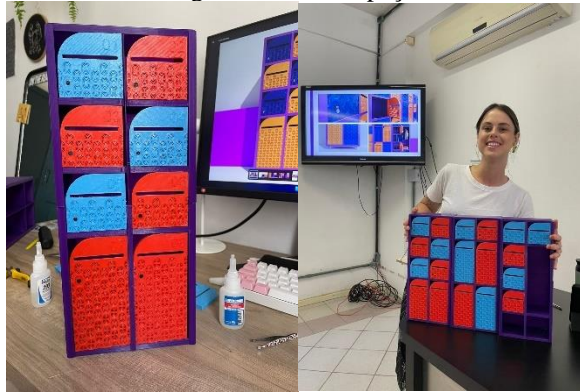
Figura 72 - Prototipação



Fonte: Capturado pela autora, 2023

Na Figura 73 é mostrado o protótipo finalizado e montado, com as portas abrindo e fechando e as três partes juntas.

Figura 73 - Prototipação



Fonte: Capturado pela autora, 2023

6 MEMORIAL DESCRITIVO

É um documento que descreve as características do produto e do seu processo de fabricação. A intenção é oferecer um detalhamento que permita uma compressão do resultado final. A seguir alguns itens que permitem uma melhor visualização e entendimento do guarda volumes.

6.1 CONCEITO

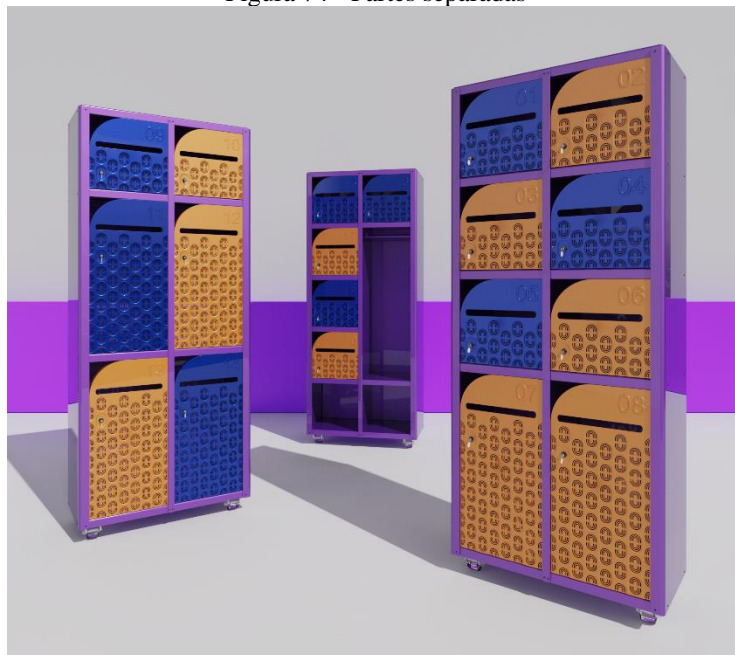
O guarda volumes é um produto com ênfase no design social para o grupo de pessoas em situação de rua com uma estética moderna, alegre e funcional. Adequado para que os indivíduos que estão em ambientes de acolhimento possam guardar seus pertences com segurança., facilitando também sua autonomia para busca por empregos.

Além disso, o guarda volumes permite que os funcionários de casas de acolhimento possam gerir com mais qualidade o armazenamento de pertences, documentação e comunicação com os usuários.

6.2 FATOR DE USO

As dimensões são adequadas para oferecer conforto no uso, alcance para colocar os pertences, rodas para facilitar o transporte ou movimentar dentro do espaço. São três guarda volumes de tamanhos diferentes para que sejam colocados de acordo com a necessidade.

Figura 74 - Partes separadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

6.3 FATOR TÉCNICO CONSTRUTIVO

Neste item encontram-se os aspectos sobre a confecção e a montagem do produto, visando questões de processos de produção, sistemas de montagem e acabamentos. O guarda volumes possui nichos de dois tamanhos, um tamanho P com 370mm x 400mm para pertences pequenos como mochilas, bolsas e carteiras. O outro nicho é um tamanho M com 740mm x 400mm e serve para armazenar itens maiores como malas, cobertas, travesseiros e etc.

Além dos nichos para armazenar pertences, possui um nicho especial para pendurar cabides com rupas para empréstimo e doações e nichos para guardar documentações.

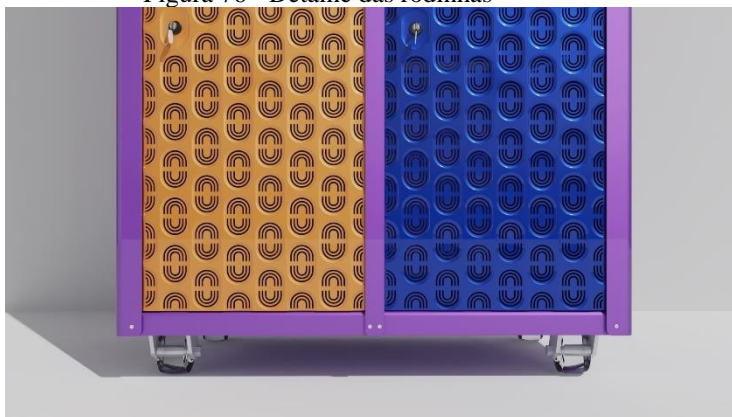
Figura 75 - Vista frontal do guarda volumes



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

O guarda volume ainda possui rodinhas 360° (Figura 72) para a mobilidade e para garantir que ele seja posicionado onde for preciso para o melhor aproveitamento de espaço dos centros de acolhimento. Além disso, é importante que as rodinhas tenham travas para facilitar o manuseio e a escrita no quadro branco.

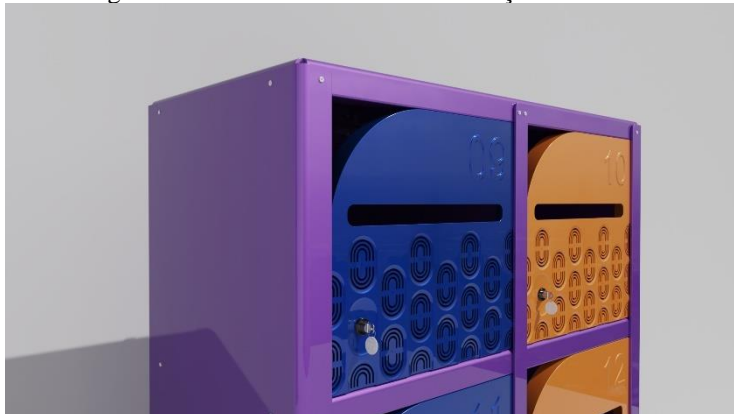
Figura 76 - Detalhe das rodinhas



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

O mobiliário é feito de chapas metálicas e todos os seus encaixes foram pensados para facilitar sua montagem, utilizando-se de fixação por parafusos. As laterais são fixadas pelo tempo e pelo chão do móvel, além de todas as prateleiras dos nichos também serem fixadas nelas.

Figura 77 - Detalhe dos encaixes e fixações



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Para as portas será utilizado o processo de molde na fabricação, onde serão feitos os rebaixos das texturas e ressaltos dos números. Para as aberturas serão feitos cortes, tanto para encaixe da fechadura, como para abertura para colocar documentos e avisos e os furos das texturas.

Figura 78 - Detalhe das portas



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Na parte das fechaduras, usou-se uma fechadura com chave, ela possui um chaveiro com o número do armário, para assim facilitar na organização.

Figura 79 - Detalhe fechadura



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

Para pendurar roupas para empréstimo e doações, foi feito um nicho especial com possibilidade para pendurar cabides e roupas dobradas e sapatos. Foi elaborado também separadores para os nichos que servirão como armazenadores de documentos.

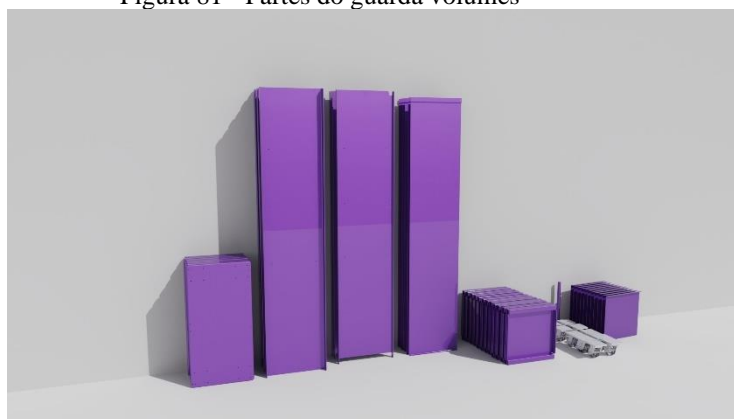
Figura 80 - Detalhes dos nichos especiais



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

O móvel possui um total de 1960 mm com as rodinhas, uma altura dentro dos padrões ergonômicos elencados no projeto. É um conjunto com três partes, totalizando 6 laterais, 3 divisórias, 3 tampos, 3 chãos, 6 chapas para o fundo, 16 prateleiras, 19 portas, 12 rodinhas, um varão e 10 divisórias para os documentos.

Figura 81 - Partes do guarda volumes



Fonte: Elaborado pela autora, 2023

6.4 FATOR ESTÉTICO SIMBÓLICO

Os fatores que simbolizam o estilo e semântica do produto, dão-se pela escolha de cores, acabamentos e a possibilidade de modularidade. A escolha da paleta de cores desempenha um papel crucial na comunicação visual desse projeto, especialmente pois busca-se transmitir conceitos específicos como alegria, cuidado e modernidade.

A preocupação com os acabamentos das chapas metálicas também é um diferencial, tendo-se cuidado para que não haja nenhuma ponta pontiaguda ou a sensação de toque que possa gerar algum corte. Todos os encaixes funcionam para que a peça tenha uma sinergia de componentes.

6.5 FATOR COMERCIAL

É possível definir este produto como um projeto de ação social, que representa uma oportunidade de setores públicos realizarem ações de políticas públicas que visam a implementação deste guarda volumes em centros de acolhimento para pessoas em situação de rua, porém, caso não seja viável sua aquisição pelo setor público, existe a possibilidade de ser financiado pelo setor privado como fora de abatimento e diminuição de impostos.

Sua fabricação pode estar associada à um produto para ambientes próprios para o uso por pessoas em situação de rua além de também existir a possibilidade de ser utilizado em momentos de desastres, onde pode ser usado por desabrigados e em locais de alojamento, por ser um produto de fácil montagem e transporte.

Este produto tem um custo maior do que alguns exemplos mais simples mostrados na pesquisa de similares, porém o valor está no design por meio da estética e funcionalidade que compensam esse valor. O orçamento foi realizado por uma empresa de metais, e o valor aproximado para cada parte do guarda volumes foi estimado em R\$ 12.955,00 reais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre "O Papel do Design na Segregação Social das Cidades: Desenvolvimento de guarda volumes para espaços que acolhem pessoas em Situação de Rua" proporcionou uma profunda reflexão sobre a interseção entre design urbano, inclusão social e a realidade das pessoas em situação de rua. Ao longo deste trabalho, examinou-se como as estruturas urbanas muitas vezes reforçam a desigualdade social, marginalizando certos grupos, e como o design pode desempenhar um papel crucial nessa segregação, projetando produtos com o intuito de ser anti-humano, ou seja, para afastar e impossibilitar seu uso por pessoas. Essa ideia de design anti-humano contradiz com o seu objetivo inicial, de criar produtos para atender as necessidades de pessoas.

No contexto das pessoas em situação de rua, o direito à cidade é negado quando elas enfrentam obstáculos significativos para encontrar emprego devido à falta de locais seguros para armazenar seus pertences. Essa restrição impacta negativamente sua mobilidade e sua capacidade de participar plenamente da vida urbana.

Além disso, o direito à cidade também engloba o acesso a serviços básicos, como abrigo, saúde e emprego. A dificuldade de encontrar trabalho devido à sobrecarga de pertences limita a realização desse direito, perpetuando a exclusão social e a desigualdade.

Para promover o direito à cidade, é necessário adotar abordagens políticas e sociais que considerem as necessidades específicas desses indivíduos. Isso inclui a criação de espaços seguros para armazenar seus pertences, a implementação de programas de inclusão social e a conscientização da sociedade sobre a importância de fornecer mais oportunidades de emprego para pessoas em situação de rua.

Portanto, a análise da dificuldade enfrentada por essas pessoas ao encontrar emprego devido à necessidade de carregar seus pertences evidencia a violação do direito à cidade e destaca a importância de buscar soluções que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua condição de moradia.

A análise crítica de diferentes abordagens de design para auxiliar na problemática de armazenar os pertences enfrentada por quem vive em situação de rua revelou a importância de considerar não apenas a funcionalidade, mas também aspectos psicossociais e emocionais do produto a ser feito. A implementação de um guarda-volumes acessível, seguro e bem projetado mostrou-se uma medida tangível para promover a dignidade e autonomia, reduzindo as barreiras que perpetuam a segregação.

Além disso, destaca-se a relevância de uma abordagem participativa no processo de design com a utilização da etnografia, envolvendo uma pesquisa de campo com as pessoas em situação de rua para garantir uma solução que fosse eficaz e adaptada às suas necessidades específicas.

Ao finalizar este estudo, conclui-se que o design desempenha um papel crucial na criação de cidades mais justas e inclusivas. A partir de toda a pesquisa feita neste PCC, pode-se recomendar que o financiamento de um projeto como este possa ser feito a partir de iniciativas privadas para a redução de imposto de renda, incluída como uma ação social. Por conta disso fez-se um projeto completo, compacto e com design.

Este trabalho serve como um convite para a comunidade acadêmica, profissionais de design e gestores públicos se unirem na busca por soluções que não apenas atendam às necessidades básicas, mas também promovam a igualdade e a dignidade para todos os cidadãos, independentemente de sua condição social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Patricia Alonso, Quando o design exclui o Outro: Dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa PB. Revista Vitruvius, ano 12, jul 2011. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.134/3973>. Acesso em: 10 de abr 2023

ANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento; SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos. Gestão pública da questão ambiental e tessituras das cidades brasileiras: notas preliminares. Revista Katálysis, [s.l.], v. 15, n. 1, p.112-121, jun. 2012. Disponível em:

Arquivo New York Times – Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://archive.nytimes.com/wheels.blogs.nytimes.com/2011/08/05/pod-cars-moving-silently-at-heathrows-terminal-5/&sa=D&source=docs&ust=1687832008955416&usg=AOvVaw3AgqfICapAdiXu7J2_MP Yb. Acesso em: 19 mai. 2023.

BARDACH, E. The implementation game: what happens after a bill becomes a law. Cambridge: MIT Press, 1977.

BAXTER, Mike. **Projeto de Produto: guia prático para o design de novos produtos** / Mike R. Baxter; tradução Itiro Iida. - 2ed.rev. - São Paulo: Blucher, 2000.

BAXTER, Mike. **Projeto de Produto: Guia prático para o Design de Novos Produtos**. 2. ed. rev. e atual. Inglaterra: Blucher, 1998. 272 p. v. 1.

Bcharts Arquitetura – Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://bcharts.com.br/t/projeto-que-proibe-arquitetura-hostil-em-espacos-publicos-e-aprovado/353927/21?page%3D2&sa=D&source=docs&ust=1687832008944540&usg=AOvVaw0_rIqgvY_QzdzldCLRoiH0. Acesso em: 19 mai. 2023.

Blog Hypness – Disponível em: <https://www.google.com/url?q=http://goo.gl/HyRbcu&sa=D&source=docs&ust=1687832846316211&usg=AOvVaw2ZcsKCF22Z1q8jGn2oJMh0>. Acesso em: 24 mai. 2023.

BROGIN, Bruna et al. Naturalismo e Design: da Mão à Colher. Dapesquisa, [s.l.], v. 8, n. 10, p.259-272, 6 set. 2018. Universidade do Estado de Santa Catarina. <http://dx.doi.org/10.5965/1808312908102013259>.

CAMARGO, O. Desigualdade social. Disponível em: Acesso em: 07 de abr 2023.

CLEMENTINO, Lucas. Perspectiva histórica da arquitetura hostil e seus afluentes modernos. 2015. Disponível em: <http://arquipelago.in/?p=697>. Acesso em: 19 mai. 2023.

CORTINA, A. Aporofobia: a aversão ao pobre, um desafio para a democracia. Tradução: Daniel Febre. São Paulo: Contracorrente, 2020. Edição do Kindle.

Design para a sustentabilidade: dimensão social / Aguinaldo dos Santos. *et al.* Curitiba, 2019.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2001.

FANTINI, Débora. Desconstruções do invisível. 2015. Disponível em: <http://www.contramare.net/site/pt/deconstructions-of-the-invisible/>. Acesso em: 19 mai. 2023.

FERRAZ, Sonia Maria Teddei; MACHADO, Bruno Amadei. EU NÃO TENHO ONDE MORAR É POR ISSO QUE EU MORO NA AREIA RUA ou como os “sem-teto” viraram moradores. IV Seminário Internacional – Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina Universidade do Estado Rio de Janeiro. GT VII: Direito à Cidade e Direitos Humanos. 2012.

Galeria da Arquitetura – Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://blog.galeriadaarquitetura.com.br/post/PL-que-proibe-arquitetura-hostil-em-espacos-publicos-e-aprovado-pela-CCJ&sa=D&source=docs&ust=1687832846315237&usg=AOvVaw1k3gZdeIAIGFy4pR5idU5J>. Acesso em: 24 mai. 2023.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Porto Alegre, Artmed, 2004.

HARVEY, David. Reurbanizar o mundo e lucrar: as marcas do capital imobiliário no corpo da cidade: depoimento. Reporter Brasil, 17 dez. 2013b. Entrevista concedida a Fabrício Muriana e Sabrina Duran. Disponível em: <http://goo.gl/D02rgS>. Acesso em: 19 mai. 2023.

Hikaru Imamura Design – Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://hikaruimamura.com/Heat-Rescue-Disaster-Recovery-product&sa=D&source=docs&ust=1687832008939842&usg=AOvVaw3GuJCxPYsy_aqHfhZ6bIvt. Acesso em: 24 mai. 2023.

Homeless Hub – Disponível em:
https://www.google.com/url?q=https://www.homelesshub.ca/solutions/housing-accommodation-and-supports/housing-first&sa=D&source=docs&ust=1687832008946664&usg=AOvVaw28K8M93AvEWAn_NwCgjVM5. Acesso em: 24 mai. 2023.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802012000100011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10 de abr 2023.

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/article/view/35155/24497>. Acesso em: 07 de abr 2023.

HUNT, J. Letter from the editor. *The Journal of Design Strategies*, v. 5, n. 1, p. 5-10, 2012.

Índice de Gini nos Municípios Catarinenses - Disponível em:
<https://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2022/codIndicador/2305>. Acesso em: 07 de abr 2023.

Instituto Tellus – Disponível em:
<https://www.google.com/url?q=https://tellus.org.br/conteudos/artigos/design-social-como-um-bom-design-pode-tornar-o-mundo-mais-inclusivo/&sa=D&source=docs&ust=1687832008946091&usg=AOvVaw35cuGgvsDuCtkeYWI1mPuyj>. Acesso em: 19 mai. 2023.

JUSTO, M. Pesquisa da Oxfam expõe desigualdade escandalosa no planeta. Disponível em: . Acesso em: 07 de abr 2023.

KARUPPANNAN, Sadasivam; SIVAM, Alpana, “Social sustainability and neighbourhood design: an investigation of residents”, Delhi, 2011.

KUYPER, J. Design é uma arte social. In: MANU, Alexander (org.). *Revista da aldeia humana*. Florianópolis: SENAI / LBDI, 1995.

Laboratório de Inovação e Coparticipação do Tribunal de Contas da União – Disponível em:
https://portal.tcu.gov.br/design_thinking/index.html. Acesso em: 19 mai. 2023.

LASSWELL, Harold D. The policy orientation. In: LERNER, Daniel; LASSWELL, Harold D. *The policy sciences: recent developments in scope and method*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1951.

LEAL, G. F. *Exclusão social e ruptura dos laços sociais: análise crítica do debate contemporânea*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

LIEDTKA, J. M.; SALZMAN, R.; AZER, D. *Design thinking for the greater good: innovation in the social sector*. New York: Columbia Business Press, 2017.

MARICATO, E. Exclusão social e reforma urbana. *Propostas*, Rio de Janeiro, n.62, p.51-56, set. 1994.

MARKUSSEN, Thomas. Disentangling ‘the social’ in social design’s engagement with the public realm. *Codesign*, [s.l.], v. 13, n. 3, p.160-174, 3 jul. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/15710882.2017.1355001>. Disponível em:
<https://tandfonline.com/doi/full/10.1080/15710882.2017.1355001?src=recsys&>. Acesso em: 07 de abr 2023.

MISK, Rogério Guimarães. *O papel do arquiteto urbanista*. 2015a. Disponível em:
<http://arquipelago.in/?p=855>. Acessado em: 18 mai. 2023.

National Endowment for Science, Technology and the Arts – Disponível em: <https://www.nesta.org.uk/brief-history-nesta/>. Acesso em: 12 mai. 2023.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 07 de abr 2023.

Observatório Brasileiro de Políticas Públicas: Dados Gerais de População em Situação de Rua - Disponível em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html. Acesso em 07 de abr 2023.

PANERO, Julius; ZELNIK, Martin. **Dimensionamento humano para espaços interiores**: Um livro de consulta e referência para projetos. 1. ed. atual. Barcelona: Gg, 2002. 320 p. v. 11.

PAPANEK, Victor. Design for the real world: human ecology and social change. New York: Pantheon Book, 1971.

PARK, Robert. (1967), “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, in G. Velho, O fenômeno urbano, Rio de Janeiro, Zahar.

PAZMINO, Ana Verónica. Metodologia de projeto de produto com abordagem social no desenvolvimento de carrinho de coleta de materiais recicláveis. Artigo publicado no Terceiro Congresso Internacional de Pesquisa em Design. Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, Potyara. A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PESQUISA OXFAM BRASIL/DATAFOLHA PERCEPÇÕES SOBRE DESIGUALDADES NO BRASIL - Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2022/>. Acesso em: 10 de abr 2023

Política Nacional de Inclusão social Brasil - Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf. Acesso em: 10 de abr 2023

População de Rua no Brasil - Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em 07 de abr 2023.

Portal do IBGE - Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 07 de abr 2023.

Projeto Meio Fio MSF - Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/o-morador-de-rua-nao-se-ve-como-cidadao-como-alguem-que-tem-direitos/>. Acesso em: 10 de abr 2023

Rede Abrigo – Disponível em: https://www.behance.net/gallery/48896687/Rede-Abrigo-Abrigo-para-pessoa-em-situacao-de-rua?tracking_source=search_projects%7Cmoradores+de+rua. Acesso em: 24 mai. 2023.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2021/2022>. Acesso em: 07 de abr 2023.

Revista Piauí – Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/&sa=D&source=docs&ust=1687832846320721&usg=AOvVaw29LtiN8CUhDE3OuZ4kHmRU>. Acesso em: 24 mai. 2023.

RIO, Vicente del; DUARTE, Cristiane; RHEINGANTZ, Paulo. **Projeto do Lugar: COLABORAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA, ARQUITETURA E URBANISMO**. 1. ed. atual. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. 391 p. v. 1.

SCHIAVO, Marcio Ruiz. Centro de conhecimento / O Valor do Design. Comunicarte. Disponível em: Acesso em: 19 mai 2023.

SECCHI, Leonardo. Análises de políticas públicas: diagnóstico de problemas e recomendação de solução. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

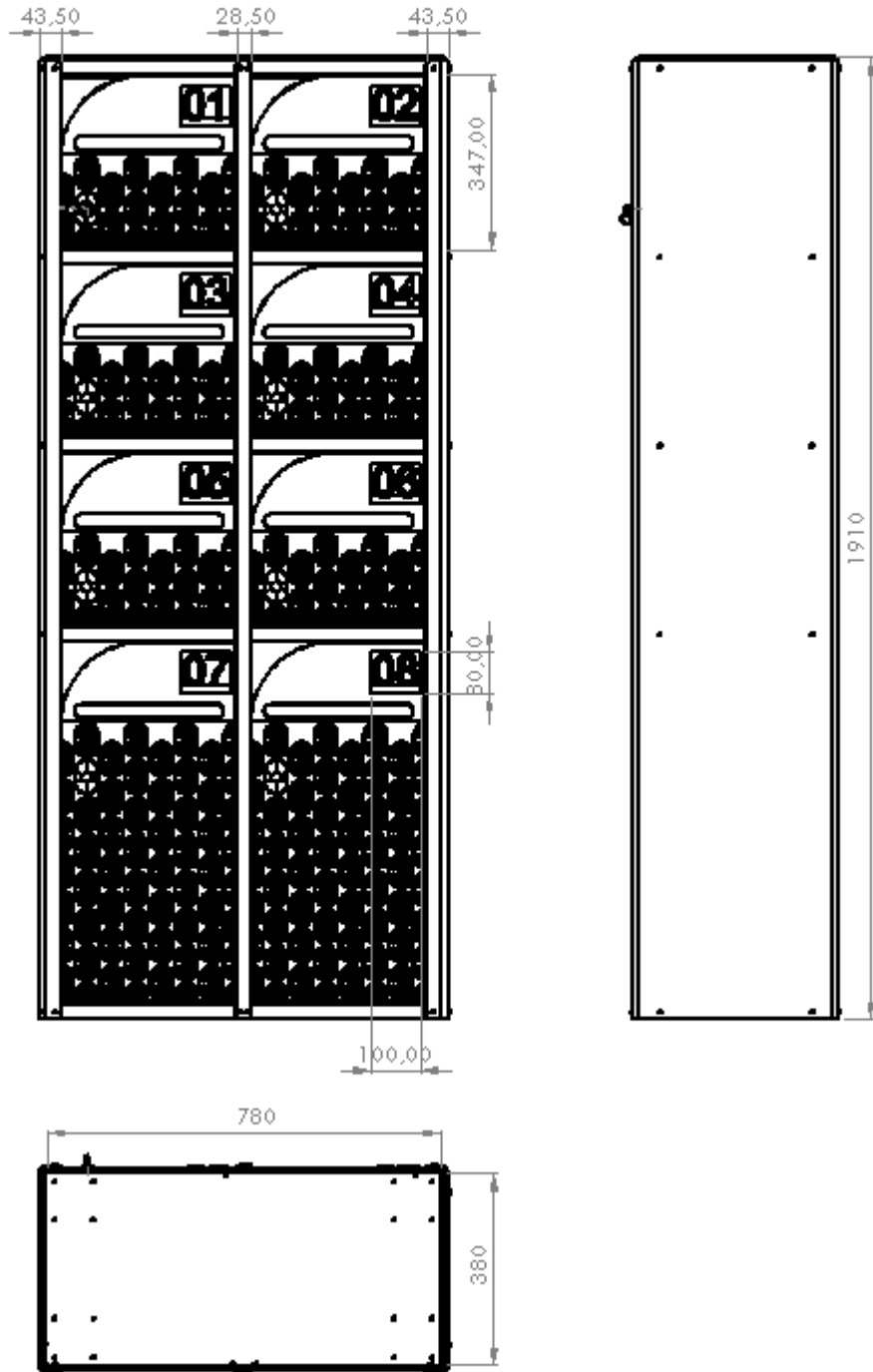
SOUZA MELO, Mônica Santos de. O debate sobre aporofobia promovido pelo Padre Júlio Lancellotti nas redes sociais: uma análise semiolinguística. In: SOLETRAS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística - PPLIN, Faculdade de Formação de Professores da UERJ, n. 43, 2022.1.

VIDELA, Ana Neuza Botelho. O Design e seus desafios. *Projetica*, [s.l.], v. 9, n. 2, p.43-58, 12 nov. 2018. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-2207.2018v9n2suplp43>. Disponível em:

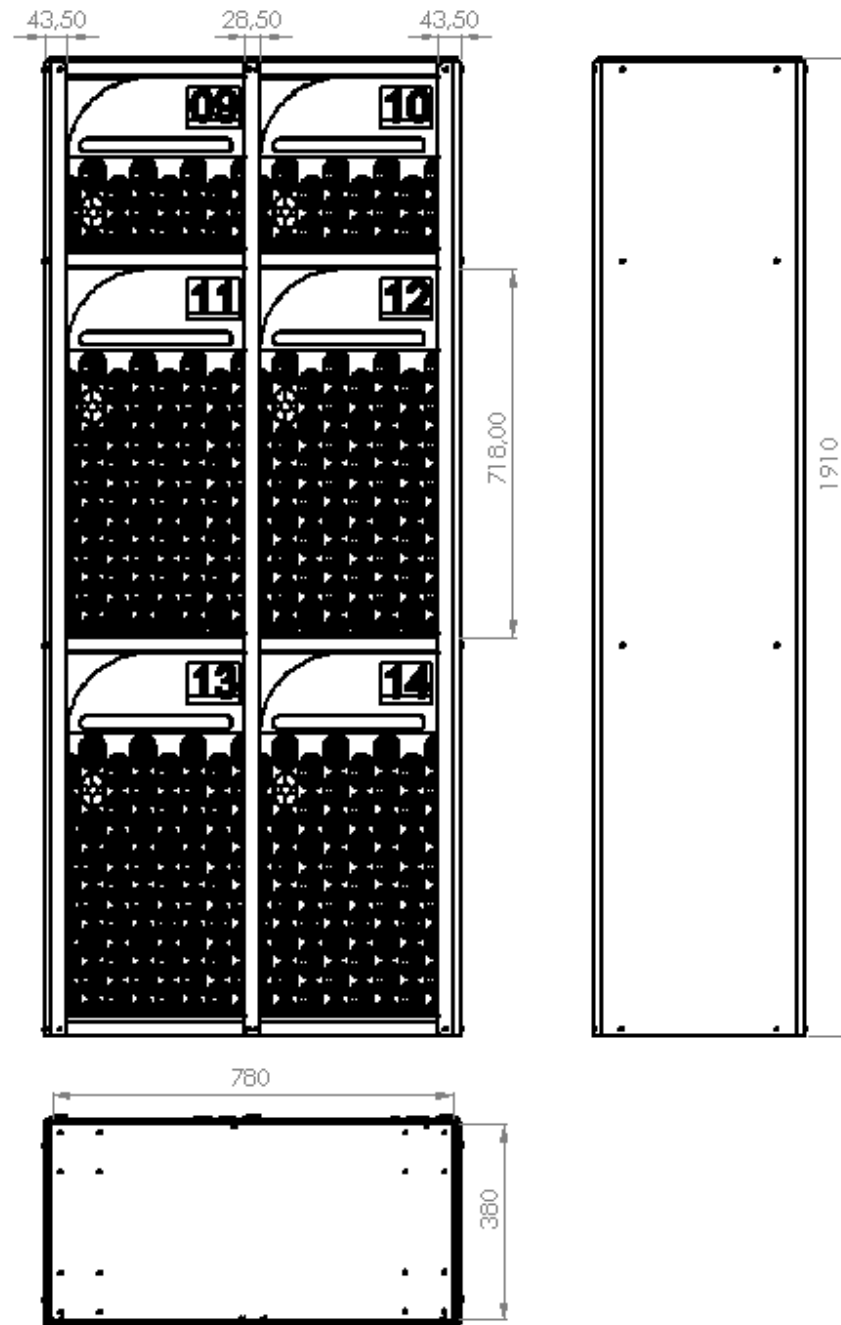
VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. Et al. População de rua quem é, como vive, como é vista.3. ed. São Paulo: Hucitec,2004.

Instituto Pólis - Disponível em: <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>. Acesso em: 04 de dez 2023

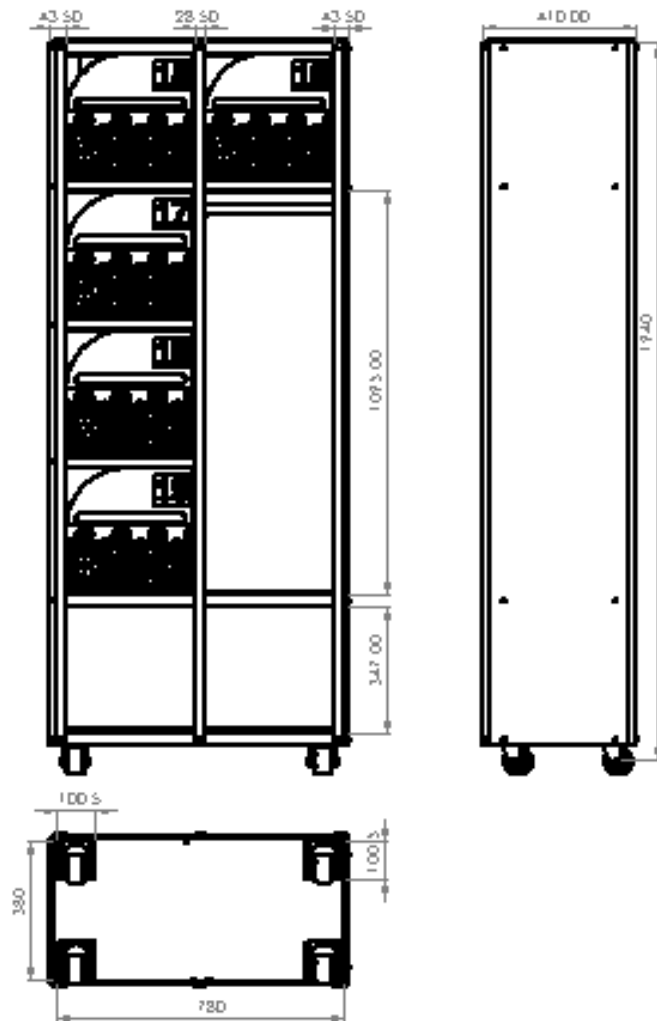
APÊNDICE A – Desenho Técnico Parte 1



APÊNDICE B – Desenho Técnico Parte 2



APÊNDICE C – Desenho Técnico Parte 3



APÊNDICE D – Desenho Técnico Portas

